

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A ESCRITA NO CHÃO:
A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALAGOAS POR MEIO DE FONTES COLONIAIS**

Catarina Agudo Menezes

**Maceió
2011**

Catarina Agudo Menezes

**A ESCRITA NO CHÃO:
A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALAGOAS POR MEIO DE FONTES COLONIAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Angélica da Silva

**Maceió
2011**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M543e Menezes, Catarina Agudo.
A escrita no chão; a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais / Catarina Agudo Menezes. – 2011.
167 f.; il. color.

Orientadora: Maria Angélica da Silva.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo; Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. [164]-167.

1. Formação territorial – Alagoas. 2. Alagoas – Cartografia. 3. Arquitetura – Inscrições. I. Título

CDU: 72:528.9(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO - DEHA

A ESCRITA NO CHÃO:

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALAGOAS POR MEIO DE FONTES COLONIAIS

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Catarina Agudo Menezes

Aprovada em 31/03/2011

BANCA EXAMINADORA

maie figueira da silva

Prof^ª. Dra. Maria Angélica da Silva
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

[Assinatura]

Prof^ª. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP

[Assinatura]

Prof^ª. Dra. Josemary Omena Passos Ferrare
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

[Assinatura]

Prof^ª. Dra. Regina Dulce Barbosa Lins
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

AGRADECIMENTOS

Durante a minha jornada pelos caminhos do território alagoano diversas pessoas me acompanharam, em diferentes momentos, umas breves, outras mais persistentes, me apoiando e me fazendo lembrar que uma dissertação não é o fim do mundo, apesar de parecer, às vezes.

Gostaria de começar agradecendo aqueles que são os principais responsáveis por todo este meu trajeto: meu pai e à minha mãe. Embora sem entenderem muito bem toda essa história desses ‘mapas velhos’ (sem achar os mapas de Marcgraf lindos!) meus pais sempre se mostraram disponíveis a ouvir, a ajudar e até a cobrar. Seja fazendo lanches de madrugada e perguntando: Falta muito? Ou se tornando meu motorista nas horas de aperreio. Mais do que ajuda prática, eles são sempre meu porto seguro. Painho e mainha, muito obrigada. Espero sempre corresponder ao orgulho de vocês.

A minha irmã, Clarice, um obrigado bem grande, do fundo do coração, pois entre digitações, compras e outros vários favores, grandes e pequenos, além das conversas descontraídas ao pé da

minha escrivaninha, ela tornou mais divertidos alguns momentos, e também menos solitários.

Ao meu namorado, Gentil, que se mostrou gentil e paciente (amor, desculpa o trocadilho), aguentando minhas crises e meus abusos. E que foi também um ótimo companheiro todo esse tempo, me ajudando não só a resolver problemas, mas também a esquecer-los, pelo menos durante um filme ou diante de um prato de sushi. Tilzinho, um obrigado especial por seu amor e carinho.

Até o meu cunhado, Willams, não escapou da história. Entre formatações, atualizações, verificações de sistema, e por aí vai... esteve sempre disposto a evitar que meu computador morresse.

Agradeço também às minhas amigas de todas as horas, Tainá, Débora, Mayra, Suzana e Marina, pelo apoio, pela torcida e pelos momentos de descontração e alegria, como uma praia de vez em quando. Um obrigado muito especial à Érica, que, com sua criatividade sempre fluida, me ajudou, em vários momentos, a aperfeiçoar parte das apresentações gráficas deste trabalho.

Esta dissertação não teria existido, não fosse a perseverança de minha orientadora, Angélica, que ao longo de todo este trabalho se

mostrou sempre generosa e disposta a ensinar, a trocar, a indicar caminhos e buscar novas formas de ver as coisas.

Não tenho como descrever a sua dedicação a este trabalho, a mim, e de uma forma geral, ao nosso grupo de pesquisa. Sem ter hora nem lugar para corrigir capítulos, assessorar mapas...

Entre as várias indas e vindas desta dissertação, quando me encontrava perdida entre mapas diversos, Angélica conseguia, pacientemente, me recolocar no eixo. Mais do que uma professora e orientadora, é também uma amiga, sempre disposta a ouvir e a falar. Acho que o que aprendi de mais valioso com essa pesquisadora incansável é sempre buscar o melhor, acreditar que o que já está bom ainda pode melhorar. Angel, muito obrigada!

Às avaliadoras que se dispuseram a compor esta banca florida, Josy e Regina, por aceitarem o convite e por se empenharem em me ajudar a construir um trabalho melhor. A Professora Beatriz Bueno, por ter conseguido um tempinho no meio da correria de São Paulo para se dedicar ao meu trabalho.

A todos os colegas do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, ou TUDEPA mesmo – Rose, Márcio, Flávia, Gustavo, Bianca, Júlio,

não dá para citar todos – pela companhia agradável, por ajudarem a fazer da pesquisa um momento mais divertido.

Acho que também cabe um agradecimento à Larisse, nossa meiga e paciente secretária, pela disponibilidade constante em ajudar.

Enfim, agradeço aos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho ou simplesmente torceram para que ele fosse finalizado.

E, acima de tudo, agradeço a Deus, por que sem Ele, eu não existiria, muito menos esta dissertação!

Muito obrigada!

RESUMO

A formação de um território consiste num processo que envolve múltiplos aspectos que, ao longo do tempo, se consolidam no espaço geográfico por meio de formas materiais ou se dissipam, dando lugar a novas necessidades. Este procedimento ocorre, inicialmente, a partir da apropriação de uma porção da superfície terrestre por uma dada sociedade que, ao mesmo tempo em que se reproduz, produz o próprio espaço.

Durante o período colonial do Brasil, várias diretrizes foram aplicadas pelos portugueses, inicialmente como forma de garantir a posse de seu vasto território, impedindo invasões de outros povos, como a ocupação em diferentes pontos esparsos, por quase toda a costa brasileira.

Em Alagoas, que era parte integrante da Capitania de Pernambuco, aos poucos a conquista foi então efetivada e a colonização se desenvolveu através de uma estratégia sistemática de incentivo à fixação humana, com a instalação de equipamentos economicamente produtivos, principalmente os engenhos de açúcar. Isto foi refletido em formas espaciais específicas, e à medida que novos desígnios foram surgindo, também estas foram sendo modificadas.

Esses movimentos foram registrados em diversos documentos, entre relatos, mapas e vistas, os quais permitem hoje apreender vários aspectos relacionados ao processo de formação territorial alagoana.

Uma carta geral que representa o Brasil Neerlandês, produzida pelo cartógrafo alemão Georg Marcgraf, em 1643, consiste na principal ferramenta de análise desta dissertação, visto que constitui o mapa mais completo do período, no âmbito do território alagoano.

Este mapa contém diversos elementos representados – como povoados, engenhos, fortificações, currais, casas e igrejas – e possui como característica mais notável o levantamento cuidadoso dos rios e lagoas da costa alagoana, conhecidos até então. Uma breve comparação com mapas posteriores permite confirmar a qualidade com que o exemplar seiscentista foi confeccionado, pois fornece mais informações quanto à configuração costeira de Alagoas do que algumas cartas de períodos seguintes.

Neste sentido, o presente trabalho busca repertoriar alguns movimentos dessa ocupação, apoiado nas fontes textuais e cartográficas coloniais dos séculos XVI e XVII, sobretudo a mencionada carta de Marcgraf.

Palavras chave: Formação territorial, Alagoas, Cartografia.

RÉSUMÉ

La formation d'un territoire est un processus qui implique de nombreux aspects qui, au fil du temps, sont consolidés dans l'espace géographique à travers des formes matérielles ou ils se dissipent, laissant place à de nouveaux besoins. Cette procédure est, d'abord, de l'appropriation d'une partie de la surface de la terre par une société donnée qui, en même temps il se reproduit, il produit son propre espace.

Pendant la période coloniale du Brésil, plusieurs directives ont été appliquées par les Portugais, d'abord comme un moyen de garantir la propriété de son vaste territoire, prévenir les invasions des autres peuples, comme l'occupation dans les différents points épars près de la côte brésilienne.

En Alagoas, qui faisait partie de Pernambuco, progressivement la conquête a été effectuée et la colonisation a ensuite été développé grâce à une stratégie systématique pour encourager la fixation de l'homme, avec l'installation d'équipements économiquement productifs, notamment les plantations de sucre. Il a été traduit dans des formes spatiales, et comme de nouveaux modèles sont apparus, ils ont également été modifiés.

Ces mouvements ont été enregistrés dans plusieurs documents, entre les rapports, cartes et vues, qui permettent aujourd'hui comprendre les plusieurs aspects du processus de formation territoriale de l'Alagoas.

Une carte générale que représente le Brésil Néerlandais, produit par le cartographe allemand Georg Marcgraf, en 1643, est le principal outil d'analyse dans le présent document, car elle constitue la carte plus complète de la période sur le territoire de l'Alagoas.

Cette carte contient différents éléments représentés - comme les villages, des usines, des forts, des hangars, des maisons et des églises - et sa caractéristique la plus remarquable est des enquêtes des rivières et des lagunes de la côte d'Alagoas, connue jusque-là. Une brève comparaison avec des cartes plus tard, nous permettent confirmer la qualité avec laquelle copie du XVIIe siècle a été faite car il fournit plus d'informations sur la configuration de la côte d'Alagoas que certaines cartes des périodes suivantes.

En ce sens, ce travail vise à compiler quelques mouvements de cette occupation, appuyée par les sources coloniales cartographiques et textuelles du XVIe et XVIIe siècles, en particulier la carte précitée du Marcgraf. **Mots-clés:** Formation territoriale, Alagoas, Cartographie.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A ESCRITA DE ALAGOAS NO SÉCULO XVI	17
1.1. ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO	20
1.2. ALAGOAS NAS FONTES TEXTUAIS QUINHENTISTAS	23
1.3. PRIMEIROS RISCOS	40
1.3.1. O contexto das primeiras representações do brasil e de alagoas	41
1.3.2. Alagoas nas cartas gerais do século XVI	44
2. A ESCRITA DE ALAGOAS NO SÉCULO XVII	55
2.1. O TERRITÓRIO DE ALAGOAS NAS FONTES TEXTUAIS SEISCENTISTAS	56
2.1.1. As marcas naturais	63
2.1.2. As marcas humanas	66
2.2. ALAGOAS A PATIRS DOS « « ALBERNAZES	77
2.3. ALAGOAS NA CARTOGRAFIA HOLANDESA DO SÉCULO XVII	95
3. MAGNÍFICA CARTA – LENDO O TERRITÓRIO ALAGOANO ATRAVÉS DE GEORG MARCGRAF	100
3.1. GEORG MARCGRAF E A <i>BRASILIAE GEOGRAPHICA ET HIDROGRAPHICA TABULA NOVA</i>	101

3.1.1. Cartuchos	104
3.1.2. Vinhetas – A fauna e a flora	106
3.1.3. Vinhetas – Cenas do cotidiano	107
3.1.4. Outros elementos	110
3.2. <i>PRAEFECTURA PARANAMBUCAE PARS BOREALIS E PRAEFECTURA PARANAMBUCAE PARS MERIDIONALIS – ALAGOAS EM MARCGRAF</i>	112
3.2.1. Pontos de Ocupação - Povoações	115
3.2.2. Pontos de Ocupação – Atividades produtivas: Engenhos e Currais	118
3.2.3. Pontos de ocupação – Objetos arquitetônicos: igrejas, casas e forte	123
3.2.4. Elementos “hídricos” – Rios e lagoas e portos	126
3.2.5. Elementos terrestres – As estradas	128
3.3. ALAGOAS, MARCGRAF E OS SÉCULOS XVIII E XIX	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Título	PG
01	Capitanias Hereditárias. Localização de Alagoas na Capitania de Pernambuco.	24
02	Alagoas sob a narrativa de Gândavo	26
03	Barreiras Vermelhas. Praia de Carro Quebrado, município de Camaragibe, Alagoas.	28
04	Alagoas sob o olhar de Gabriel Soares	32
05	O olhar de Anthony Knivet sobre Alagoas	39
06	<i>Planisfério de Cantino</i> . Autoria desconhecida. 1502. Detalhe A. Indicação dos rios São Francisco e São Miguel	44
07	<i>Terra Brasilis</i> , Lopo Homem e família Reinel, 1519	45
08	Planisfério de Pierre Descelliers	47
09	<i>América Meridional</i> , Diogo Homem, 1558	48
10	Mundo Novo. Diogo Homem, 1568	49
11	<i>Roteiro de Todos os Sinaes conhecidos, fundos, baixos, alturas, e derrotas...</i> , Luís Teixeira, século XVI	51
12	Aspecto geral de Alagoas em fins do século XVII	54
13	Rios alagoanos nas fontes seiscentistas.	63
14	Interferências humanas no território a partir das fontes seiscentistas	70
15	Espacialização das atividades econômicas	74
16	Mapa síntese - o território alagoano nos relatos seiscentistas	76
17	<i>Mapa do Brasil</i> , João Teixeira Albernaz II, 1666	77
18	Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1616.	79
19	Detalhes ampliados: A – Olinda e Recife	80
20	Detalhes ampliados: C – Lagoas do Norte e do Sul	80
21	Detalhe ampliado, B.	80
22	Detalhes ampliados, D	81
23	Detalhes ampliados, E	81
24	Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1616	83

Figuras	Título	PG
25	Detalhe B	84
26	Detalhe C	84
27	Lagoa Mundaú (Lagoa do Norte), Alagoas.	85
28	Detalhe D	85
29	<i>Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco</i> , João Teixeira Albernaz I, 1631	87
30	Detalhe da foz do rio São Francisco	87
31	Detalhe de uma das cachoeiras do rio.	87
32	Capitania de Pernambuco, João Teixeira Albernaz	89
33	Imagem sem título, João Teixeira Albernaz I, 1640	91
34	Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1640	92
35	Síntese das representações de Alagoas pela família Albernaz.	94
36	<i>De Stadt Olinda de Pernambuco</i> , Hessel Gerritz, 1630.	96
37	<i>Mapa Nova et exacta delineato Americae partis Australis Que est Brasilia</i> , Levinus Hulsius, 1599	97
38	<i>Novus Brasilia Typus</i> , Willem Janszoon Blaeu, 1640	98
39	<i>Acuratissima Brasiliae Tabula</i> , Henricus Hondius, 1663	99
40	<i>Brasilia qua parte paret Belgis</i> , Georg Marcgraf, 1647	103
41	Legenda do mapa <i>Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova</i>	104
42	Detalhes dos cartuchos informativos	105
43	Brasões da Companhia.	105
44	Detalhe dos brasões das capitanias conquistadas	106
45	Detalhes. Guirlandas e animais nativos.	106
46	Detalhe. Guirlanda central e animais.	107
47	Detalhe. Cenas indígenas	108
48	Detalhe. Pesca, casa de farinha e cena de combate	109

Figuras	Título	PG
49	Detalhe de aldeamento.	109
50	Representação de um engenho de açúcar.	110
51	Detalhe. Embarcações próximas a Alagoas.	111
52	<i>Praefectura Paranambucae pars Borealis</i> . Georg Marcgrave, 1643.	112
53	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis</i> , Georg Marcgrave, 1643	112
54	Área aproximada de abrangência dos mapas <i>Praefectura Paranambucae pars Borealis e Praefectura Paranambucae pars Meridionalis</i> no atual território alagoano.	113
55	Divisão das capitânicas da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, com delimitação da área de abrangência de Alagoas.	114
56	<i>Praefectura Paranambucae pars Maridionalis e Borealis</i> . Localização dos povoados da região de Alagoas	117
57	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis</i> , Georg Marcgraf, 1643. Indicação dos engenhos	120
58	<i>Praefectura Paranambucae pars Borealis</i> , Georg Marcgraf, 1643. Indicação dos engenhos	121
59	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis</i> , Georg Marcgrave, 1643. Indicação dos currais	122
60	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis</i> , Georg Marcgraf, 1643	124
61	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis</i> , Georg Marcgraf, 1643. Indicação de áreas com casas e localização do Forte Maurício	125
62	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis</i> , Georg Marcgraf, 1643. Indicação dos principais rios e lagoas e dos portos	127
63	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis</i> , Georg Marcgraf, 1643. Indicação dos caminhos terrestres	129
64	Malha das estradas com os pontos de ligação	130

Figuras	Título	PG
65	<i>Praefectura Paranambucae pars Maridionalis</i> . Indicação dos caminhos de Camarão (1) e do Conde (2).	131
66	<i>Praefectura Paranambucae pars Maridionalis</i> - representação geral da ocupação	134
67	<i>Praefectura Paranambucae pars Borealis</i> – representação geral da ocupação	135
68	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis</i> , Georg Marcgraf, 1643. Tentativa de indicação da localização de futuros povoados em Alagoas.	139
69	<i>Mapa Topographico da Parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba</i> , 1823	141
70	Mapa Topographico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba, 1823.	142
71	Cidades, vilas e povoados a partir do texto de Espíndola	145
72	Abrangência dos mapas de Marcgraf: sobreposição das informações de Espíndola.	146
73	Indicação das principais estradas de Alagoas listadas por Thomaz Espíndola.	150
74	<i>Praefectura Paranambucae pars Maridionalis</i> . Indicação de caminhos	151
75	Indicação da semelhança entre as estradas destacadas em amarelo e roxo com os caminhos indicados por Marcgraf.	152
76	Mapa Rodoviário de Alagoas, 2002. Indicação de possíveis permanências de caminhos seiscentistas.	153
77	Definições iniciais do território alagoano, século XVI.	158
78	Ocupação de Alagoas no século XVII.	159
79	Ocupação de Alagoas no século XVIII	159
80	Ocupação no século XIX	160

LISTA DE QUADROS

Quadro	Título	PG
01	Quadro Geral de Alagoas no Século XVI Quadro Geral de Alagoas no Século XVI	53
02	Vilas fundadas no século XVI	57
03	Vilas fundadas no século XVII	58
04	Levantamento dos engenhos de Alagoas	73
05	Síntese dos elementos do território alagoano mencionados nas fontes seiscentistas	75
06	<i>Prefecturae Paranambucæ pars Borealis e Meridionalis</i> Quadro de sistematização	132
07	Núcleos Povoados – Alagoas, 1860.	144
08	Comparação entre os rios do mapa de Marcgraf e os do mapa de 1823.	147
09	Massas de Água e Portos de Alagoas	148

INTRODUÇÃO

O território, ao mesmo tempo em que é escrito no chão, ou seja, é construído por uma sociedade que se inscreve no solo, criando formas mais ou menos duráveis, pode também ser escrito em textos e imagens – a partir de diferentes olhares que captam aspectos específicos dessa construção.

No âmbito da formação territorial de Alagoas e no caso das fontes escolhidas para produzir esta dissertação, esta escrita é realizada também *pele* chão, pelos longos caminhos, de água e de terra, percorridos por aqueles que se embrenharam nas terras alagoanas e transformaram as linhas de sua paisagem em palavras e imagens, oferecendo aos demais leitores, contemporâneos e posteriores, ricos cenários textuais e imagéticos, aptos a serem lidos e interpretados, e fornecendo uma grande variedade de informações.

A proposta deste trabalho é realizar uma leitura do território do Estado de Alagoas, ao tempo em que ele não existia enquanto tal mas era parte da capitania de Pernambuco, por meio de fontes textuais e cartográficas, sobretudo dos séculos XVI e XVII, de modo a compreender aspectos da sua formação, originados em princípios do período colonial brasileiro, mas que se expandiram e se

diversificaram ao longo do tempo, sendo capturados por diferentes olhares e expressos com objetivos diversos.

Por território, entende-se como sendo um espaço qualificado por uma sociedade que o domina e exerce sobre ele sua soberania. O conceito de território está ligado à noção de domínio ou gestão de uma área específica. Sendo assim, a ideia de poder emerge na discussão como em elemento chave para sua conceituação.

A construção de um território é um processo contínuo, no qual o espaço acumula as formas e os processos nele implantados, podendo ser, conforme coloca Moraes (2000, p. 17), uma “forma parcial de ler a história”.

Este [processo de formação de um território] envolve a relação de uma sociedade específica com *seu* espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. [...] o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais, obras humanas que subvertem as características naturais originais. As construções e destruições realizadas passam a fazer parte daquele espaço, qualificando-o para as apropriações futuras (Ibidem, p.17).

E se território está relacionado à apropriação e qualificação do espaço, seu domínio e gestão, a sua formação envolve também “em

algum momento, uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política (como a conquista de ‘novas’ terras) (Ibidem, p. 23).”

Neste sentido, esta dissertação investiga os processos que levaram à formação do território do estado de Alagoas, compreendidos entre os séculos XVI e XVII, tomando como ponto de partida temporal o início da colonização empreendida pelos portugueses. Sob o enfoque das fontes textuais e iconográficas, este trabalho buscou repertoriar os movimentos de reconhecimento, demarcação e ocupação territorial, no âmbito das intenções colonizadoras empreendidas neste período da história nordestina.

A ideia de trabalhar com uma escala de análise geográfica ampliada – ou seja, debruçando sobre o objeto de estudo um olhar mais abrangente, surgiu em decorrência dos cerca de cinco anos (desde o ingresso no Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, em 2003) dedicados ao estudo do urbanismo colonial brasileiro. Este tema foi abordado, em um primeiro momento, sob o ponto de vista de sua configuração, no que diz respeito aos princípios urbanísticos portugueses implantados nos primeiros núcleos urbanos do Brasil.

A busca por responder a uma questão geral proposta pelo Grupo, referente à lógica da implantação portuguesa no Brasil colônia, levou ao estudo de uma antiga vila colonial, Vila Formosa de Sirinhaém, pertencente à Capitania de Pernambuco, destacada dentro de um conjunto de cerca de vinte cidades nordestinas selecionadas para este estudo por possuírem em comum o período de origem (séculos XVI e XVII) e a existência de representação iconográfica histórica¹.

O estudo sobre Sirinhaém foi pautado, sobretudo, na análise de material iconográfico seiscentista, produzido durante o período de dominação holandesa da Capitania de Pernambuco. A partir dessas imagens buscou-se o entendimento de três aspectos considerados capitais para a compreensão da organização espacial da vila: a relação do núcleo edificado com o sítio natural de implantação, as características do traçado urbano e a identificação das edificações mais significativas.

Em decorrência deste estudo, surgiu o questionamento sobre a interferência da edificação de uma vila na espacialização do

¹. O estudo sobre Sirinhaém consistiu em parte integrante do projeto intitulado Estudos da Paisagem e foi desenvolvido no âmbito da Iniciação Científica, através do qual fui bolsista do CNPq durante três anos.

território colonial. Neste sentido, em uma segunda etapa, ainda na iniciação científica, engajei-me em nova pesquisa, agora partindo de uma edificação específica para entender o núcleo urbano, que, neste caso em particular, consistiu nos conventos franciscanos de três vilas coloniais – Vila Formosa Sirinhaém (PE), Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, atual Marechal Deodoro e Penedo (AL)². Neste momento, busquei compreender a relação entre estes conjuntos arquitetônicos e a configuração espacial de suas localidades, no âmbito das interferências nos sítios e nos traçados. Desse modo, o estudo de caso em escala micro foi realizado no sentido de contribuir para as discussões mais amplas sobre a questão do urbanismo colonial no Brasil.

Por último, ainda no decorrer das atividades no Grupo, tive a oportunidade de participar de um projeto, já na condição de graduada, que me transportou da esfera urbana para a rural, através do qual foi possível estabelecer uma relação mais próxima com Alagoas que, até o momento, tinha sido vista por mim pelo viés da presença franciscana em Penedo e Marechal Deodoro. Este projeto consistiu na identificação e mapeamento dos antigos engenhos de

2. Projeto intitulado “Uma missão nos trópicos: Nassau e a construção da paisagem nordestina”, realizado entre agosto de 2005 e julho de 2006, com o apoio do CNPq.

açúcar de Alagoas. O mesmo foi iniciado a partir de uma demanda do IPHAN (no âmbito da 17ª Superintendência Regional) que, entre alguns objetivos, teve como meta contribuir com futuras ações no campo da preservação do patrimônio histórico e cultural deste objeto arquitetônico específico³.

Os estudos foram amparados em extensa pesquisa nas fontes textuais específicas, análise iconográfica e levantamentos em bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE. Em um primeiro momento as investigações contemplaram a região do atual município de Porto Calvo e seu entorno próximo. A segunda etapa foi realizada na região do entorno das lagoas Mundaú e Manguaba. A iconografia produzida nos séculos XVII e XVIII, extraída do acervo que o Grupo possui, e que está reunida e catalogada, foi de fundamental importância para este estudo. Dentre estas imagens, as vistas feitas pelo pintor holandês Frans Post, em meados do XVII, destacam-se - além da qualidade artística - pelo número de cenas do tema produzidas; por demonstrar com minúcias (em alguns exemplos) aspectos da arquitetura, da tecnologia, do cotidiano, entre outros; por possibilitar a visualização do tipo de sítio de implantação escolhido,

3. O projeto intitulado “Identificação e mapeamento dos antigos engenhos de Alagoas” foi realizado no período de 2007 a 2010.

também referenciado na bibliografia, bem como por permitirem uma aproximação maior com a paisagem açucareira da época de uma forma geral.

A forte relação que se estabeleceu com o tema, qual seja a produção açucareira de Alagoas, materializada espacialmente pelos engenhos e, posteriormente, pelas usinas, me fez perceber a importância desses complexos na constituição histórica, territorial, econômica e social deste Estado. Nesse sentido, cogitei estudar essa relação, sob o ponto de vista da inserção desses engenhos no território alagoano. Entretanto, retomando a questão da escala ampliada, no decorrer das pesquisas na bibliografia e iconografia, fui me deparando com outros aspectos que julguei também importantes para o entendimento da configuração desse território.

As paisagens natural, urbana e rural de Alagoas são examinadas separadamente, embora se anuncie os vínculos entre elas. A forte relação entre engenho com o território alagoano, por exemplo, percebido através deste estudo, me permitiu formular algumas questões quanto à formação desse território e reconhecer dentro do universo acadêmico certa carência por estudos que analisassem esse processo sob um olhar amplo.

Dessa forma, iniciei a jornada desta dissertação voltada para a investigação dos movimentos que, ao longo do tempo, foram configurando o território alagoano, buscando compreender as formas de identificação, demarcação e ocupação do mesmo, gerando um recorte geográfico, histórico e cultural que hoje conhecemos como Alagoas.

Outra motivação para abordar a temática mencionada acima foi a existência de um mapa pioneiro e bastante detalhado, produzido pelo alemão George Marcgraf, em 1643, que cobre toda a costa da então Capitania de Pernambuco, da qual Alagoas era parte integrante. Esta carta representa uma série de elementos – naturais e edificados – do território, consistindo em um dos mapas mais completos, no quesito hidrografia da região, até mesmo no século XIX, como será comentado mais adiante.

A iconografia desempenhou, portanto, importante papel neste trabalho, pois, ainda que as informações obtidas estejam apoiadas também na revisão das fontes textuais, as imagens permitiram uma análise do território sob o ponto de vista da sua configuração visual, apoiada nos diferentes mapas reunidos. Esta aproximação com a imagem contribuiu para a identificação de elementos que, no

decorrer do período estudado, foram sendo inseridos no território alagoano, permitindo a visualização do movimento de ocupação deste.

Não tive a pretensão, neste trabalho, de discutir a confiabilidade das imagens antigas enquanto fontes de informações relevantes para os estudos históricos, pois, parti do pressuposto de que esta questão está bastante discutida por teóricos diversos e que, atualmente, apesar das polêmicas que ainda a rodeiam, a validade da iconografia histórica enquanto fonte e ferramenta metodológica já é reconhecida em diversas áreas do universo acadêmico.

Nesse sentido, dentro do campo iconográfico, a cartografia recebeu destaque especial nesta dissertação, pois possui dimensões mais amplas, que extrapolam a simples representação do conhecimento geográfico⁴. No momento de sua observação buscou-se, portanto, ter em mente que esta ferramenta possui um juízo de valor agregado à sua confecção, demonstrando as formas de imaginação, estruturação e articulação humanas. Além disto, as observações foram realizadas também com certo cuidado na interpretação da linguagem dos mapas, pois, estes constituem representações do real executadas por

meio de uma série de convenções gráficas que nem sempre é possível acessar na sua significação mais precisa.

O mapa é o início de uma aventura. Viagens, caça de tesouros, guerras e explorações tornam-se vivíveis com o abrir de um mapa. Sentado em sua poltrona, um mapa pode servir-lhe de tapete mágico para conduzir sua mente, com a rapidez de um relâmpago, a qualquer lugar onde você queira ir. Mapas com a indicação de estradas, em nossos dias, são distribuídos grátis. Em tempos passados, no entanto, eram guardados em segredo e aqueles que ousassem revelá-los expunham-se a torturas ou à morte. Para um corsário a captura de um mapa era presa mais rica que ouro e prata (DUARTE, 2002, p. 20).

Quando se fala em mapa logo se pensa na sua relação com a Geografia, com a representação, em um plano, de aspectos diversos tendo como base a superfície da terra. No entanto, o mesmo pode ultrapassar a simples localização de elementos no plano terrestre. Na confecção de uma carta geográfica estão embutidos princípios diversos, tanto da pessoa que a produz quanto de quem a encomenda. O mapa realiza de forma eficaz a função de representar o espaço do homem, e consiste também em um instrumento ideológico, capaz de direcionar as atenções para questões específicas ou mesmo encobrir outras.

⁴. A Geografia tem estendido cada vez mais o seu campo de trabalho, apresentando diferentes vertentes de investigação, como a Humana, a Física e a Ambiental.

Todos os elementos de um mapa comunicam de alguma forma um determinado sentido. Por isso, é de grande importância para a análise cartográfica o entendimento das representações culturais contidas no mesmo, as quais podem estar representadas sob a forma de signos já conhecidos ou como símbolos subjetivos. Dessa forma, além da observação dos elementos representados com mais objetividade, buscou-se prestar atenção também nos detalhes como molduras, vinhetas, cartuchos⁵, pois, estes também comunicam algo, podendo indicar uma intenção específica e trazer aspectos vinculados a um momento histórico determinado.

Diversas mensagens podem ser transmitidas através de cartas geográficas. No contexto das grandes expedições marítimas, realizadas a partir do século XV – que culminaram, dentre outros fatos, com a conquista do Brasil, período que consiste o foco deste trabalho – a cartografia produzida neste momento teve papel fundamental no transcender das “descobertas” e no processo de colonização. Isto porque a confecção de diversos mapas contribuiu tanto no sentido da ampliação do conhecimento referente aos oceanos e territórios, incentivando o lançamento de vários

⁵. As molduras, por exemplo, podem indicar o momento artístico vigente na época. As vinhetas consistem em representações complementares, como ilustrações de um determinado elemento. Já os cartuchos eram, geralmente, utilizados para emoldurar informações textuais.

empreendimentos marítimos, com o intuito de explorar novos lugares, bem como para incentivar o interesse de reis e demais nobres, dos países envolvidos nas explorações, em investir, em um primeiro momento, na extração de riquezas das terras conquistadas. Os mapas produzidos a partir do século XV representam, muitas vezes, verdadeiros tratados sobre um lugar, incluindo rotas de acesso do Oriente à Europa, a configuração de seu território conhecido, descrição dos habitantes nativos, etc.

O interesse comercial dos reinos em explorar as novas terras conquistadas incutiu na confecção dos mapas aspectos que ressaltavam as riquezas existentes nos lugares recém descobertos. Contêm, algumas vezes, descrições das atividades extrativistas como no caso do pau-brasil, e com bem maior número de detalhes, no caso da produção açucareira. Disso resultou uma cartografia bastante rica de símbolos e ilustrações, tendo como consequência o valor artístico que os mapas desse período apresentam, somando-se a isso o esmero com que foram executados.

O valor estético de um mapa é um aspecto de grande importância, pois, a maneira de representar seus elementos constituintes deveria ser agradável aos olhos de seus patrocinadores, em geral pessoas de

elevada posição social, além seguir as tendências artísticas da época. Para que os produtos fossem dignos daqueles que os encomendavam, muitas vezes os mapas eram confeccionados em pergaminhos ou tecido fino, ou então eram utilizados pigmentos de ouro e prata para a composição das tintas. Este requinte fez de alguns exemplares obras únicas (SANTOS, in: COSTA, 2007, p.51).

As bordas das folhas foram, durante muito tempo, confeccionadas com grande preocupação estética, seguindo até mesmo uma corrente estilística. Outras alegorias poderiam vir em adendo, como os elementos que faziam a co-relação com o local representado – como a utilização de vegetação nativa do lugar para emoldurar alguma informação. Além disso, os brasões reais eram muito representados como forma de indicar a posse e soberania sobre o território. A própria rosa-dos-ventos também passou por fases de extrema exuberância, utilizando elementos simbólicos para indicar a direção dos pontos cardeais (ibidem, p.56).

Além da preocupação visual, os profissionais cartográficos do início dos séculos XV e XVI e posteriores também mantiveram constantes os estudos com relação ao aperfeiçoamento das técnicas relacionadas à geometria e aritmética. Após a instituição do uso das linhas de

longitude e latitude, os cartógrafos preocuparam-se cada vez mais em estabelecer a exatidão em seus mapas a partir do desenvolvimento de várias escalas. As medidas eram obtidas tendo como referência o corpo humano – polegada, braço, palma, etc. Até o século XVI mesmo a representação da escala gráfica nos mapas passava por um tratamento estético, tornando-se mais simplificadas a partir do XVII (ibidem, p.69-71).

No contexto da produção da cartografia histórica do Brasil, principalmente as cartas produzidas nos séculos XVI e XVII, deve-se ter em mente que os mapas desse período, apesar de serem produtos do pensamento europeu, dentro de uma dada tradição, resultam de um embate com uma paisagem nova e um contexto social que extrapola o domínio europeu. Além disso, a grande parte desconhecida do território favoreceu o imaginário dos cartógrafos e exploradores, contribuindo para o acréscimo do valor simbólico desses mapas. Pode-se observar também que, apesar do caráter aparentemente descritivo do Novo Mundo, as concepções ideológicas também estão presentes neste material.

Suportes e vetores do processo de formação dos Estados Dinásticos, mapas cumpriram papel estratégico, mediando, projetando e legitimando o exercício da soberania, no reino e nas conquistas

ultramarinas. Expressão dos processos de territorialização dos Estados Modernos, eles mereceram investimento permanente proveniente das Coroas européias, tanto para o aperfeiçoamento das técnicas de representação como para a formação de quadros profissionais especializados na sua feitura (KANTOR; BUENO; FERLINI, 2009, p.11).

A ocupação das terras brasileiras pelos colonizadores foi efetuada, inicialmente, nas regiões costeiras, adentrando por uma estreita faixa para o interior, se considerada a dimensão do território brasileiro, seja o estabelecido pelas Capitâneas Hereditárias, seja o atual. No contexto colonial alguns pontos do território destacaram-se devido ao desenvolvimento econômico e urbano, como a região Nordeste, que ocupava posição importante no cenário das ações colonizadoras. Entre suas capitâneas, Bahia e Pernambuco despontavam como as mais ricas e produtivas.

Inserida na Capitania de Pernambuco, Alagoas consistia em uma parte importante de seu território, pois, funcionava como suporte para o fornecimento de gado e outros gêneros, além de possuir importantes cursos d'água e solo fértil, propícios para o plantio da cana-de-açúcar, atividade que se desenvolveu largamente por suas terras. Alagoas era também o limite sul da capitania pernambucana, possuindo como marco divisório o rio São Francisco, bastante

apreciado pelos colonizadores devido a sua grandeza e fertilidade. As terras alagoanas foram aos poucos sendo representadas na cartografia, à medida que alcançava maior desenvolvimento e sua ocupação se efetivava.

Com relação aos mapas utilizados nesta dissertação, as análises foram realizadas buscando aprofundar o entendimento do mapa como um instrumento complexo, que, ao mesmo tempo contém e é conteúdo. Dessa forma, buscou-se entender, como coloca Gomes (2004, p.72) que “o mapa não registra silenciosa e inocentemente uma paisagem, mas responde a atos deliberados de identificação, seleção e nomeação do que é observado, mostrando ou escondendo elementos de acordo com os interesses em jogo no projeto cartográfico”.

Além da revisão bibliográfica, realizada para subsidiar teoricamente a análise aqui proposta, esta dissertação procurou, a todo o momento, o encontro com a cartografia, buscando identificar as referências a elementos que hoje se sabe que pertencem a Alagoas.

O trabalho com a cartografia dos séculos XVI e XVII demandou uma intensa busca em diversas fontes impressas e digitais. Por se tratarem de documentos muito antigos, foram encontradas algumas

dificuldades ao longo das pesquisas, no sentido do acesso a mapas de grande importância para este estudo. Entre as referências acessadas, as principais utilizadas nesta dissertação foram as seguintes: *Mapa: imagens da formação territorial brasileira* (Isa Adonias); *O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil* (Paulo Miceli); *Estado do Brasil Coligido das mais sertãs notícias que pode avintar, Dõ Jeronimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sua Ma^{gde}. Anno 1631* (edição organizada em forma de catálogo da exposição *Os mapas do descobrimento*); *Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz. Chamado Vulgarmente Brazil. Feito por João Teixeira Cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640* (edição fac-símile, publicada em comemoração aos descobrimentos portugueses) *Rezão do Estado do Brasil* (Diogo de Campos Moreno); *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império* (Antônio Gilberto Costa); *O Brasil e os Holandeses* (Paulo Herkenhoff); *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (Nestor Goulart Reis), além do arquivo disponibilizado *on line* pela Biblioteca Nacional de Portugal, na seção Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>).

Do século XVI foram analisados mapas gerais, que objetivam identificar a extensão territorial do Brasil sob domínio português. Do XVII, além do mapa de Georg Marcgraf, já mencionado, também receberam atenção as cartas produzidas pelos descendentes do cartógrafo português Luiz Teixeira, conhecidos posteriormente como “família Albernaz”.

Na Capitania de Pernambuco este século foi marcado pela dominação dos neerlandeses, ocasionando uma produção intensa de material bibliográfico e cartográfico. Sendo assim, diversos mapas produzidos sob o julgo neerlandês também foram objeto de análise neste trabalho.

A interpretação das fontes textuais produzidas nos séculos XVI e XVII resultou na elaboração de mapas, produzidos para expressar graficamente as informações referentes ao território alagoano colhidas nos textos, reforçando a aproximação deste estudo com a representação por meio de mapas.

Ao mesmo tempo em que esta dissertação se apóia nos mapas existentes para visualizar e compreender os movimentos da formação territorial de Alagoas, ela também constrói mapas a partir

dos resultados de análise e interpretação das fontes textuais e iconográficas.

Os mapas construídos constituem esquemas gráficos elaborados a partir de uma base cartográfica, na qual os elementos identificados nas fontes antigas foram sobrepostos. Embora Alagoas, nos séculos XVI e XVII, pertencesse à Capitania de Pernambuco, optou-se por utilizar a delimitação atual do estado para compor os esquemas, de modo a proporcionar melhor visualização com relação à formação de seu território.

Para localizar os diversos pontos observados nas fontes foi utilizado como base o “Mapa Rodoviário de Alagoas”, de 2002, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, disponível em <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/mapas/index.htm>.

Apesar de ter surgido somente no século XVIII, Maceió, atual capital alagoana, esta indicada nestes esquemas para proporcionar melhor referência quanto à formação do território.

Essa construção e desconstrução permitiram estabelecer um diálogo, de forma mais aproximada, com o objeto de estudo, possibilitando o desenvolvimento de um jogo bidirecional, no qual o mapa pode ser encontrado em diferentes posições. Os movimentos realizados

contribuíram para a visualização do território alagoano em diferentes momentos, situações e perspectivas.

Para a elaboração desta dissertação foi realizada uma busca em diferentes acervos, entre bibliotecas e institutos deste Estado, arquivos eletrônicos e coleções particulares. Entretanto, a maior parte das fontes textuais e iconográficas reunidas, principalmente as dos séculos XVI e XVII, é decorrente de um esforço que o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem tem empreendido na busca por livros, imagens e outros documentos reunidos ao longo de anos de pesquisas realizadas em Alagoas, bem como em outros estados e mesmo em outros países⁶.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, além das considerações finais, através das quais procurei estabelecer um diálogo próximo com duas ferramentas, a escrita e a gráfica,

⁶. Através da realização de diversos projetos desenvolvidos pelo Grupo, bem como de outras dissertações e tese de doutorado, foi possível a consulta a acervos fora de Alagoas, como o da Biblioteca Nacional; a Mapoteca do Itamaraty; e as bibliotecas de outras universidades no Brasil. Em Pernambuco, por exemplo, foram realizadas diversas visitas à Fundação Joaquim Nabuco, à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico. Entre os acervos de outros países foram visitados por membro do Grupo, por exemplo, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Ultramarino em Portugal e o Arquivo Nacional em Haia, Holanda.

Em alguns momentos essa busca por textos e iconografias do período colonial encontrou dificuldades, visto que algumas obras importantes para este trabalho são raras ou encontram-se em arquivos de outros países. No caso da fonte mais importante desta dissertação, qual seja o mapa de Marcgraf, o acesso só foi possível por meio de arquivos *on line*, como o da Biblioteca Nacional Digital, vinculado à Biblioteca Nacional de Portugal.

buscando obter destas informações que me permitissem construir sínteses gráficas e textuais (como quadros) referentes ao território alagoano. A estrutura básica elaborada seguiu a sequência cronológica dos períodos históricos, ou seja, começando pelo século XVI, passando pelo XVII e utilizando algumas rápidas incursões nos séculos XVIII e XIX, como está explicitado a seguir.

O capítulo 1 compreende, inicialmente, uma busca pelo entendimento do contexto geral da época dos descobrimentos, inclusive de fatos que antecedem o século XVI, mas que influenciaram diretamente no caráter da colonização brasileira. A intenção pretendida foi, a partir da observação da sociedade europeia, sobretudo os moldes econômicos, políticos e culturais vigentes na época, identificar alguns dos desígnios dos colonizadores, que culminaram em formas espaciais específicas implementadas em Alagoas.

A partir deste entendimento prévio, este capítulo foi desenvolvido com o intuito de identificar os movimentos iniciais da ocupação do território alagoano, considerando as iniciativas iniciais tomadas pelos portugueses visando, por exemplo, a defesa de sua costa, a extração de pau-brasil e identificação de suas potencialidades

naturais, durante os primeiros decênios do século XVI e, na segunda metade, as primeiras medidas relacionadas à ocupação propriamente dita.

Alagoas é, então, apresentada sob o olhar dos viajantes e/ou colonizadores quinhentistas. Os reconhecimentos iniciais do território alagoano são descritos por relatos textuais, ora de forma breve, ora de maneira mais consistente. Pero Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa e Anthony Knivet foram os principais autores eleitos para esta análise entre os que inauguram as menções à região em estudo, mas há também contribuições de Frei Vicente do Salvador.

Visando a complementação de informações foi considerada também a rica bibliografia local, ou seja, de escritores alagoanos, composta por autores como Jayme de Altavilla, Ivan Fernandes Lima, Manuel Diégues Jr., Craveiro Costa, e Thomaz Espíndola⁷.

⁷. Jayme de Altavilla nasceu em Alagoas, formou-se em direito, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e trouxe diversas contribuições para a sociedade alagoana, como a fundação da Academia Alagoana de Letras, em 1919. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_de_Altavilla. Acesso em 20/05/2010. Ivan Fernandes Lima, também alagoano, formou-se em direito, história e geografia, sendo esta última o campo da ciência para o qual dedicou seus maiores esforços, tendo como foco principal a geografia regional, sobretudo a de Alagoas. Publicou diversos livros e artigos técnico-científicos. Fonte: http://gazetaweb.globo.com/v2/gazetadealagoas/texto_completo.php?cod=153774&ass=57&data=2009-10-03. Acesso em: 20/05/2010. Manuel Diégues Júnior, antropólogo e sociólogo, nascido em Maceió, foi presidente das Associações Latino-Americana de Sociologia e Brasileira de Antropologia. Foi autor de numerosos ensaios e estudos sobre antropologia, sociologia e problemas culturais e

Após a incursão nos textos de época, buscou-se na cartografia quinhentista as primeiras representações de elementos do futuro território alagoano. Procurou-se identificar também os motivos de determinadas indicações nos mapas, visando entender as lógicas cartográfica e colonial da época e a inserção de Alagoas nesse quadro.

O capítulo é “costurado” por sínteses textuais e gráficas, de forma a tornar mais objetivas as análises apresentadas no decorrer do texto. Nesta etapa os mapas surgem como uma construção própria, resultado de minhas interpretações das informações obtidas com as fontes mencionadas.

O capítulo 2 possui estrutura semelhante ao anterior, no que diz respeito ao uso de textos e mapas, entretanto, as informações obtidas correspondem ao século XVII. Dessa forma, outro conjunto de fontes textuais passa a constituir documentos para o estudo de reconhecimento e levantamento de Alagoas. Tratam-se das obras realizadas, principalmente, por neerlandeses durante o período das

denominadas “Invasões Holandesas” da Capitania de Pernambuco. Alagoas pode ser encontrada em diversas dessas falas como uma parte importante desta capitania.

Os textos seiscentistas foram selecionados a partir do levantamento de diversos relatos escritos no momento em que os holandeses exerceram domínio sobre parte da colônia, formando o chamado Brasil Holandês. A invasão, em 1630, inicialmente da Capitania de Pernambuco, foi, posteriormente, ampliada para as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.

O domínio colonial holandês permitiu que grande quantidade de informações acerca das capitanias conquistadas fosse armazenada sob a forma de relatórios, discursos e outros documentos, constituindo uma das principais fontes bibliográficas referentes ao período. Estas obras possuem caráter preciso, o qual pode ser verificado em grande parte das descrições, posto que os aspectos incutidos nesse processo de registro obedeciam a objetivos bem definidos pelas autoridades responsáveis pela empreitada de invasão

regionais do Brasil <http://www.klickeducacao.com.br/2006/enciclo/encicloverb/0,5977,POR-8137,00.html>. Craveiro Costa foi um alagoano que desempenhou diversas funções, como jornalista, geógrafo, historiador, estatístico e administrador. Dedicou-se ao estudo de diferentes temáticas de Alagoas, como sua formação social, os problemas da educação, e do Brasil, avaliando, por exemplo, a problemática do Acre durante a Primeira República. Fonte: SANTOS, Dayvid de Farias, s/d, em <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/>. Thomaz Espíndola foi médico e professor de geografia e história do antigo colégio Liceu Alagoano.

e exploração das terras, em especial a Companhia das Índias Ocidentais (WIC)⁸.

Os relatos, em sua maioria, elaborados por neerlandeses, abrangem ora aspectos mais gerais, como informações acerca da fauna e flora, dos índios e dos alimentos, ora elementos mais específicos, como a descrição minuciosa de um engenho de açúcar. Nessa dissertação, ambos os tipos foram considerados importantes para o entendimento do território alagoano dessa época.

O Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem tem desenvolvido, como uma de suas atividades, a elaboração de uma antologia de títulos referentes ao período colonial brasileiro. Além do levantamento, as obras selecionadas são também objeto de fichamento, realizado a partir de uma lista de temas, elaborada pelo Grupo. Entre as obras pertencentes estão alguns títulos produzidos durante a dominação holandesa, destes, foram consultados com mais precisão quatro livros⁹:

8. A criação da Companhia das Índias Ocidentais (do neerlandês West-Indische Compagnie - WIC), em princípios do século XVII, foi uma forma encontrada pela Holanda de sistematizar as trocas comerciais realizadas nas expedições, bem como os lucros obtidos. Seus objetivos principais eram fundar colônias, tendo em vista a obtenção do lucro, e desviar para a Holanda a produção de prata que ia do México para a Europa (WÁTJEN, 2004: 73).

⁹. Embora pareça um número pequeno, alguns destes se compõem de vários textos, que trazem, ao final, extensa documentação sobre o tema. Na escolha dos textos foram levadas em consideração a quantidade de informações sobre Alagoas, bem como a importância dos aspectos descritos.

- *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau...*, 1647, escrita por Gaspar Barléus, filólogo, historiador e erudito, que foi incumbido por Maurício de Nassau de registrar as suas atividades executadas durante o período em que governou o chamado Brasil Holandês. Esta obra foi escolhida por ser bem mais do que o simples registro de um governo. Além dos aspectos relacionados à conquista e à administração de parte das terras brasileiras, Barléus discorreu também sobre a geografia, as vilas e povoados, os elementos naturais, gêneros alimentícios, além dos habitantes nativos. Por conta da abrangência de suas descrições, esta obra é considerada uma das mais importantes referentes ao período de dominação holandesa.

- *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses*, 1639. Escrito por Adriaen van der Dussen, alto conselheiro da Companhia das Índias Ocidentais, apresenta de forma minuciosa as condições econômicas e sociais das capitanias conquistadas pelos holandeses.

- *Fontes para a história do Brasil Holandês*, 1981. Volumes 1 - *A Economia açucareira* e 2 - *A Administração da Conquista*. Estas

obras consistem na reunião de textos de autoria de diversos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, efetuada pelo historiador pernambucano, especialista na temática dos holandeses no Brasil, José Antônio Gonsalves de Mello Neto. O primeiro volume é voltado sobretudo para o levantamento detalhado das condições da produção açucareira nas capitânicas conquistadas, incluindo informações como a localização e descrição de engenhos, capacidade produtiva, condições físicas, proprietários, empregados (livres e escravos)¹⁰. O segundo aborda grande quantidade de aspectos da região sob domínio, tais como descrição de vilas e povoados, listagem de rios, alimentos, fortificações, entre outros¹¹.

¹⁰. Neste volume foram consultados os seguintes textos: 1. G. M. Asher; W. P. C. Knuttel; P. A. Tiele. *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente*. (pp.15-20); 2. José Israel da Costa. *Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá – ano de 1623*. (pp.28-32); 3. *Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrian Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630*. (pp. 35-46); 4. *Inventário, na medida do possível, de todos os engenhos situados ao Sul do rio da jangada até o rio Una, feito pelo Conselheiro Schott. 1626*. (pp.51-71); 5. *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitânicas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*. (1638) J. Maurice Conte de Nassau; M. Van Ceullen; Adriaen Van der Dussen. (pp.77-129).

¹¹. No volume 2 foram utilizados os textos a seguir: 3. *Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. E pelos nobres membros do Alto Conselho*; 4. *Relatório de viagem ao sul de Pernambuco por A. van Bulestrate, 1642* (pp.147-198); 5. *Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bulestrate e P. Jansen Bas, sobre como se encontravam ao tempo de seu governo e de sua partida dali. 1644-46*. (pp.205-301).

No contexto de representação cartográfica do século XVII, a iconografia mais expressiva fica por conta de cartas específicas e detalhadas, decorrentes dos trabalhos da família Albernaz, caracterizam-se por possuírem informações mais consistentes sobre Alagoas, através de uma aproximação maior ao seu território. Mas foram consideradas também algumas cartas gerais produzidas por holandeses. Os primeiros. Nesta etapa, o mapa foi utilizado como um meio em si – passível de interpretação – e também como um fim – enquanto esforço de síntese. Assim como no capítulo 1, no segundo, paralelo ao trabalho com mapas seiscentistas, extraindo dos mesmos as informações pertinentes ao território de Alagoas, procurei expressar graficamente meu entendimento acerca desse território, através de alguns infográficos.

O terceiro e último capítulo apresenta o território alagoano sob o olhar de Georg Marcgraf. Foi realizada uma leitura minuciosa das cartas *Praefectura Paranambucæ pars Borealis e Praefectura Paranambucæ pars Meridionalis*, da então Capitania de Pernambuco, que abrangem as terras alagoanas. Através dos elementos representados, buscou-se, em um primeiro momento, a compreensão quanto à configuração espacial desse território, e a

identificação das principais motivações – econômicas, políticas – desta no século XVII.

Em um segundo momento, a partir da contraposição com mapas dos séculos XIX e XXI e do apoio nas fontes textuais, buscou-se identificar quais os elementos que exerceram maior força sobre o processo de construção do território alagoano, através da observação do que permaneceu como marca ao longo dos séculos, ainda que transformada (fragmentada ou agregada a outros elementos), e o que foi diluído no território e desapareceu durante esse mesmo período.

A discussão é finalizada com uma análise dos resultados obtidos nas seções anteriores, através do esforço de construção e desconstrução de mapas, observando os movimentos ocorridos, os quais resultaram em uma determinada configuração espacial, buscando verificar as marcas de permanência e desaparecimento no processo de consolidação da ocupação do território.

1.A ESCRITA DE ALAGOAS NO SÉCULO XVI

A compreensão quanto à formação de um território requer, em algumas situações, que se mergulhe em seu passado mais remoto, a fim de identificar os elementos iniciais que caracterizaram a sua constituição.

A história territorial do estado de Alagoas, como o conhecemos hoje, foi iniciada ainda antes da chegada dos europeus a estas terras, pois, sabe-se que diversos grupos de povos nativos, posteriormente denominados de índios, habitavam esta região. Entretanto, apesar da importância destas populações, estas habitavam estruturas, possivelmente, integradas ao meio natural, não empreendendo contra este, transformações efetivamente duráveis ou que se caracterizassem como um impacto edificado.

Embora essas terras estivessem, na época, caracterizadas como um território indígena, foram incorporadas a um novo sistema de apropriação, implantado pelos colonizadores, que se desenvolveu, absorvendo ou afastando, cada vez mais, os antigos habitantes.

Optou-se, portanto, por considerar como episódio inicial deste estudo a chegada dos europeus ao Brasil, de uma forma geral, e o

início da ocupação das terras alagoanas, mais especificamente, por estes, como parte da empresa colonizadora.

O ponto principal aqui considerado é o de que esse movimento deu início a uma transformação concreta, e de grandes proporções – físicas, políticas, culturais e sócio-econômicas – nas terras alagoanas, com a intervenção efetiva dos colonizadores no meio natural.

A presença das populações nativas, muito mencionadas, inclusive, nos relatos quinhentistas configurou, em algumas localidades, como se verá, presença marcante no território oferecendo resistência, muitas vezes, à ação do colonizador.

Procurou-se obter a compreensão da formação territorial, bem como através de seu registro gráfico, a partir de dois movimentos distintos: o de reconhecimento e nomeação de elementos diversos da região (como rios, acidentes geográficos e tribos indígenas), e o de transformação física da mesma – a partir da instalação de núcleos urbanos, engenhos, caminhos, portos, entre outros.

As análises foram realizadas a partir de duas fontes de informação distintas, mas complementares – a literatura e a cartografia do século XVI.

As fontes quinhentistas utilizadas nesta dissertação – as quais consistem principalmente em diferentes narrativas de viajantes, soldados, religiosos, entre outros, em especial os que estiveram no Brasil nesse período – apresentam um panorama contemporâneo ao período em que elementos da paisagem alagoana começam a ser identificados e mencionados, sendo estas as referências mais remotas acessadas neste trabalho. Entre as obras levantadas, foram escolhidos os trabalhos de Pero de Magalhães Gândavo autor de *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, e Gabriel Soares de Sousa, que escreveu o *Tratado Descritivo do Brasil*, os quais estão explanados a seguir.

A opção por estes autores se deve ao fato de suas obras consistirem textos inaugurais da crônica quinhentista, sendo consideradas referências para o estudo sobre o Brasil neste período. Embora tragam pequenas contribuições, no que se refere à extensão de páginas, acerca do que seria o território alagoano, estas consistem em importantes informações para o entendimento dos princípios de sua formação.

A análise cartográfica, deste primeiro momento da colonização, deteve-se às cartas gerais elaboradas a partir das primeiras explorações realizadas por navegadores pela costa brasileira, a pedido da Coroa, a fim de se obter um conhecimento inicial das terras recém conquistadas.

Estes mapas, como que esmiuçando a costa brasileira, foram elaborados ao longo de todo o século XVI, com o intuito de atualizar os “descobrimientos” – com a inserção de novos elementos identificados – bem como reforçar o domínio português sobre essas terras.

Esta etapa restringe-se às cartas gerais visto que, após uma extensa busca em diferentes arquivos, como já foi colocado, não foram encontrados mapas, nem menções à existência de material gráfico, que contemplasse o território alagoano mais especificamente, nem mesmo dentro da Capitania de Pernambuco, durante este primeiro século de colonização.

Dessa forma, no que diz respeito a Alagoas, entre as cartas gerais quinhentistas acessadas foram analisados 5 mapas de modo mais detido. Embora exista um número muito maior de mapas como

estes¹², nem todos indicam elementos relacionados a Alagoas, ou, quando indicam, são informações recorrentes nos mapas analisados.

1.1 ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO

O processo de formação do território alagoano esteve ligado a um projeto maior de expansão das fronteiras econômicas e espaciais da civilização europeia, que englobava, entre outras localidades, o Brasil como um todo. Dessa forma, é importante retroceder um pouco na linha histórica e visualizar o contexto geral da época vivido pela Europa, pois a lógica da colonização alagoana foi montada a partir de demandas e desígnios externos, visando atender necessidades específicas do país colonizador, as quais resultaram em formas espaciais concretas no território colonizado.

Os séculos XIV e XV consistem em um período caracterizado por grandes transformações no continente europeu (que conseqüentemente se propagaram por outras regiões do planeta) ocasionando a transição da Idade Média para a Era Moderna. Nessa época, a Europa enfrentava sérias crises decorrentes de guerras,

¹². Ver, por exemplo, MICELLI, 2002, O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil. Esta obra traz uma grande quantidade de mapas do Brasil, elaborados em diferentes períodos.

epidemias e disputas por rotas comerciais¹³, que produziram profundas marcas na demografia e na economia de diversos países, como Inglaterra e França, envolvidas na Guerra dos Cem Anos.

Dessa forma, diante de uma lenta recuperação demográfica e de disputas comerciais, países como Espanha e Portugal viram na exploração do Atlântico a possibilidade de encontrar novos caminhos que levassem às fontes dos produtos asiáticos. O período das grandes expedições marítimas, iniciado ainda no século XV, trará como conseqüência, entre outros acontecimentos, a ampliação das fronteiras comerciais, o aumento da circulação de capital e a descoberta de “novas” terras, entre elas as do Brasil.

Enquanto no período medieval, sob o regime do feudalismo, o comércio era realizado principalmente por meio de trocas e a circulação de capital era restrita, com a expansão marítima ocorreu uma verdadeira revolução nas relações comerciais que passaram a ser desenvolvidas em escala mundial. Neste momento começam a surgir as bases do que estudiosos chamam de capitalismo

¹³. Os principais produtos comercializados na época, as chamadas especiarias, ocasionaram o intenso tráfego de mercadorias vindas principalmente da Ásia, através da região próxima ao mar Mediterrâneo, até então a principal rota comercial utilizada pelos mercadores. Esta circulação freqüente de produtos favoreceu à valorização da área mediterrânea, monopolizada por cidades italianas como Veneza, e ao surgimento de grandes tensões entre diferentes países que possuíam como finalidade obter a supremacia naquela região (VARNHAGEN, 1975, p.61).

mercantil¹⁴. A necessidade de desenvolvimento comercial é o que, no entender de Caio Prado Jr. (2006, p.8) rege as atividades de navegação pelo Atlântico e as primeiras explorações das terras “descobertas”.

[...] todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores.

Toda essa conjuntura de desenvolvimento do comércio e acumulação primitiva de capital será o mote da ocupação inicial das terras brasileiras, caracterizada por muitos estudiosos como um período de desinteresse por parte da Coroa portuguesa. Movidos pela

¹⁴. Embora ainda carregue alguns aspectos do sistema feudal, como questões relacionadas a poder e prestígios hereditários, este modelo econômico concentra na burguesia, atrelada aos negócios comerciais e financeiros, o processo de acumulação de riquezas, lançando os fundamentos de um novo modo de produção que, nos séculos XVIII e XIX, irá se consolidar como um sistema hegemônico e poderoso (VICENTINO, 2001, p.174).

busca por novos mercados e pela diversificação de produtos, aos colonizadores não ocorre inicialmente a ideia de povoar as regiões recém descobertas, pois seus objetivos estão totalmente voltados para o Oriente, cuja civilização oferecia um retorno monetário maior e mais rápido, e por isso a colonização das terras brasileiras fica, inicialmente, em segundo plano.

Há que se mencionar, no entanto, que este “esquecimento”, como muitos historiadores identificam, é relativo, pois, embora a ausência aparente de pedras e metais preciosos, ou de um comércio desenvolvido que impossibilitasse o estabelecimento de relações mercantis, diversas medidas exploratórias foram tomadas para identificar possibilidades imediatas de obtenção de lucro, bem como algumas ações para garantir a posse da terra, como a própria produção cartográfica.

Após explorações iniciais pela costa brasileira, percebeu-se que a comercialização de alguns produtos extraídos da flora e fauna poderia proporcionar retorno econômico, como animais, peles e plantas. Em consequência, especuladores particulares se dedicaram à exploração destes recursos, sobretudo à extração do pau-brasil, que

foi intensamente comercializado na época, quase desaparecendo das matas brasileiras.

Essa atividade incipiente se refletiu em formas espaciais precárias, como as feitorias, cujo caráter militar visava dar suporte às atividades extrativistas desenvolvidas pelos portugueses. Foram instaladas em pontos esparsos da costa brasileira, funcionando como apoio às embarcações, bem como local de armazenamento e troca de artigos.

Conforme a extração e comércio de pau-brasil começam a se tornar atividades mais lucrativas, os interesses de outros países europeus voltam-se para o Brasil.

Decorriam, porém, os anos, e o Brasil seguia com o seu imenso litoral a mercê de qualquer navio que o procurava. – Não há por que fazer censuras. Os esforços e os capitais empregados na Ásia produziam maior e mais imediato interesse, nessa época de crise comercial, em que se efetuava em favor da Europa um grande saque das riquezas empastadas no Oriente (VARNHAGEN, 1975, p.106).

Esse desinteresse inicial por parte da Coroa portuguesa possibilitou a entrada de outras nações estrangeiras que também buscavam a

obtenção de riquezas. A literatura referente a este período menciona com frequência a ação dos franceses em parte da costa brasileira, inclusive em Alagoas, como se verá.

Diante da frequência dessas investidas clandestinas, a Coroa portuguesa se viu em meio à urgência de assegurar seus domínios a partir de um sistema eficiente de defesa. Entretanto, sob o ponto de vista territorial, as feitorias consistiam uma ocupação tímida perante a extensão da área que se pretendia dominar, pois, a sua implantação não garantia a defesa de um grande perímetro de terra.

Foi então no povoamento que os colonizadores encontram a saída para garantir a soberania sobre as terras recém-conquistadas. Entretanto, nas primeiras décadas da colonização brasileira, Portugal enfrentou dificuldades para conseguir investimentos para uma região cujo retorno financeiro seria, aparentemente, demorado. A necessidade de defesa do Brasil estabelecia como ponto principal tornar suas terras produtivas. Dessa forma, como meio de atrair investidores, a instituição das capitânicas hereditárias foi uma solução viável e barata, pois garantia a posse de vários pontos da costa sem maiores custos para a Coroa (MORAES, 2000, p.299).

Com as capitâneas hereditárias o governo dividiu o território que lhe cabia em extensas faixas de terra que foram distribuídas entre fidalgos portugueses que passaram a ter autonomia administrativa sobre suas capitâneas. Entre diversas prerrogativas, os donatários possuíam a obrigação de fundar vilas e desenvolver o povoamento de suas terras (SANTOS, 2001, p.74).

Através da concessão de sesmarias, frações de terras destinadas essencialmente à produção, os donatários incentivavam a vinda para o Brasil de mais portugueses e promoviam também o desenvolvimento físico da colônia.

É neste cenário, então, inserido na Capitania de Pernambuco, que o território alagoano começa a ser definido. Embora ainda sejam necessários, como se verá, séculos para a sua completa efetivação (resultando na formação da província independente), são estas medidas que inauguram, no âmbito da colonização, a transformação do espaço, que se tornará alagoano. E é a partir da narrativa de dois contemporâneos a este “princípio” que será iniciada a análise deste processo.

1.2 ALAGOAS NAS FONTES TEXTUAIS QUINHENTISTAS

Inserida na estratégia de colonização portuguesa de subdivisão das terras descobertas para efetivar a conquista, a Capitania de Pernambuco alcançou grande desenvolvimento econômico, bem como urbano, dentre as demais. Tanto que mesmo após a criação do Governo Geral, em 1549, com sede em Salvador, continuou sob a administração direta dos descendentes do primeiro donatário, Duarte Coelho (VARNHAGEN, 1975, p.72).

A Capitania de Pernambuco constituiu, em si, segundo Moraes (2000, p.309) uma das principais zonas de povoamento da colônia, que concentrou em Olinda, sede do empreendimento de Duarte Coelho, o foco da expansão do povoamento, o qual se deu a partir de um movimento que criou novos núcleos de ocupação, bem como incorporou, em alguns casos, antigas estruturas precárias.

A região que corresponde a Alagoas estava situada na parte sul desta capitania. Suas fronteiras não estavam até então definidas, mas é sabido que a antiga linha divisória entre as capitâneas da Bahia e de Pernambuco, o rio São Francisco, permanece hoje como limite sul do Estado.

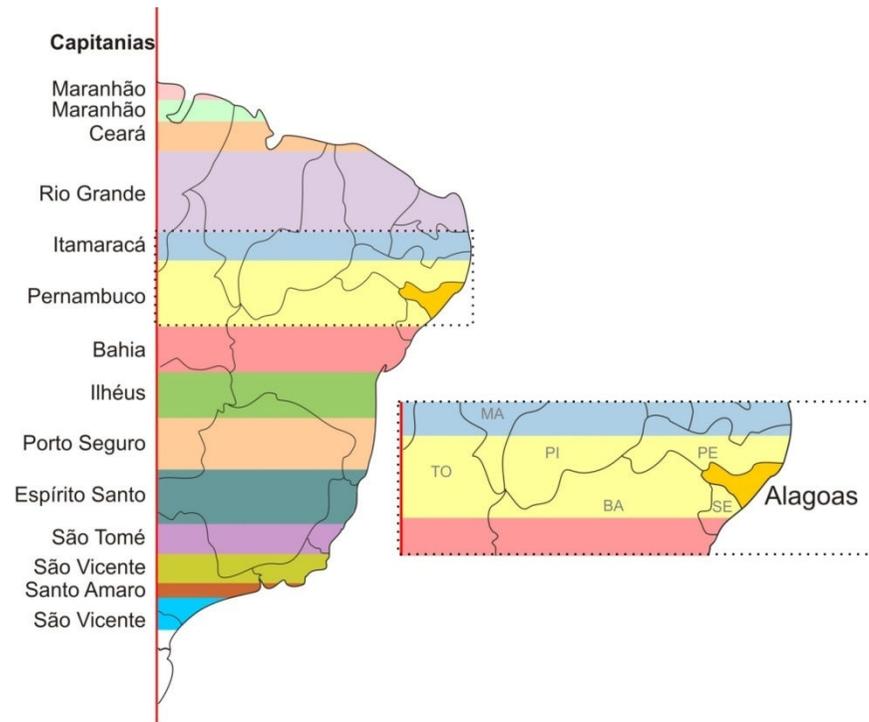


Fig. 01. Capitânicas Hereditárias. Localização de Alagoas na Capitania de Pernambuco.

O território brasileiro nesse período apresentava dois pólos principais de fixação portuguesa: Salvador e Olinda e entre ambos havia então uma extensa área que precisava ser explorada e ocupada

pelos lusos, de forma a garantir a posse da terra. Nessa região estava contido o que seria, futuramente, Alagoas.

Assim, sua ocupação, por parte dos europeus, ocorre no início da colonização brasileira, quando os primeiros pontos do seu território, foram avistados e registrados, tanto na cartografia quanto nos relatos de época. Grande parte dos relatos se detém, como se verá, principalmente, na localização e, algumas vezes descrição, dos acidentes hidrográficos mais significativos, no rio São Francisco e, com menor ênfase, no São Miguel e nas lagoas Mundaú e Manguaba.

Nas obras do cronista mais remoto utilizado neste trabalho, Pero de Magalhães Gândavo, é apresentada uma abordagem geral sobre o Brasil colônia, descrevendo de forma sucinta, principalmente no *Tratado da Terra do Brasil*, os aspectos da fauna e flora, as capitânicas hereditárias, bem como os habitantes nativos.

A história de Gândavo é um tanto obscura, pois pouco se conhece sobre sua vida em Portugal, sendo grande parte de sua biografia formada por especulações. Entretanto, é sabido que nasceu neste país, na cidade de Braga, em ano desconhecido. Entre os estudiosos que tratam do autor, as opiniões sobre sua estada no Brasil são

controversas. Alguns acreditam que o mesmo esteve em terras brasileiras devido aos pormenores com que descreve certos aspectos, como o porto de Recife, encontrados em seu texto. Outros afirmam, no entanto, que os dados fornecidos por ele são insuficientes para comprovar a sua vinda à colônia¹⁵.

De qualquer maneira, Gândavo produziu documentos de grande valor histórico, no sentido de estarem entre as primeiras obras que tratam com mais detalhes das coisas do Novo Mundo.

No que se refere ao território alagoano, a primeira obra, escrita por volta de 1573¹⁶, o *Tratado*, contempla o rio São Francisco já o reconhecendo como um dos principais da Capitania de Pernambuco. No texto ‘História da Província de Santa Cruz’, publicado em 1576, este mesmo rio recebe mais detalhes em sua descrição, sendo mencionadas características de sua foz, bem como a existência de cachoeiras.

¹⁵. Ronald Raminelli, no Dicionário do Brasil Colonial (2001: 482), confronta a posição de dois estudiosos quanto a este fato. Capistrano de Abreu acredita que o mesmo esteve em terras brasileiras devido à quantidade de pormenores que oferece na *História*, sobre a Capitania de Pernambuco. Por outro lado, Pedro Calmon afirma serem insuficientes os elementos fornecidos por Gândavo para garantir, com toda a certeza, a sua presença no Brasil.

¹⁶. Segundo Raminelli (2001: 482) a data de publicação deste tratado não é totalmente exata. Entretanto, o autor supõe que foi escrito antes de 1573.

Um aspecto importante das narrativas quinhentistas consiste na sua funcionalidade enquanto documento auxiliar para os exploradores, pois, além de transmitirem para o Reino as informações do Novo Mundo, estes relatos também possibilitavam maior familiarização com o território por parte dos outros colonizadores. Nesse sentido, Gândavo acrescenta, por exemplo, aspectos referentes à navegabilidade do São Francisco.

[...] Este rio entra tão soberbo no mar e com tanta fúria, que não chega a maré á boca, do Sul para o Norte; dentro é muito fundo e limpo, e pode-se navegar por ele até 60 léguas como já se navegou. E daí por diante se não pode passar por respeito de **uma cachoeira mui grande** que há neste passo, onde cai o peso da água de mui alto. [...] Este rio procede de um lago mui grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedraria (GÂNDAVO, 2008, p.73, grifo nosso).

Neste trecho é possível perceber que o conhecimento dos portugueses sobre a terra do Brasil ainda era superficial, quando o autor se refere ao local de origem do rio. Ainda que tenham se passados cerca de 70 anos desde as primeiras explorações portuguesas, as informações sobre as regiões mais internas da

colônia permaneceram povoadas de suposições, como a da existência de povos possuidores de ouro e pedras preciosas.

Entretanto, com relação ao rio São Francisco, a sua importância – tanto em extensão, localização, bem como possibilidade de favorecimento ao desenvolvimento da região – possivelmente incentivaram as expedições pelo seu interior, ampliando o conhecimento da época sobre o mesmo, como é o exemplo da cachoeira mencionada acima, possivelmente a atual Paulo Afonso.

O mapa esquemático apresentado ao lado consiste no esforço de expressar graficamente a Alagoas descrita por Gândavo, buscando dar visibilidade a esta construção processual da paisagem, migrando dados textuais para o suporte cartográfico.

Os mapas foram elaborados pela própria autora. Dessa forma, para evitar repetições, somente o primeiro destes traz esta indicação de autoria. Em alguns destes esquemas foi colocada uma indicação da atual cidade de Maceió para fornecer um ponto de referência conhecido e facilitar sua leitura.

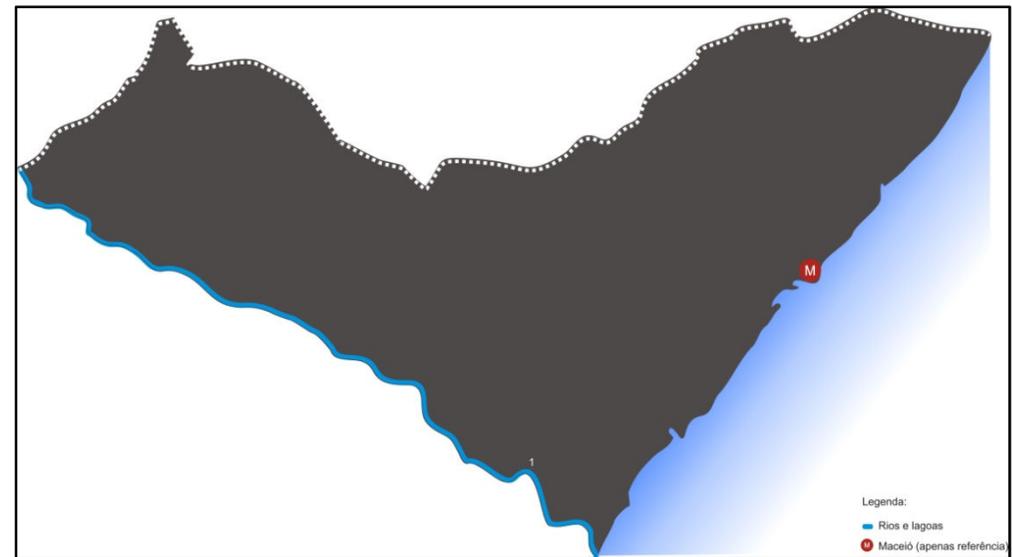


Fig. 02. **ALAGOAS SOB A NARRATIVA DE GÂNDAVO.**

Elementos: 1. Rio São Francisco; M. Localização da atual capital alagoana, Maceió.

Quanto a Gabriel Soares de Sousa, este possui uma história mais conhecida entre os estudiosos do tema. Nascido em Portugal, na antiga província do Ribatejo, chegou ao Brasil em 1569, tendo desembarcado na Bahia apenas para uma escala de uma viagem com destino à Índia. Identificou, no entanto, a possibilidade de realizar aqui bons investimentos e decidiu permanecer em terras brasileiras.

Casou-se com a herdeira de uma rica família baiana e construiu engenhos e fazendas nas proximidades de Jequiçá e Jaguaripe, ambas na Bahia (VAINFAS, 2001: 260).

Sua maior contribuição, no que concerne a temática do Brasil colonial, consiste na obra, já mencionada, *Tratado Descritivo do Brasil*, escrito em 1587, oferecido a D. Cristóvão de Moura, um nobre português. Nesse trabalho, em um primeiro momento, o autor se preocupa em descrever diversos aspectos da costa brasileira, como sugere o próprio subtítulo, *Roteiro Geral da Costa Brasileira*. Na segunda parte, o *Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia*, dedica-se apenas à capitania baiana, realizando um estudo detido sobre seus engenhos e fazendas.

Pode-se dizer que Gabriel Soares de Sousa produziu um verdadeiro tratado sobre as coisas brasileiras, sendo esta obra avaliada como

uma das mais completas sobre o Brasil na época. Francisco Varnhagen considera essa obra como de grande importância, embora tenha sido relegada ao esquecimento por vários séculos, sendo publicada tardiamente, como coloca em apresentação à terceira edição da mesma:

Pesa-nos ver nos tristes azares deste livro mais um desgraçado exemplo das injustiças ou antes das infelicidades humanas. Se esta obra se houvesse impresso pouco depois de escrita, estaria hoje tão popular o nome de Soares como o de Barros. O nosso autor é singelo, quase primitivo no estilo, mas era grande observador, e, ao ler o seu livro, vos custa a descobrir se ele, com estudos regulares, seria melhor geógrafo que historiador, melhor botânico que corógrafo, melhor etnógrafo que zoólogo (VARNHAGEN in.: SOUSA, 1938, p. XVI).

Ainda que a maior parte de seu relato seja dedicada à Capitania da Bahia, Gabriel Soares também inclui informações importantes sobre a de Pernambuco, incluindo a região alagoana, trazendo a localização e descrição dos principais elementos identificados, tais como alguns rios e os portos, cabendo destacar a menção ao Porto dos Franceses.

Alagoas é descrita em uma trajetória no sentido norte-sul de sua costa. A partir do porto das Pedras para o rio *Cama-ragipe* (grafia do

autor), deste segue-se para o rio Santo Antônio Mirim, distante duas léguas do porto Velho dos Franceses, deste para o rio São Miguel. Entre este rio e o porto é mencionada a “Alagoa”, possivelmente a lagoa Manguaba. Após duas léguas do rio São Miguel está o porto Novo dos Franceses; deste segue até o rio Sapetiba e deste para o Currurupe (possivelmente o rio Coruripe), próximo do qual acha-se outro porto dos franceses, e por fim chega-se ao rio São Francisco (SOUSA, 1938, p. 32).

A narrativa de Gabriel Soares sugere, na maioria dos trechos, um simples levantamento dos elementos observados, entretanto, em alguns momentos são fornecidas informações complementares, como a capacidade dos rios Camaragibe e Santo Antônio quanto ao calado das embarcações.

Neste rio de Camaragibe entram navios de honesto porte, e na ponta da barra dele da banda do sul tem umas **barreiras vermelhas**, cuja terra ao longo do mar é escavada até o rio de Santo Antônio Mirim, que está dele duas léguas, onde também entram caravelões da costa” (SOUSA, 1938, p.32, grifo nosso).

Há interesse, portanto, na função dos rios enquanto porto. As barreiras mencionadas pelo autor são, até hoje, bastante

características do litoral alagoano. Enquanto em muitas regiões do Brasil a paisagem primitiva foi quase ou totalmente destruída, esse elemento pode ainda ser constatado. A menção de sua existência já no século XVI indica a sua permanência como elemento da paisagem natural de Alagoas, não sendo decorrente da recente degradação ambiental, como se costuma comentar.



Fig. 03. Barreiras Vermelhas. Praia de Carro Quebrado, município de Camaragibe, Alagoas.

Fonte: www.baixaki.com.br/usuarios/imagens/wpapers/442713-4977-1280.jpg. Acesso em: 20/03/2010.

Sobre o rio São Francisco, Gabriel Soares fornece diversas informações a respeito de sua extensão, sua foz, a existência de cachoeiras e ilhas, das características de suas margens, etc. Acrescenta ainda os nomes de algumas tribos indígenas que vivem nas proximidades e atenta para a questão da fertilidade de suas terras e da possibilidade de implantação de povoados e engenhos.

A este rio chama o gentio o Pará, o qual é mui nomeado entre todas as nações, das quais foi sempre muito povoado, e tiveram uns com outras sobre os sítios grandes guerras, por ser a terra muito fértil pelas suas ribeiras, e por acharem nele grandes pescarias.

Ao longo deste rio vivem agora alguns caetés, de uma banda, e da outra vivem tupinambás; mais acima vivem os tapuias de diferentes castas, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas; e além delas vive outro gentio (não tratando dos que comunicam com os portugueses), que se atavia com jóias de ouro, de que há certas informações. Este gentio se afirma viver à vista da Alagoa Grande, tão afamada e desejada de descobrir, da qual este rio nasce. E é tão requestado este rio de todo o gentio, por ser muito farto de pescado e caça, e por a terra dele ser muito fértil como já fica dito; onde se dão mui bem toda a sorte de mantimentos naturais da terra. [...]

Está capaz este rio para se perto da barra dele fazer uma povoação valente de uma banda, e da outra para segurança dos navios da costa, e dos que o tempo ali faz chegar, onde se perdem muitas vezes, e podem os moradores que nele vivem fazer grandes fazendas e engenhos até a cachoeira, em derredor da qual há

muito pau-brasil, que com pouco trabalho se pode carregar (SOUSA, 1938, p.37-38).

Ainda que a narrativa de Gabriel Soares contenha, predominantemente, informações sobre os aspectos naturais da costa alagoana pode-se, através de seu texto, identificar pontos importantes no território, os quais demandaram alguma fixação humana. A menção aos portos das Pedras, Novo e Velho dos Franceses, bem como o de Jaraguá, indicam, se não uma ocupação, o início de uma presença mais constante nestes locais.

Do porto Velho dos Franceses ao rio de São Miguel são quatro léguas, que está em dez graus, no qual **entram navios da costa**, e entre um e outro entra no mar o **rio da Alagoa**, onde também entram **caravelões**, o qual de diz da Alagoa, por nascer de uma que está afastada da costa, ao qual rio chamam os índios o **porto do Jaraguá** [...]

Da ponta da barra **Currurupe**, contra o Rio de São Francisco se vai armando **uma enseada de duas léguas, em a qual bem chegados à terra, estão os arrecifes de D. Rodrigo, onde também se chama o porto dos Franceses por eles costumarem se recolher aqui com suas naus à brigada desta enseada**, e iam por entre os **arrecifes** e a terra, com suas lanchas, tomar carga do **pau de tinta** no rio de **Currurupe** (ibidem, p.32, grifo nosso).

Deve-se atentar para este elemento, o porto, pois, no princípio da colonização alagoana as estruturas de fixação no território quase se resumiam a ele. Como já foi colocado, a ausência aparente, nas

terras brasileiras, de atrativos que proporcionassem lucro imediato foi refletida na forma sumária das instalações portuguesas estabelecidas nos primeiros anos de colonização.

Em Alagoas esta presença, por assim dizer, se fez através de estruturas que viabilizassem a ancoragem de embarcações, o carregamento e descarregamento destas. Foram sendo, então, instalados ao longo da costa alagoana diversos pontos de ancoragem para apoiar o escoamento de mercadorias, sobretudo do pau-brasil e de outros produtos nativos.

Dada a importância das estruturas portuárias para a lógica da colonização, desde seus primeiros momentos, pode-se considerar Alagoas com quantidade relativamente boa de pontos de apoio, se for considerada a vastidão de suas terras e densidade de ocupação. No relato de Gabriel Soares ainda são poucas as referências aos portos propriamente ditos, sendo muito mencionadas, no entanto, as entradas naturais, enseadas e baías, pelas quais as embarcações, grandes ou pequenas (o tamanho das embarcações que podiam adentrar em determinados locais também era especificado nos relatos) conseguem se aproximar da costa.

Em Alagoas a atividade de extração do pau-brasil foi realizada, em princípio, especialmente pelos franceses, que conseguiram estabelecer certa relação de “amizade” com os nativos da região, baseada em interesses de troca, aumentando as dificuldades dos portugueses em estabelecer um contato amistoso com os indígenas. “Os franceses foram mais espertos, porque puderam sublevar todas as tribos, entre o São Francisco e o Cabo de São Roque, contra Duarte Coelho” (CALMON, 1961, p. 186, apud LIMA, 1992, p.30).

Do rio de São Miguel ao **porto Novo dos Franceses** são duas léguas, defronte do qual fazem os arrecifes que (vão correndo a costa), uma aberta por onde os franceses costumavam entrar com suas naus, e ancoravam entre o arrecife e a terra por ter fundo para isso, onde estavam muito seguros, e daqui faziam seu resgate com o gentio (SOUSA, 1938, p.32, grifo nosso).

A identificação das entradas da costa brasileira, portos e outros ancoradouros, era uma medida indispensável para os colonizadores em um sentido mais amplo, incluindo portugueses, franceses e outras nações que aqui estabeleceram relações mercantis, ou simplesmente extrativistas. Dentro da lógica do capitalismo mercantil vivenciado por parte do mundo (principalmente Europa e Ásia) naquele período, esses locais eram de fundamental importância, tanto para o estabelecimento das trocas, para paradas estratégicas de expedições,

bem como para apoio às novas rotas marítimas que circunavegavam o sul da América.

Como se sabe, em terras alagoanas que se deu o episódio da morte do bispo Fernandes Sardinha. Frei Vicente do Salvador (1982, p. 43) quando relata este fato refere-se a Alagoas como sendo o caminho da Bahia para Pernambuco. Entretanto, este acontecimento fornece mais um ponto de demarcação do território, quando é mencionada a localização dos Caetés e a travessia do local pelos portugueses. Gabriel Soares relata as relações existentes entre algumas tribos que habitavam as proximidades do rio São Francisco, destacando os Caetés, talvez por conta do assassinato do bispo português ou, possivelmente, pela fama de crueldade pela qual era conhecida essa tribo.

Este gentio [os Caetés], nos primeiros anos da conquista deste estado do Brasil, **senhoreou desta costa da boca do rio de São Francisco até o rio Paraíba**, onde sempre teve guerra cruel com os **potiguares**, e se matavam e comiam uns aos outros em vingança de seus ódios, para execução da qual entravam muitas vezes pela terra dos potiguares e lhes faziam muito dano. Da banda do rio de São Francisco guerreavam estes potiguares em suas embarcações com os **tupinambás**, que viviam de outra parte do rio, em cuja terra entravam a fazer seus saltos, onde cativavam muitos, que comiam sem lhes perdoar (SOUSA, 1982, p.34, grifo nosso).

O mapa esquemático apresentado a seguir foi elaborado visando transcrever as informações colhidas no texto de Gabriel Soares. Assim como o que foi confeccionado para Gândavo, este sintetiza graficamente os dados textuais de modo a clarificar o entendimento do território alagoano em fins do século XVI expresso pelo autor.

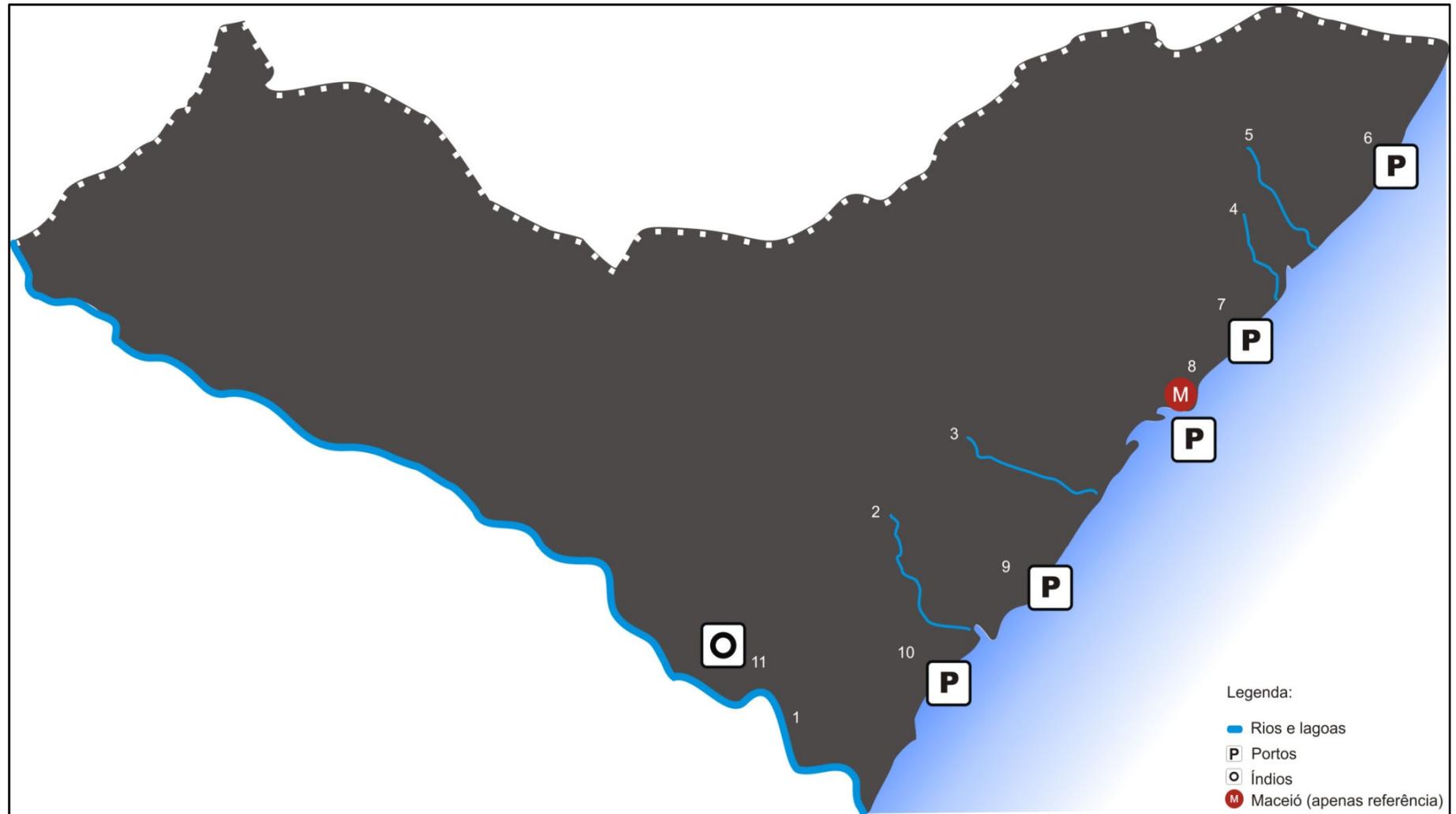


Fig. 04. **ALAGOAS SOB O OLHAR DE GABRIEL SOARES.**

Elementos: 1.Rio São Francisco; 2.Rio Coruripe; 3.Rio São Miguel; 4.Rio Santo Antônio; 5.Rio Camaragibe; 6.Porto de Pedras; 7. Porto Velho dos Franceses; 8. Porto Jaraguá; 9.Porto Novo dos Franceses; 10.Porto próximo ao rio Coruripe, também utilizado pelos franceses; 11.Estimativa de localização de povoações indígenas mencionadas – Caetés, Tupinambás, Tupinaés, Amoipiras e Ubirajaras (às margens do rio São Francisco).

Através deste mapa pode-se perceber que Gabriel Soares deteve sua atenção sobre o território alagoano bem mais do que Gândavo, valorizando, principalmente, os cursos d'água e os portos. Outra contribuição de seu relato é a referência às populações indígenas, com a indicação da região onde se localizavam.

Outro relato significativo é o de Frei Vicente do Salvador, considerado o primeiro historiador do Brasil, já no século XVII⁶, no qual também é feita referência à presença dos franceses na costa de Alagoas, bem como do trabalho que teve em expulsá-los de sua capitania.

Com estas e outras vitórias, alcançadas mais por milagres de Deus, que por forças humanas, cobrou Duarte Coelho tanto ânimo, que não se contentou de ficar na sua povoação pacífico, senão ir-se em suas embarcações pela costa abaixo até o **rio de S. Francisco**, entrando nos portos todos de sua capitania, onde achou naus francesas, que estavam ao resgate de **pau-brasil** com o gentio, e as fez despejar os portos, e tomou algumas lanças e franceses, posto que não tanto a seu salvo, e dos seus, que não ficassem muitos feridos [...] (SALVADOR, 1982, p.118, grifo nosso).

⁶. Frei Vicente do Salvador, apesar de sua obra ter sido escrita no século XVII, traz também muitas informações sobre o Brasil quinhentista. Sob a ótica da narrativa histórica, o texto 'A História do Brasil', publicado em 1627, aborda os diferentes momentos da colonização, tais como a chegada de donatários, a realização de expedições pelo território, dos aspectos naturais e das características dos índios, além de uma descrição de cada capitania hereditária doada pela Coroa.

Não se tem ao certo a localização exata dos portos Novo e Velho dos Franceses, entretanto, a partir da cartografia da época, a qual será explorada em capítulo específico, pode-se supor que o Velho localizava-se nas proximidades da lagoa Manguaba, na área do atual município de Marechal Deodoro, e o Novo nas proximidades do rio São Miguel. Quanto ao porto de Jaraguá, como se tem visto, desempenhou papel fundamental para a formação e desenvolvimento da região, sendo o local de sua instalação o primeiro ponto de ocupação da atual cidade de Maceió.

Embora os relatos e quinhentistas analisados até o momento não indiquem claramente a presença de povoados portugueses (ou pontos de fixação e povoamento) em Alagoas nesse primeiro século de colonização – talvez por elegerem como mais relevantes as referências aos elementos já colocados – a bibliografia local (de autores Jayme de Altavila, Manuel Diégues Jr. e Ivan Fernandes Lima) afirma que a ocupação de parte sul da capitania pernambucana iniciou-se realmente em ritmo lento, mas que já em meados do século XVI começou a ser dinamizada.

As causas para essa “demora” podem ter sido várias, entretanto, duas podem ser aqui destacadas, estando ambas interligadas. A primeira

consiste na atenção inicial que Duarte Coelho conferiu à sede de sua capitania, Olinda, e seus arredores, empreendendo uma das principais prerrogativas de um donatário que era tornar a terra produtiva. A segunda refere-se às dificuldades de relacionamento com os habitantes nativos, ou mesmo a dificuldade em afastá-los para outras regiões e apropriar-se de suas terras.

A colonização implica no estabelecimento de uma hierarquia de populações e lugares, no domínio de uma civilização por outra, expressando em sua gênese a qualidade de subordinação (MORAES, 2000, p.265). A colônia depende da instalação efetiva do colonizador e, portanto, da realização objetiva da conquista. No caso de Alagoas, os povos como os Caetés empreenderam forte resistência à dominação portuguesa, incentivados pelos franceses a reagirem a qualquer tipo de subordinação.

Entretanto, por conta do sistema de capitalismo mercantil implantado na colônia, a qual só se sustentava através da produtividade da terra, ao desenvolvimento da capitania de Pernambuco era imprescindível a apropriação constante e extensiva do solo, baseada em seus diferentes valores naturais, como o

massapê que, no caso do açúcar, possuía características muito propícias para o cultivo da cana.

[...] a colonização do Brasil implicou a integral montagem dessas estruturas de produção, num movimento que sincronizou o povoamento, a apropriação do solo e a exploração produtiva propriamente dita. Em outros termos, tratou-se de um processo simultâneo de construção de uma sociedade e de um território, de uma sociedade que tinha na construção do território forte elemento de identidade (MORAES, 2000, p.24).

Desta forma, não tardou para que Duarte Coelho, e posteriormente seus descendentes, buscassem ampliar seus domínios, implantando em Alagoas pontos de produtividade econômica. Estas ações tiveram ainda como motivação a presença constante de contrabandistas franceses que estavam alcançando relativa fixação na costa e extraindo grande quantidade de pau-brasil das matas alagoanas. Há inclusive relatos de momentos de expulsão dos franceses de Alagoas promovida por expedições dos donatários, como coloca Frei Vicente do Salvador (1982, p.32):

[...] pela costa abaixo até o rio de S. Francisco, entrando nos portos todos de sua capitania, onde achou naus francesas, que estavam ao resgate de pau-brasil com o gentio, e as fez despejar os portos, e tomou algumas lanchas de franceses.

Somou-se a isso a morte do bispo Fernandes Sardinha, atribuída aos Caetés, que “justificou” a guerra contra os indígenas daquela região e a consequente apropriação de suas terras.

Segundo Ivan Fernandes Lima, dentro dessa lógica de produção e valorização do solo, as terras alagoanas começaram a ser efetivamente ocupadas por volta de 1560, com a expedição do segundo donatário da capitania, Duarte Coelho de Albuquerque, que implantou a primeira fase da pecuária em Alagoas, instalada no litoral. Ainda conforme este autor, esta atividade iniciou-se antes do ciclo do açúcar, e no século seguinte, como se verá, alcançou desenvolvimento em outras regiões.

A orientação adotada pelo segundo donatário foi afastar os índios das povoações portuguesas, o que implicou – ao mesmo tempo – a liberação de amplas terras para a colonização e a obtenção de numerosos braços para a lavoura. E a ocupação rapidamente expande-se no sentido meridional, ocupando as várzeas dos entornos do cabo de Santo Agostinho, do vale do Serinhaém, até atingir a foz do São Francisco ainda na década de 1570 (MORAES, 2000, p.310).

Como forma de corroborar com esta afirmação quanto à ocupação de Alagoas ainda no século XVI, diferentemente dos cronistas mencionados, outro viajante, o inglês Anthony Knivet, que esteve

em terras brasileiras por volta de 1591, oferece em seus manuscritos – publicados em 1625 sob o título “*As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*” – um panorama bastante detalhado da costa de Alagoas, com informações valiosas, inclusive, sobre habitantes portugueses, e dá indícios das primeiras ocupações de colonizadores em terras alagoanas.

Knivet chegou ao Brasil por conta de uma expedição fracassada do corsário inglês Thomas Cavendish, cujo objetivo era circunavegar, pela segunda vez, o globo terrestre, em busca de riquezas. Entretanto, a expedição não ultrapassou o Estreito de Magalhães. Cavendish perdeu vários de seus navios, voltou para a Inglaterra (mas morreu no meio do caminho, no Atlântico) e deixou Knivet, quase morto, em uma praia de litoral de São Paulo.

A partir de então o que se segue é uma sequência de acontecimentos diversos. Knivet, ao que parece, vivenciou muitas situações durante os quase dez anos que permaneceu no Brasil. Foi aprisionado tornou-se escravo da família Correa de Sá, desempenhando várias atividades.

[...] trabalhou em engenho de açúcar, foi escudeiro, mercenário, negociante de índios escravos, explorador do sertão, e viveu, quando conseguia escapar de seus patrões, vários períodos com índios, nu e

perfeitamente adaptado entre eles. Condenado à morte várias vezes, enfrentando perigos fatais ao desbravar sertões inexplorados e lidar com índios canibais, além de atrozes castigos físicos e doenças, Knivet consegue sempre escapar, não milagrosamente, mas por seus próprios meios, por sua inteligência e indústria (HUE, 2007, p. apud KNIVET, 2000, 11).

Embora a sua narrativa seja, em alguns trechos, um tanto fantasiosa, quando se refere a cobras gigantes dotadas de pernas, ou afirma ter visto uma sereia, no trecho em que trata das terras alagoanas, o faz com muita propriedade, inserindo pormenores valiosos para outros viajantes com relação a enseadas, arrecifes, portos, rios, fontes de água potável, etc.

É interessante mencionar, de antemão, que, em sua narrativa não confere destaque ao rio São Francisco. Apesar de mencioná-lo em três passagens do texto, faz apenas uma referência simples ao rio como localidade onde habitavam índios denominados mariquitas.

Por outro lado, desde Porto Calvo até o rio Coruripe, Knivet apresenta uma série de características do território alagoano. Em seu texto não fica muito claro se está se referindo a Porto Calvo como porto ou como povoado. Como se verá adiante, esta denominação refere-se a uma das primeiras povoações de Alagoas. Entretanto,

uma vez que ele descreve o local como uma planície, supõe-se que esteja tratando do porto apenas. Este relato consiste na primeira menção, entre os textos acessados neste trabalho, à cana-de-açúcar e ao gado em Alagoas.

Porto Calvo fica ao sul da ilha de Santo Aleixo e é **uma planície**. Não precisam temer as pedras à entrada, pois bem próximo a elas a profundidade é de quatorze braças. **Encontrarão aí grande quantidade de gado e açúcar**. Essa região é toda plana e baixa e toda plantada de cana-de-açúcar. Vocês facilmente reconhecerão **este porto** desde o sul da ilha de Santo Aleixo, pois quando a maré baixar, podem ver uma bela baía e a praia de terra preta fica visível quase até o cabo (KNIVET, 2007, 109, grifo nosso).

Além dos principais cursos d'água conhecidos, o rio das Pedras (hoje chamado Manguaba), o Camaragibe, o Santo Antônio, o São Miguel e o Coruripe, ele indica minuciosamente, por exemplo, o percurso a ser feito para adentrar em uma baía, como a que fica próxima ao rio das Pedras.

Do mar, avistarão uma grande baía que se estende para o interior e muitas grandes pedras logo na entrada. Para penetrar nessa baía, vocês precisarão se aproximar da praia pelo lado sudoeste e, uma vez na baía, devem rumar totalmente para oeste. Assim chegarão a um rio que corre para o interior por pelo menos umas vinte léguas (ibidem, p. 109)

Em alguns momentos é como se estivesse fornecendo as coordenadas de determinada localidade, sempre do ponto de vista do mar.

Uma vez que estejam a dez graus e meio ao sul da linha equinocial, verão **cinco morros**. Três deles, que ficam no lado norte desse lugar de que falo agora, são altos e redondos, e os outros dois, que ficam no lado sul não muito distantes um do outro, são compridos e mais baixos que os outros. Se precisarem atracar, verão muitas rochas pequenas e uma grande baía, que é o lugar de que falo. Logo antes da baía verão dois grandes rochedos. Para alcançar esse porto deverão passar entre essas pedras chamadas **baixios de d. Rodrigo**. Quando tiverem entrado, podem ancorar bem junto delas até encontrar o canal, que estará a nordeste (ibidem, p. 111, grifo nosso).

Os chamados “baixios de d. Rodrigo” consistem em uma formação de recifes de corais localizados em frente à foz do rio Coruripe e receberam este nome devido ao naufrágio da embarcação de D. Rodrigo de Acuña, sendo responsáveis também pelo naufrágio do bispo Fernandes Sardinha.

O que a narrativa de Knivet acrescenta de relevante é que, além da descrição da geografia, já muito importante, refere-se também às primeiras ocupações portuguesas encontradas nas proximidades de rios, mencionando inclusive, proprietários de terras e/ou famílias específicas.

Na embocadura desse rio [das Pedras] **moram seis ou sete portugueses que criam gado para João Pais**, mas que não oferecerão resistência. [...]

[...] Nesse local [nas proximidades do rio São Miguel] **mora um português chamado João da Rocha** e, subindo um rio que verão penetrando o interior, moram muitos portugueses e **há até uma igreja com padres para rezar missa**. Lá encontrarão **boa quantidade de gado**, se precisarem, e pau-brasil, farinha de mandioca, além de boa quantidade de ostras nesse rio, dentro das quais encontrarão muitas pérolas enormes (ibidem, p. 111, grifo nosso).

O relato de Knivet, bom como dos demais cronistas analisados, demonstra que, assim como ocorria em outras partes da colônia, a ocupação de Alagoas foi iniciada a partir da instalação de pontos esparsos no território, constituindo zonas de povoamento. Estes foram implantados, como se percebe, inicialmente, no litoral e aos poucos foi adentrado, timidamente, para os eixos fluviais. A maritimidade característica das primeiras instalações coloniais pode ser, portanto, considerada como um dos aspectos iniciais do território alagoano.

Este viajante inglês também fornece informações com relação à existência de algumas atividades produtivas, como a produção de açúcar, algodão e outros gêneros alimentícios e, em maior número, a criação de gado.

O esquema apresentado a seguir, elaborado com base nas informações fornecidas por Anthony Knivet, evidencia que a formação do território de Alagoas em fins do século XVI já demonstrava sinais de desenvolvimento. Embora o viajante mencione apenas dois pontos de ocupação portuguesa, pode-se supor que a presença do colonizados tenha sido pulverizada em vários outros pontos.

A referência ao gado e à cana-de-açúcar dá indício para identificar os pilares da economia alagoana, que darão, em séculos posteriores, as condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

O sul da Capitania de Pernambuco foi, então, povoado com o objetivo inicial de dar suporte, principalmente com o fornecimento de gado, a outros pontos desta, mais desenvolvidos. Entretanto, a partir do século XVII as atividades econômicas serão diversificadas, estimulando o crescimento da ocupação de seu território.

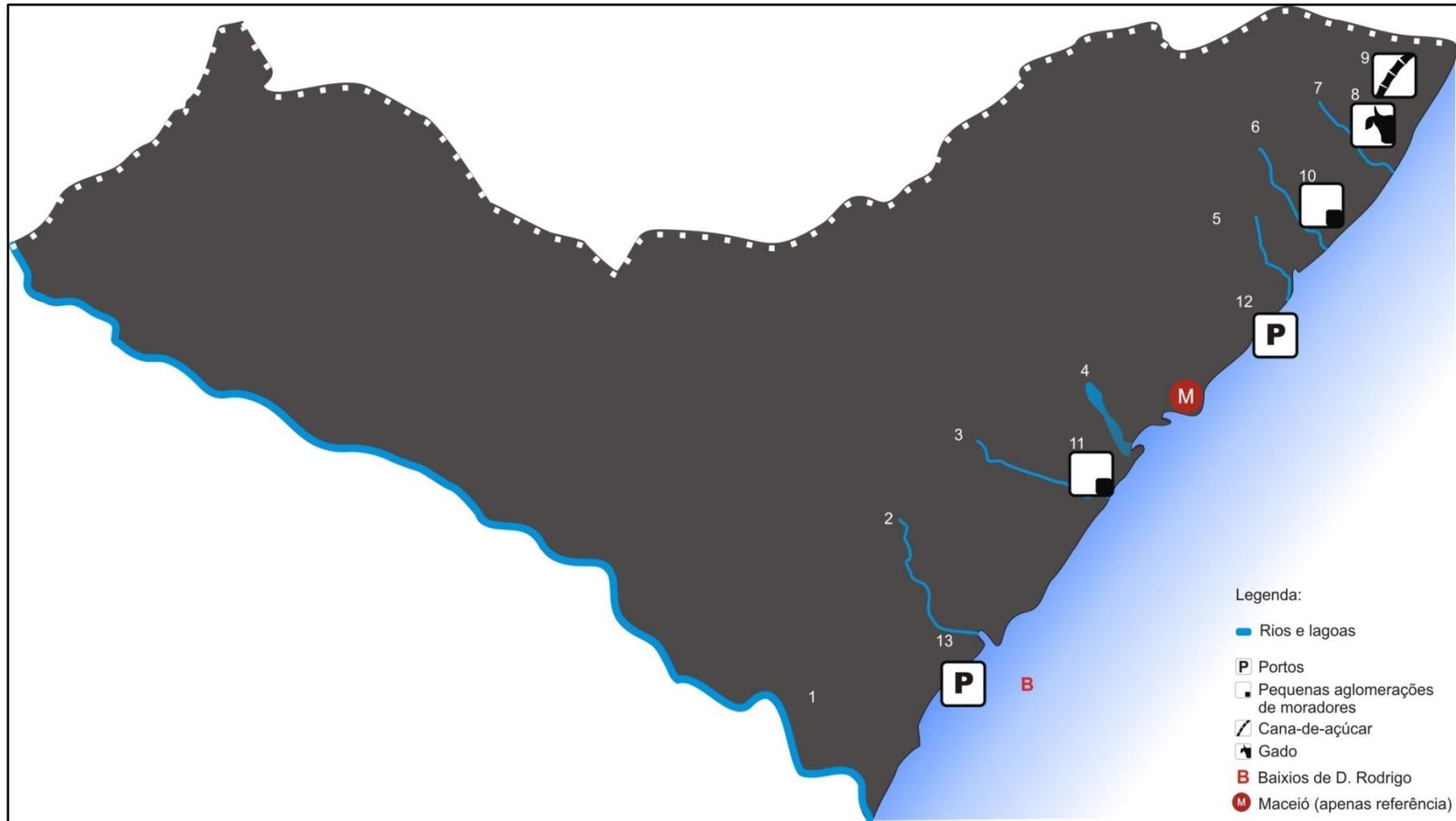


Fig. 05. **O OLHAR DE ANTHONY KNIVET SOBRE ALAGOAS.**

Elementos: 1.Rio São Francisco; 2.Rio Coruripe; 3.Rio São Miguel; 4. Alagoa; 5.Rio Santo Antônio; 6.Rio Camaragibe; 7.Rio das Pedras; 8.Criação de gado próximo a Porto Calvo; 9. Plantações de cana na região de Porto Calvo; 10 / 11. Ocupação portuguesa; 12 / 13. Portos; B. Baixios de D. Rodrigo.

Embora essas informações confirmem ao território alagoano uma demarcação inicial de pontos conhecidos e ocupados, os relatos não dão indícios suficientes para afirmar que no início do século XVI, na parte sul da Capitania de Pernambuco já existissem povoados propriamente ditos fundados pelos portugueses, mas indicam, no entanto, a presença portuguesa em diversos pontos.

Quanto ao surgimento de povoados, vilas e cidades, em fins do século XVI, estes desenvolviam papel articulador entre os diversos pontos da colônia, assumindo a posição de pontos focais em uma teia de caminhos, povoados e atividades produtivas.

Ainda que os mapas esquemáticos elaborados até o momento demonstrem um relativo vazio, pode-se notar que as informações acerca de suas características vão conceder corpo ao longo deste século às marcas da ocupação colonizadora.

1.3 PRIMEIROS RISCOS

O processo de construção do território da colônia portuguesa, a partir da instalação de diversas estruturas no decorrer das etapas de colonização, foi refletido na necessidade de representação, demarcação e racionalização do espaço. Nesse sentido, a discussão

está pautada, principalmente, na análise de algumas cartas gerais⁷ do começo do século XVI, alguns mapas da família Albernaz.

O processo de formação do território brasileiro, conseqüentemente o de Alagoas, está fortemente ligado à forma como os colonizadores compreendiam o espaço, partindo de concepções, quanto à demarcação, ocupação e utilização do mesmo, que foram sendo estabelecidas na medida em que as descobertas iam sendo ampliadas. Tais princípios influenciaram e foram influenciados pela cartografia da época, diga-se a partir XVI, pois o material cartográfico produzido consistiu em importante instrumento para a viabilização das ações colonizadoras, assim como, por outro lado, a colonização de novas terras favoreceu o crescimento da atividade cartográfica.

Estas interferências legaram uma intensa produção cartográfica. Os lusos tinham por objetivo inicial descrever as terras recém descobertas – com todos os seus atrativos e perigos – e, posteriormente, traçar as linhas que iriam fundamentar a ocupação e conseqüente construção do território, enquanto espaço de ações deliberadas. Como pode ser percebido anteriormente, através dos

⁷. As cartas gerais são mapas normalmente representam conteúdos mais abrangentes, como todo o globo terrestre, continentes ou países.

relatos textuais, os batavos, por sua vez, buscavam demarcar e descrever as terras conquistadas e localizar os principais pontos de interesse na colônia, intuito que foi refletido nas suas representações gráficas do território brasileiro.

O universo cartográfico do Brasil, e em especial do Nordeste, nesse período é, portanto, bastante rico e permite compreender a realidade histórica da época, que está vinculada a uma determinada conjuntura sócio-política. Comparada a outras regiões, a Capitania de Pernambuco foi vastamente representada na cartografia da época, o que demonstra a sua importância no contexto colonial, corroborando as fontes escritas.

1.3.1 O contexto das primeiras representações do Brasil e de Alagoas

No século XV, diante da transição da Idade Média para o Renascimento, buscaram-se novas explicações para os acontecimentos do mundo, retomando muitas das teorias formuladas pelos grandes filósofos clássicos, as quais se encontravam adormecidas em fundos de gaveta e no íntimo da consciência daqueles que detinham o poder medieval. O movimento

renascentista estremeceu a sociedade da época, produzindo profundas transformações em todas as dimensões da vida.

As concepções clássicas abarcavam também ideias sobre a configuração da terra – muito distintas do pensamento medieval – interferindo, portanto, nas indagações do homem com relação à sua extensão e conformação. Dessa forma, os questionamentos produzidos em fins do século XV e início do XVI, contribuíram de forma significativa para a realização de expedições exploratórias, e isso se reflete, conseqüentemente, na produção cartográfica da época. Os novos mecanismos do conhecimento fundamentam suas bases na experiência efetiva e na averiguação científica.

Assim, com o início das grandes expedições marítimas ocorre uma expansão dos conhecimentos acerca dos territórios da terra e, conseqüentemente, a atualização da cartografia. Nesse período, os europeus retomaram os trabalhos de Ptolomeu, através de sua *Geographia*, que influenciou, ainda durante muitos anos, a produção de mapas na Europa, obtendo grande difusão a partir da invenção da imprensa. Porém, diante das novas descobertas, a sua obra foi recebendo cada vez mais acréscimos até ser substituída por mapas mais atuais e precisos (ADONIAS, 1993, p. 13).

Entre os povos que se destacaram na produção cartográfica, as escolas genovesas e catalano-maiorquina influenciaram em grande parte, sobretudo a segunda, o surgimento de uma cartografia de elevada qualidade, que irá receber grande destaque no cenário da época. Influenciados por estas escolas, na ciência e arte de confeccionar mapas, a partir do século XV, os portugueses tornaram-se mestres, produzindo uma cartografia até então nunca vista.

É portanto claro para nós que a cartografia portuguesa, que um dia surgiria para ultrapassar as mediterrânicas (e herdar delas esta tendência para o alargamento da representação de novos espaços, tendendo para mapa-mundi) começa nos seus princípios por recorrer sobretudo a estas mesmas cartografias mediterrânicas. Importam-se certamente cartas, e importam-se homens que as sabem fazer. Entre estes, estarão talvez os genoveses de D. Dinis no século XIV, e provavelmente depois o maiorquino Jaime de Maiorca [...] (MARQUES, [S.d.], p.33).

Os portugueses herdaram da região mediterrânea a habilidade em produzir mapas e, além disso, importaram de lá cartas náuticas e cartógrafos de renome. Foi com o Mestre Jaime de Maiorca que a cartografia portuguesa ganha qualidade efetivamente. Este mestre era oriundo de uma das melhores escolas cartográficas da época e um especialista de grande valor. Suas principais atribuições, no

tempo em que permaneceu em Portugal, eram produzir e atualizar os mapas, conforme as novas informações iam chegando, e transmitir o seu conhecimento para aprendizes (MARQUES, [S.d.], p. 34).

Com o decorrer do tempo, os portugueses foram desenvolvendo as suas próprias habilidades. Existem diversas referências sobre a produção de uma cartografia propriamente portuguesa em meados do século XV, entretanto, o desenvolvimento dessa atividade ocorreu efetivamente no século seguinte, atrelado à intensificação das expedições marítimas.

Os descobrimentos portugueses foram, de início, registrados em mapas estrangeiros, principalmente italianos e alemães. Os lusos, por certo, elaboraram cartas náuticas nessa época, e há referências que o comprovam. Mas conhecem-se apenas três exemplares um fragmento de outro, do último quartel do século XV. São muito abundantes, contudo, as peças do século seguinte que sobreviveram: atlas manuscritos universais e regionais, muitos dos quais em pergaminho, com belíssimas iluminuras, cartas náuticas avulsas, planisférios e plantas (ADONIAS, 1993, p.13).

Entre os mapas mencionados na literatura está o mapa-múndi de Fra Mauro, no qual consta uma legenda, próxima a representação do sudoeste africano, afirmando a possibilidade de circunavegação do

continente e mencionando que os portugueses já haviam produzido mapas dessa região (MARQUES, [S.d.], p.36-38).

Inserida no contexto da conquista das terras brasileiras pelos portugueses, uma carta de 1502, de autoria incerta, mas atribuída a Cantino³⁵, que além de representar as regiões da Europa, da África, do Oriente, alcançando o seu extremo, com elevado grau de exatidão, consiste na primeira representação do Brasil, já demonstrando o resultado das primeiras expedições realizadas pela costa por Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Gaspar de Lemos (COSTA, 2007, p.85).

Ainda que consista em um planisfério, representando diferentes regiões da terra, apresenta primeiramente alguns elementos da costa brasileira. Na faixa que corresponde a atual Alagoas já estão representados dois elementos, o *Rio de São Francisco*, e *San Miguel*, assim denominados no mapa. Considerando o contexto inicial das explorações portuguesas, que demandaram certo tempo para aprimorar os conhecimentos da costa, a identificação desses rios é

bastante significativa, pois, assim já em 1502 o território alagoano é repertoriado e representado na cartografia. É, inclusive, essa área que recebe maior tratamento pictórico, com o desenho da vegetação e de aves nativas. Já nesse período a importância do rio São Francisco é demonstrada, corroborando com as descrições textuais contemporâneas exploradas anteriormente.

³⁵. Esta carta, que ficou conhecida como Planisfério de Cantino, possui, na verdade, autoria desconhecida. Segundo a bibliografia, este mapa foi comprado pelos veneziano Alberto Cantino de um cartógrafo em Lisboa, que, possivelmente, o copiou de uma carta padrão guardada nos Armazém de Guiné e das Índias, localizado em Lisboa. (COSTA, 2007, p.85).

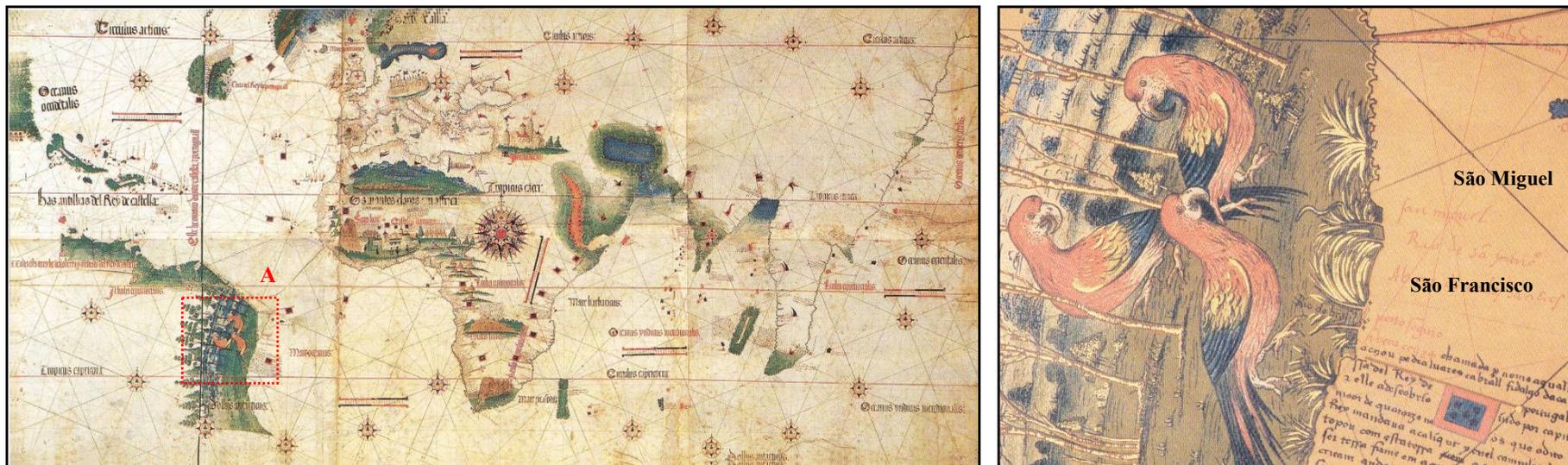


Fig. 06. *Planisfério de Cantino*. Autoria desconhecida. 1502. Detalhe A. Indicação dos rios São Francisco e São Miguel.
 Fonte: MARQUES, [S.d.], p.50-51.

1.3.2 Alagoas nas cartas gerais do século XVI

Como se viu, o século XVI foi o cenário para o florescimento e apogeu da cartografia portuguesa. Nesse período surgiram as chamadas escolas cartográficas, nas quais habilidosos profissionais confeccionavam e atualizavam mapas e desenvolviam novas técnicas. Tais escolas eram, em geral, familiares e funcionavam a partir da transmissão do conhecimento de pai para filho. Uma das primeiras escolas a figurar em Portugal foi a dos Reinel, iniciada por Pedro Reinel, em fins do século XV, e continuada por seu filho,

Jorge Reinel No século XVI. Ambos executaram diversos trabalhos, cuja qualidade repercutiu e influenciou os períodos posteriores. Outra escola que ficou famosa em Portugal foi a dos Homem, que começou com Lopo Homem e teve continuidade com seus filhos Diogo Homem e André Homem. Esta escola também desenvolveu trabalhos significativos para a cartografia portuguesa. Entre os trabalhos mais representativos de Lopo Homem, realizado em conjunto com os Reinel, está o Atlas Miller, um dos mais completos da época. (MARQUES, [S.d.], p.54).

Dentre as cartas deste atlas está o mapa *Terra Brasilis*, de 1519, um dos primeiros que contém detalhes da costa do Brasil, além de representar elementos de sua fauna e flora, principalmente araras, papagaios, o pau-brasil e aspectos dos habitantes nativos. No que se refere a Alagoas, este mapa apresenta elementos novos com relação ao mapa de Cantino. Além dos rios São Francisco e São Miguel, são indicados o rio Alagado e as Serras de Santo Antônio. Sobre ambos não foram encontradas as toponímias atuais correspondentes.



Além do Atlas Miller, outros trabalhos semelhantes foram executados neste período, inclusive mapas-múndi com representações mais gerais da costa, como os mapas produzidos por Sebastião Lopes, 1558, pelo francês Pierre Descelliers, 1546 e por Diogo Homem, 1558. Nestas cartas Alagoas aparece representado apenas pelos rios já indicados nos mapas anteriores, sem novos acréscimos.

Nesses mapas também são representados elementos da fauna e flora brasileiros, além de diversas cenas do cotidiano indígena filtradas pelo imaginário europeu. A antropofagia, por exemplo, é bastante frequente nessas cartas. No mapa de Descelliers há a representação de uma cena em que os índios estão esquartejando uma pessoa e próximo a eles há um grande caldeirão sobre uma fogueira.

Este desenho, apesar de não estar localizado no mapa na altura do território alagoano, pode estar relacionado aos hábitos antropofágicos desenvolvidos pelos indígenas de Alagoas, corroborando o episódio de canibalismo relacionado ao bispo Fernandes de Sardinha realizado pelos Caetés, nas proximidades do rio Coruripe. No mapa de Diogo Homem a cena se repete de forma semelhante, com pedaços de pessoas pendurados em uma árvore e

também o caldeirão fumegante. Estas representações figurativas, além de possuírem a função de orientar as navegações, são também comunicativas, transmitindo para os que as encomendavam, ou para parte da população europeia que as consumiam, os aspectos peculiares (mesmo que mitológicos) do Brasil. Ainda desempenhavam papel de elemento compositivo, preenchendo a parte interior do mapa, que correspondia à região até então desconhecida do Brasil por parte dos colonizadores.

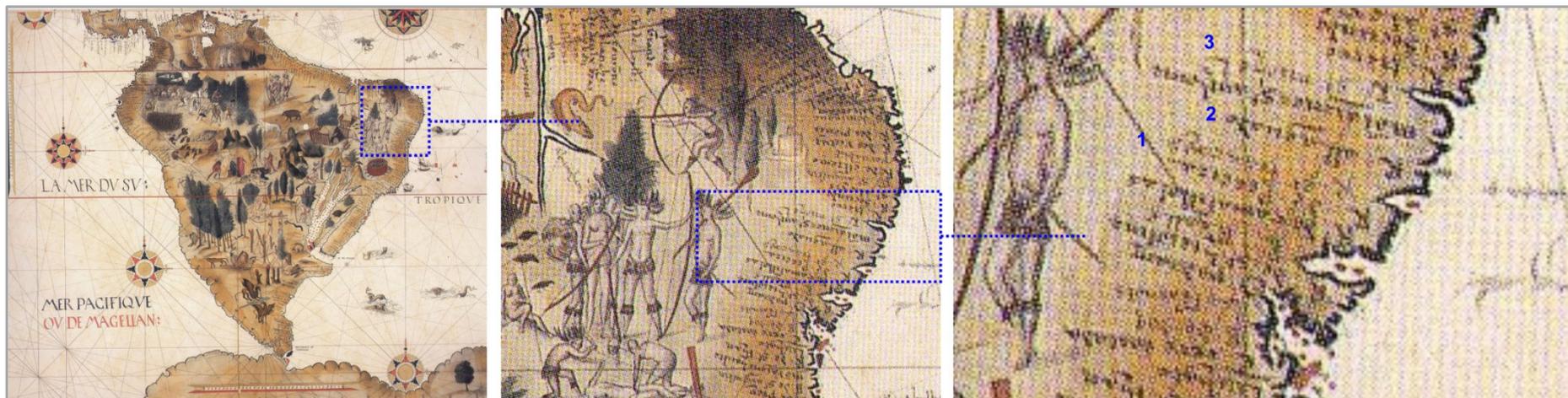


Fig. 08. Planisfério de Pierre Desceliers, 1546. Fonte: COSTA, 2007, p.89. Detalhes ampliados. Legenda: 1. Rio São Francisco; 2. Rio Alagado; 3. Rio São Miguel.

O mapa de Desceliers representa, entre outras cenas, o corte e o transporte de madeira, provavelmente de pau-brasil, no entanto, localizados em uma região mais ao sul e para o interior, ainda não muito explorada. A ocorrência de algumas divergências entre os mapas e as localidades reais é evidência de que, muitas vezes aqueles que produziam os mapas não acessavam fisicamente os

locais representados. Era comum um cartógrafo se utilizar de obras de outros profissionais da cartografia, ou mesmo de informações de terceiros para construir seus próprios mapas. No entanto, na região que corresponde a Alagoas, a toponímia identificada dos rios *São Francisco*, *Alagado* e *São Miguel*, corrobora com a do *Terra Brasilis*.

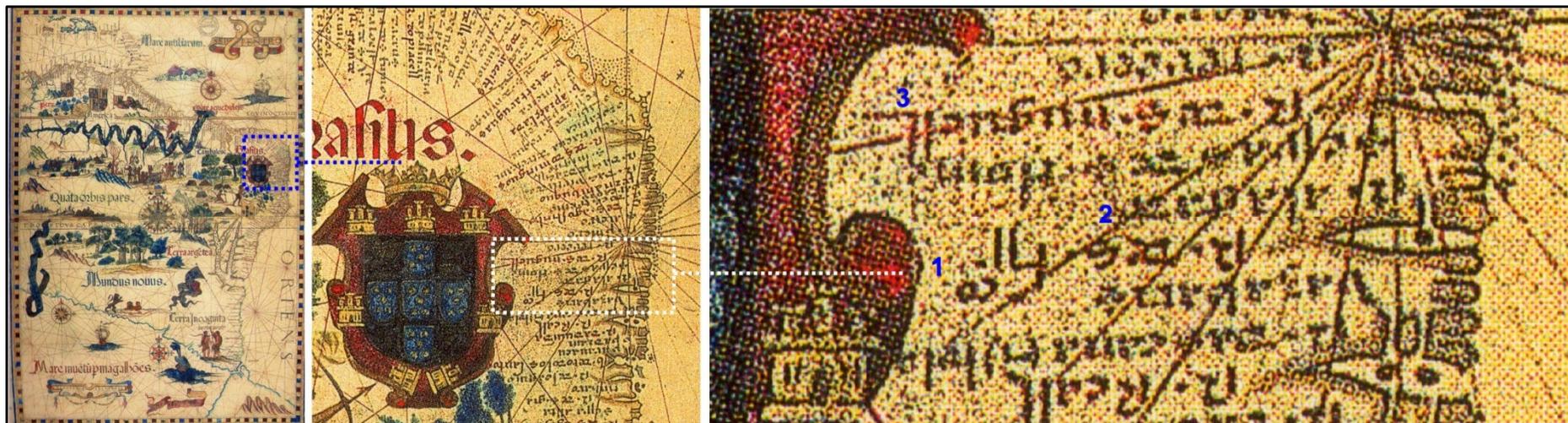


Fig. 09. *América Meridional*, Diogo Homem, 1558. Fonte: COSTA, 2007, p.90. Detalhes ampliados. Legenda: 1. Rio São Francisco; 2. Rio Alagado; 3. Rio São Miguel

Este mapa, de 1558, apresenta a imagem de um Brasil fantástico, mas, ao mesmo tempo, contém informações bastante objetivas. A costa brasileira possui indicações de diversos rios e acidentes geográficos e está toda pontilhada com a sinalização de arrecifes. Por outro lado, o interior do território está povoado por animais que se assemelham a monstros, índios que realizam rituais de antropofagia e até mesmo povos acampados em estruturas que parecem ser típicas de outras regiões do planeta. Há também diferentes tipos de vegetação. O rio Amazonas recebe destaque visual, com um tom de azul escuro, pontuado por ilhas coloridas.

A região que corresponde a Alagoas não recebe neste mapa nenhuma informação nova em comparação aos mapas anteriores. Os mesmos elementos – rios São Francisco, Alagado e São Miguel – são representados.

O mapa a seguir, também de autoria de Diogo Homem, apesar de ter sido elaborado dez anos após o anterior, traz sobre Alagoas as mesmas informações. Possui uma imagem mais limpa, desprovida de muitas ilustrações. Na parte interna do território desaparecem as cenas fantásticas de animais exóticos, povos desconhecidos, habitantes nativos e antropofagia.

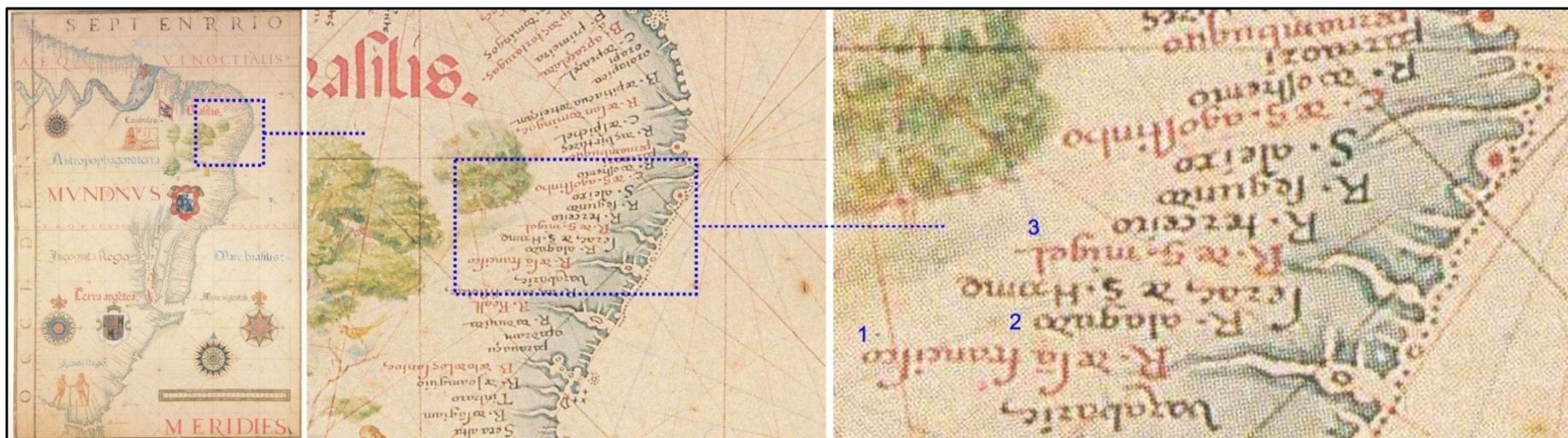


Fig. 10. Mundo Novo. Diogo Homem, 1568. Fonte: MICELLI, 2002, p.132. Detalhes ampliados. Legenda: 1. Rio São Francisco; 2. Rio Alagado; 3. Rio São Miguel.

Note-se nestes mapas a referência apenas aos elementos naturais e a ausência de indicação a elementos edificadas na região em estudo. Isto corrobora, como se viu, a informação de que somente a partir da segunda metade do século XVI esta região sofrerá intervenções neste sentido, como parte da ocupação da Capitania de Pernambuco.

Além dos atlas com mapas-múndi, também começaram a ser produzidos no século XVI cartas específicas, que tratavam apenas do Brasil. A produção destes mapas estava relacionada com a forma de colonização implantada pela metrópole. Conforme os interesses da mesma eram modificados, ou ampliados, bem como o conhecimento

da colônia, também as formas de representação do território tornavam-se mais precisas, como poderá ser observado adiante.

Dentro de um contexto geral da cartografia, entre os séculos XVI e XVII a mesma passou da “cultura de latitude” para a “cultura de longitude”, ou seja, a expansão marítima foi abrindo as portas para a expansão terrestre. Esse processo se refletiu, obviamente, nos aspectos incutidos nas cartas que, até o momento, representavam uma “política expansionista”, de reconhecimento do território, passaram a subsidiar uma “política imperialista”, de ocupação do mesmo (BUENO, in.: TOSTES, 2004, p147).

Com a instituição das capitanias hereditárias e, posteriormente, com a criação do Governo Geral da colônia, os mapas passaram a reproduzir e espacializar as divisões políticas propostas pela Coroa. As representações desse momento permanecem focadas nos aspectos naturais da costa, inclusive de Alagoas, entretanto, algumas descrições começam a ser incorporadas aos mapas, complementando as informações cartográficas.

Entre os primeiros mapas desse período, o *Roteiro de Todos os Sinaes conhecidos, fundos, baixos, alturas, e derrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, é um dos mais antigos e mais detalhados, produzido pelo cartógrafo Luís Teixeira, na segunda metade do século XVI. Neste mapa estão representadas a divisão das capitanias hereditárias, com seus respectivos donatários, diversos rios que cobrem a costa, além de várias ilhas com suas denominações. As representações percorrem a costa desde a foz do rio Amazonas até o Estreito de Magalhães. No que se refere à região correspondente a Alagoas, entre as indicações legíveis desta carta, é possível identificar apenas a representação do rio São Francisco.

O texto que acompanha o mapa relata brevemente a extensão da colônia, mencionando a linha de demarcação de Tordesilhas e o aspecto das capitanias. Estas estão divididas em faixas de 50 léguas de costa cada, estendendo-se para o interior até a chamada *Linha de Demarcação*, a linha do Tratado de Tordesilhas. Entretanto, o povoamento realizado pelos portugueses alcançava apenas cerca de 15 a 20 léguas para o sertão²⁴, após esta distância as terras eram ocupadas pelos indígenas. Sobre a Capitania de Pernambuco, o texto afirma que é uma das mais ricas, possuindo mais engenhos de açúcar e mercados²⁵ (COSTA, 2007, p.89).

Ainda que este mapa não possua indicações de elementos edificados, é possível, através do texto que o acompanha, supor a existência de estruturas edificadas, visto que o mesmo refere-se à existência de engenhos de açúcar nas capitanias da Bahia e de Pernambuco. Segundo Max Justo Guedes (2007, p.20-21) esta carta foi o documento mais completo sobre a costa do Brasil, na época, tornando-se importante aliada dos pilotos e mareantes, pois identificava “os vários pontos de aterragem que desejavam, bem assim as sondas, perigos e distâncias (em léguas) entre eles”.

²⁴ . Os portugueses denominavam *sertão* as regiões do interior desconhecidas pelos mesmos.

²⁵ . Texto completo em anexo.

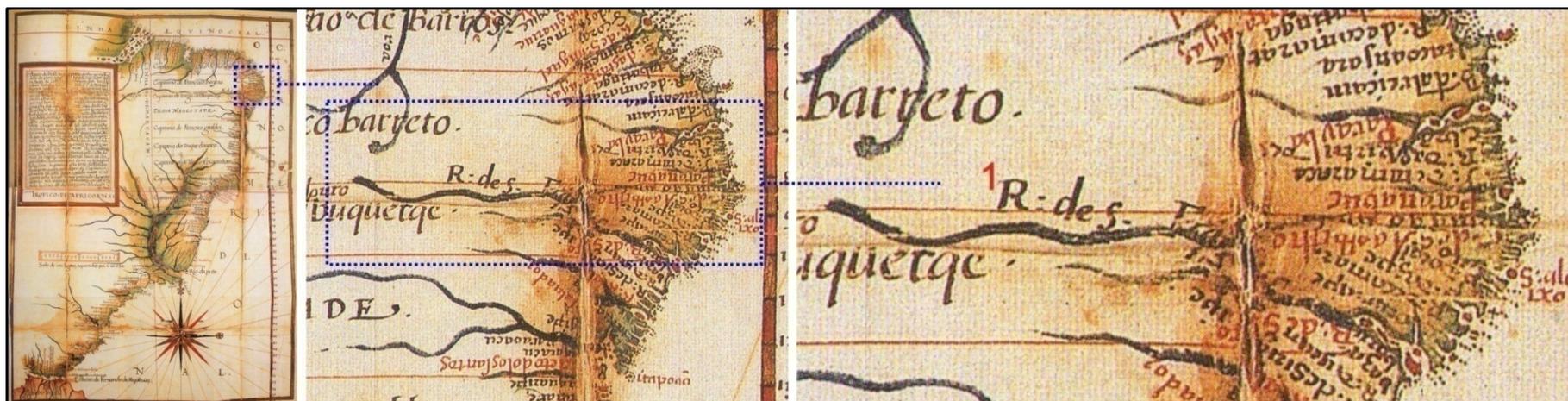


Fig. 11. *Roteiro de Todos os Sinaes conhecidos, fundos, baixos, alturas, e derrotas...*, Luís Teixeira, século XVI. Fonte: COSTA, 2007, p.91. Detalhes ampliados. Legenda: 1. Rio São Francisco.

A família Teixeira obteve grande destaque no cenário cartográfico da época. Luís Teixeira foi um dos últimos grandes cartógrafos do século XVI, permanecendo com suas atividades até o início do século XVII. Foi precedido por seu filho, João Teixeira Albernaz (o velho) e, posteriormente, por seu bisneto, João Teixeira Albernaz (o moço) (BUENO, in: COSTA, 2007, p.30).

Apesar de serem da mesma escola familiar, os três apresentam características distintas em seus mapas, sendo o primeiro autor de cartas de grande requinte e elegante ornamentação, acompanhado por seu filho que também priorizou os detalhes artísticos, apesar de

optar por composições diferentes. Já os trabalhos do segundo Albernaz apresentam-se mais secas abdicando um pouco das características estilísticas de seus antecessores, sem deixar de possuir, porém, qualidade técnica.

Esta família produziu diversos atlas representando o Brasil. Além de ricas cartas gerais, com a descrição de toda a extensão conhecida da colônia, trazem também mapas com recortes menores, de regiões específicas contendo informações mais detalhadas, como a representação de uma capitania inteira ou parte dela. Alagoas, enquanto parte da Capitania de Pernambuco, também é representada

nesses mapas, passando a apresentar mais elementos além dos aspectos naturais indicados nas cartas gerais, como se verá no capítulo seguinte.

Como foi visto, a partir da década de 1560 Alagoas já possuía uma ocupação portuguesa e até mesmo uma atividade econômica. Seu litoral era conhecido pelos viajantes tendo alguns trechos descritos por estes com detalhes. Ao observar as cartas gerais apresentadas neste trabalho percebe-se, portanto, certa incongruência entre as informações colocadas pelos textos escritos e as oferecidas pelos mapas.

O motivo dessa divergência é aqui desconhecido, mas arrisca-se a conjectura de que esta pode estar relacionada ao tipo de informação acessada pelos diversos autores (cronistas e cartógrafos) que muitas vezes nem chegaram a estar nas terras e receberam dados de terceiros. Pode estar ligada também à intenção de cada um deles na confecção desses documentos, pois, sabe-se que os elementos podem ser inseridos ou omitidos em um texto ou mapa dependendo da finalidade destes. Dessa forma, unindo as informações textuais às cartográficas, o quadro que se obtém, diante das fontes consultadas, de Alagoas no século XVI é o apresentado a seguir.

Quadro 1. Quadro Geral de Alagoas no Século XVI			
	Elementos	Fonte Textual	Fonte Cartográfica
Rios e lagoa	Rio das Pedras	Knivet	-
	Rio Camaragibe	Gabriel Soares, Knivet	-
	Rio Santo Antônio	Gabriel Soares, Knivet	-
	Rio São Miguel	Gabriel Soares, Knivet	Cantino, Lopo Homem, Descelliers, Diogo Homem
	Lagoa Alagoa	Gabriel Soares, Knivet	-
	Rio Alagado	-	Lopo Homem, Diogo Homem
	Rio Sapetiba	Gabriel Soares	-
	Rio Coruripe	Gabriel Soares, Knivet	-
	Rio São Francisco	Gândavo, Gabriel Soares, Knivet, Frei Vicente do Salvador	Cantino, Lopo Homem, Descelliers, Diogo Homem, Luís Teixeira
Habitantes	Indígenas	Gândavo, Gabriel Soares, Knivet, Frei Vicente do Salvador	-
	Portugueses	Knivet	-
Portos	Porto das Pedras	Gabriel Soares	-
	Porto Velho dos Franceses	Gabriel Soares, Knivet	-
	Porto Novo dos Franceses	Gabriel Soares	-
	Porto no rio Coruripe	Gabriel Soares, Knivet	-
	Jaraguá	Gabriel Soares	-
Edificações	Casa	Knivet	-
	Igreja	Knivet	-
Estruturas Produtivas	Engenho	Knivet	-
	Gado	Knivet	-
Outros	Barreiras vermelhas	Gabriel Soares, Knivet	-



Fig. 12. ASPECTO GERAL DE ALAGOAS EM FINS DO SÉCULO XVI. O olhar dos primeiros viajantes.

2. A ESCRITA DE ALAGOAS NO SÉCULO XVII

2.1 O TERRITÓRIO ALAGOANO NAS FONTES TEXTUAIS SEISCENTISTAS

Como se viu, Alagoas, como parte da Capitania de Pernambuco, esteve subordinada às atitudes de seus donatários, sendo o primeiro Duarte Coelho e posteriormente sua esposa e cunhado. O foco de ocupação destes primeiros donatários foi, inicialmente, a parte norte, sendo as vilas de Igarassu e Olinda os principais núcleos urbanos.

Ainda que as crônicas quinhentistas demonstrem que a parte sul também estava sendo conhecida e ocupada, foi a partir das expedições realizadas por Duarte Coelho, em meados do século XVI, e pelos administradores subsequentes, já adentrando o XVII, que a região de Alagoas começa a ser efetivamente explorada e ocupada, ocorrendo também a doação de sesmarias para incentivar o povoamento da região.

Esta ação na Capitania de Pernambuco não foi um fato isolado. De uma forma geral, a ocupação do território do Nordeste brasileiro recebeu grande incremento no que diz respeito aos pontos de povoamento no contexto seiscentista. O século XVI foi marcado pela fundação de pequena quantidade de núcleos urbanos,

proporcionalmente às dimensões territoriais da colônia. Segundo coloca Aroldo de Azevedo (1956, p. 12-14), apenas quatorze vilas e três cidades figuravam no cenário colonial quinhentista.

Já no século XVII, o Brasil deu um salto de urbanização, pois, ainda que o número de cidades tenha permanecido pequeno – nesse período havia apenas sete em toda extensão do Brasil: Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia, São Luís do Maranhão, Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, Belém e Olinda – houve uma proliferação de vilas pela costa litorânea. Ainda segundo este autor, 37 vilas haviam sido fundadas, principalmente na costa, no século XVII e já nesse período começam os esforços para conquistar o interior²².

As constantes ameaças de invasões, além do saque e comércio de pau-brasil, pressionaram os portugueses a tomar medidas mais diretas para a ocupação do território. A vila era, nesse sentido, uma ferramenta de incentivo à fixação humana, contribuindo com o intuito de demarcação e fortalecimento do domínio português sobre a colônia.

²². Na obra *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Aroldo de Azevedo apresenta um quadro cronológico do desenvolvimento urbano do Brasil a partir do surgimento de núcleos de povoamento: vilas e cidades. No que tange ao século XVII, a predominância de ocupação se fazia por meio de vilas. Ver AZEVEDO, 1956, p. 25-29.

Em sua obra ‘Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil – 1500/1720’, 2000, Nestor Goulart Reis Filho apresenta um quadro com as vilas fundadas na colônia, com as prováveis datas oficiais da titulação. Baseado em informações retiradas dos textos de Gândavo, Gabriel Soares, Frei Vicente do Salvador, Ayres do Casal e Aroldo de Azevedo, indica o desenvolvimento do número de núcleos urbanos ao longo dos séculos – de 1500 a 1720. Segundo este quadro, no século XVI apenas 14 vilas figuravam em toda a extensão do território brasileiro até então explorado. No século XVII, foram fundadas ou nomeadas²³ outras 38, totalizando 52. Neste quadro o autor considera a divisão política do Brasil em estados e não nas antigas capitanias.

QUADRO 02. VILAS FUNDADAS NO SÉCULO XVI

Fonte: REIS, 2000, p.85-87

Estado	Vila ou cidade	Ano de fundação ou elevação
Bahia	Porto Seguro	1535
	Santa Cruz	1536
	São Jorge dos Ilhéus	1536
	Salvador da Bahia de Todos os Santos (cidade)	1549
Espírito Santo	Espírito Santo	1535
	Nossa Senhora da Vitória	1551
Guanabara	São Sebastião do Rio de Janeiro (cidade)	1565
Paraíba	Filipéia (cidade)	1585
Pernambuco	Igarassu	1536
	Olinda	1537
São Paulo	São Vicente	1532
	São Paulo de Piratininga	1554
	Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém	1561
	Santos	1545
	Nossa Senhora das Neves de Iguape	1577
	São João Batista de Cananéia	1587
Sergipe	São Cristóvão	1590

²³ . Nesse período alguns núcleos de povoação foram elevados à categoria de vila, outros já foram fundados como tal.

QUADRO 03. VILAS FUNDADAS NO SÉCULO XVII					
Fonte: REIS, 2000, p.85-87					
Alagoas	Bom Sucesso de Porto Calvo	1636	Guanabara	Angra dos Santos Reis da Ilha Grande	1608
	Penedo do Rio São Francisco	1636		Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio	1615
	Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul	1636		Parati	1660
Bahia	Cairu	1608	São Paulo	São João do Paraíba	1677
	Camamu	1693		São Salvador dos Campos de Goitacazes	1677
	Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe	1693		Santo Antônio de Macau	1697
	Nossa Senhora do Rosário de d Cachoeira	1693		Santana de Mogi das Três Cruzes	1611
Espírito Santo	Santo Antônio de Alcântara	1637		Santana de Parnaíba	1625
				São Sebastião	1636
Maranhão	São Luiz do Maranhão (cidade)	1612		Estação de Santa Cruz de Ubatuba	1637
	Santo Antônio de Belém	1616		São Francisco das Chagas de Taubaté	1645
Pará	Nossa Senhora de Belém	1616		Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba	1653
	Vila Souza do Caeté	1634		Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegria	1655
	Vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté	1635	Santo Antônio de Guaratinguetá	1651	
	Gurupá	1639	Nossa Senhora da Candelárias de Outu Guaçu	1657	
Paraná	Nossa Senhora do Rosário de Paranagué	1649	Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba	1661	
	Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba	1693	Rio de São Francisco do Sul	1660	
Pernambuco	Vila Formosa de Sirinhaém	1627	Sergipe	Santo Antônio de Itabaiana	1665
				Santo Amaro das Brotas	1697

De acordo com os quadros, no século XVI Alagoas ainda não possuía vilas. As três primeiras receberam essa titulação em 1636, sendo elas: Bom Sucesso de Porto Calvo (atual Porto Calvo), Penedo

do Rio São Francisco (atual Penedo) e Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul (atual Marechal Deodoro). Embora tenham sido

oficializadas somente em meados do século XVII, a ocupação já havia sido iniciada com a instalação de povoados.

No contexto seiscentista de fundação de vilas, considerando a quantidade de capitanias existentes, pode-se avaliar como significativa a instalação de três delas em território alagoano. Em Capitanias como a Paraíba e o Rio Grande, por exemplo, aos núcleos fundados no século XVI – Filipéia e Natal – não são acrescentadas novas vilas ou cidades até, pelo menos, 1720 (ano limite da investigação de Nestor Goulart).

Neste sentido, o período que corresponde ao século XVII foi também marcado por significativas mudanças na paisagem em estudo. O processo de ocupação territorial, a partir da fundação de vilas e povoados, tornou-se mais intenso na região devido, não apenas às investidas de outros países, mas também ao aumento da exploração econômica da terra, especialmente com a plantação de cana-de-açúcar e criação de gado.

Diversas fontes textuais desse período, como os relatos de Adriaen Verdonck e Adriaen Van der Dussen, referem-se, como se verá, à produção de açúcar e à criação de gado em Alagoas. Mencionam frequentemente a existência de engenhos, principalmente nas

proximidades de Porto Calvo e Alagoas e à qualidade e quantidade de gado nessas terras. Segundo Diégues Júnior (2002, p.41), essas atividades foram dois dos principais fatores que contribuíram para a expansão da ocupação territorial de Alagoas, pois, implicavam na fixação das povoações e, portanto, na instalação de estruturas edificadas no território.

Tal processo em Alagoas pode ser acompanhado através de fontes primárias deste período, as quais, em sua maioria, diferentemente das do século XVI, trazem descrições não apenas dos elementos naturais e habitantes nativos, mas também dos primeiros núcleos habitados que são formados no território alagoano. As fontes que se referem a então parte sul da Capitania de Pernambuco tornam-se mais numerosas e as descrições mais completas, levando em consideração a localização, características do sítio de implantação dos núcleos, principais elementos urbanos, defesas, acessos, entre outros elementos.

Amplia-se a quantidade de cronistas e a sua variedade, agora de diversas nacionalidades, que se preocuparam em registrar as principais características do Brasil nesse período. Movidos por interesses diversos (seja por interesse próprio, por fins comerciais ou

para que o Velho Mundo tomasse conhecimento do Novo) o fato é que esses “escritores” – soldados, viajantes, médicos, religiosos, etc. – dedicaram-se a compor todo um panorama físico, político, social e econômico da colônia, e a partir desses textos pode-se filtrar diversos dados referentes à situação de Alagoas.

De uma forma geral, no caso holandês, os textos produzidos nessa época eram utilizados pela Companhia para ampliar o conhecimento da região. Segundo Raminelli (2001: 284) esses escritos serviam como meio para otimizar a conquista e colonização do território, uma vez que possibilitavam maior domínio sobre o mesmo, abrangendo as seis capitanias (Pernambuco, Itamaracá, Sergipe, Paraíba, Rio Grande e Ceará) dominadas a partir da invasão de Pernambuco. Visando explorar economicamente as terras brasileiras e as instalações já implantadas pelos portugueses, os holandeses empreenderam uma grande investida para dominar a região.

Após uma tentativa frustrada de dominação da Bahia²⁴, os batavos recuaram e aportaram na Baía da Traição (Paraíba) e permaneceram

lá por certo tempo interceptando e saqueando navios que iam e vinham da colônia. A investida contra a Bahia havia deixado a WIC em uma situação financeira difícil, impossibilitando, dessa forma, novos projetos de invasão. No entanto, após a captura de navios portugueses e espanhóis contendo grande quantidade de produtos brasileiros e de prata, respectivamente, a companhia conseguiu reunir um volume monetário relevante, suficiente para saldar algumas dívidas e financiar uma nova investida contra a costa brasileira (MELLO, 1999, p. 24).

As atenções holandesas voltaram-se para a Capitania de Pernambuco que era no momento a mais produtiva com relação ao açúcar e uma das mais prósperas. Por volta de 1630 chegaram ao litoral pernambucano, invadindo a capitania em dois pontos diferentes: no porto de Recife e na baía de Pau-Amarelo, ao norte de Olinda (MELLO, 1999, 24). No primeiro ponto a entrada foi repelida, mas no segundo ocorreu sem significativa oposição. O donatário na época, Matias de Albuquerque, ao perceber que essa resistência não seria duradoura, ateou fogo em alguns pontos do Recife a fim de

²⁴ . A ocupação batava de parte do Brasil começou a ser efetivada em 1624, quando os holandeses organizaram uma frota armada e invadiram a capital da província, Salvador. Como as tropas portuguesas de defesa eram insuficientes, os holandeses conseguiram adentrar no território baiano e permanecer por um ano. Porém, com a chegada do auxílio português e espanhol, os holandeses foram expulsos. Houve ainda uma segunda tentativa de entrar na Bahia, mas sem sucesso.

evitar que os holandeses se beneficiassem de alguns produtos e, em seguida partiu em retirada.

No dia seguinte pela manhã, cerca de uma hora antes do amanhecer, o governador Matias de Albuquerque pôs fogo no Recife a todos os armazéns cheios de açúcar e de outras mercadorias. Assim fez, em parte porque queria vingar-se dos habitantes da cidade que se escaparam (contra a sua ordem) com seus haveres, deixando por esse modo a cidade indefesa, e mais ainda por não poder defender aquelas mercadorias, o que é fácil de compreender, privando dessa maneira os nossos do maior fruto de sua vitória (LAET, 1636, in.: FREIRE, 2004, p.344).

Após um período de batalhas, os portugueses procuram se refugiar na parte sul da capitania, possibilitando aos holandeses a ocupação inicial da região norte. “A Matias de Albuquerque só restava retirar-se para o sul da Capitania de Pernambuco, reconquistando Porto Calvo e garantindo uma cabeça-de-ponte para a armada que se esperava da Espanha” (MELLO, 1999: 25). Porto Calvo foi cenário de algumas batalhas entre holandeses e portugueses, sendo também local de um episódio bastante mencionado na historiografia brasileira, que foi a traição de Domingos Fernandes Calabar, acusado de favorecer os holandeses.

Portanto, em decorrência do estabelecimento holandês em terras pernambucas, logo foram iniciados os trabalhos de reconhecimento de partes do território, de forma a levantar os recursos naturais, os locais mais férteis, as plantações de mantimentos, as áreas de produção de açúcar, os caminhos terrestres, além dos povoados e vilas existentes na época.

O interesse em indicar minuciosamente a localização dos rios e seus afluentes, por exemplo, estava relacionado com a identificação dos acessos aos engenhos, uma vez que a maior parte do transporte da época era realizado por via fluvial. Por isto a importância do conhecimento quanto à capacidade de navegabilidade dos cursos d'água.

Como já foi dito, os portos eram também elementos muito importantes neste contexto e, nesse sentido, os holandeses realizaram relevante contribuição no registro dos mesmos, bem como dos ancoradouros naturais e entradas entre os arrecifes. No texto de van der Dussen (1947: 27-28) os principais portos e ancoradouros de Alagoas são descritos da seguinte forma:

[...] 5) Barra Grande é uma **baía fechada** por um arrecife, própria para recolher navios grandes e como tem mais de uma milha de extensão, pode abrigar um número vultoso deles. Está situada entre **Porto Calvo** e **Una**. [...] 6) **Ponta de Jaraguá**, duas milhas ao Norte de Alagoas, é também uma baía situada atrás de arrecifes e onde navios grandes podem ficar abrigados. [...] 7) **Porto dos Franceses**, uma milha e mais ao Sul de Alagoas, é razoavelmente profundo mas estreito. [...] **Coruripe** é uma **bonita baía**, onde navios grandes podem entrar **para abrigar-se, sofrer limpeza ou reparo** (grifo nosso).

Pode-se perceber, através do trecho acima, que os relatos holandeses apresentam, além de informações mais técnicas, também alguns juízos de valor, bem como dados utilitários, por assim dizer, como a beleza de uma baía e suas possibilidades de utilização. Diferentemente das crônicas quinhentistas, além de oferecerem maior quantidade de informações, passam a ser mais específicos, no sentido de qualificar, e não apenas quantificar ou localizar, os elementos mencionados.

O trabalho minucioso com o levantamento de vários aspectos referentes às capitânicas conquistadas envolvendo o território alagoano inseriu por sua vez uma quantidade maior de informações do que as obras do período anterior. Mas cabe considerar que, a

ocupação dessa região encontrava-se em um estágio mais acelerado de desenvolvimento, contando com três vilas e diversos engenhos, além de aldeamentos organizados por religiosos e pequenos povoados.

Os holandeses, habituados à vida urbana, optaram por ocupar as estruturas urbanas já existentes. Embora tenham dominado toda a Capitania de Pernambuco a sua presença se fez marcante apenas nas áreas urbanas, como Recife, Frederica e Natal (CASCUDO, 1956: 30). Segundo Boxer (2004, p.202), enquanto as vilas estavam sob o controle próximo dos representantes da WIC, no interior, os engenhos de açúcar estavam sob o cuidado dos portugueses e escravos.

Em consequência desta vocação cidadina – que proporcionou aos holandeses êxito na criação de uma capital colonial urbana – salvo algumas poucas exceções, os holandeses tiveram grande dificuldade em manter seus domínios sobre as áreas rurais, configurando dessa maneira um panorama de instabilidade política nessas regiões. Essa situação dificultava o estabelecimento de um controle homogêneo sobre a colônia e sobre sua produção.

Nesse período, segundo o Breve Discurso, de 1638, elaborado por Nassau e dois conselheiros, Adriaen van der Dussen e van Ceullen, a Capitania de Pernambuco estava dividida em quatro jurisdições, sendo a principal a de Olinda, a segunda e mais antiga a de Igarassu, a terceira a de Vila Formosa de Sirinhaém e a quarta a que começava após Sirinhaém e ia até o rio São Francisco. É preciso considerar essa divisão, pois os holandeses vão usá-la com frequência.

No que tange às novas informações sobre a formação territorial alagoana, o termo *Alagoas* já é utilizado para designar a parte sul da Capitania de Pernambuco.

Começando do sul, temos a primeira jurisdição, que se estende do rio São Francisco ao rio Pirassinunga e, como dissemos, nunca teve uma forma regular de governo. As suas principais povoações são: Penedo, Alagoas do Sul, Alagoa do Norte (cada uma com uma povoação ou aldeia), e Povoação do Porto Calvo [...] (VERDONK, (1639), 1981,p.72).

Alagoas é considerada, então, pelos holandeses como uma jurisdição, iniciando uma idéia de unidade territorial.

Já no relatório escrito por van der Dussen (1639: 29), a capitania pernambucana estava dividida em seis jurisdições. Além das de

Igarassu, Olinda e Vila Formosa de Sirinhaém, são mencionadas como jurisdição as vilas de Porto Calvo, abrangendo as terras entre o rio Pirassinunga e Paripueira, das Alagoas, que ia de Paripueira ao rio de São Miguel, e a do rio São Francisco, iniciada no rio São Miguel, indo até o limite sul da capitania.

2.1.1. As Marcas Naturais

A paisagem exuberante e desconhecida das terras recém descobertas continuou exercendo enorme fascínio sobre os viajantes e sendo objeto de inúmeras descrições durante o século XVII. Neste sentido, mais do que demonstrar o caráter idílico do território alagoano, os neerlandeses dedicaram-se a produzir levantamento cuidadoso dos seus elementos naturais e edificados, constituindo esta a sua grande contribuição.

O próprio rio São Francisco, tão mencionado na crônica quinhentista, continua bastante referido entre os relatos seiscentistas. Em um dos primeiros documentos do governo holandês, produzido por Adriaen Verdonk em 1630, este rio é descrito destacando sua fertilidade.

Em primeiro lugar, a jurisdição de Pernambuco estende-se até o Rio São Francisco, cerca de 40 milhas

para o sul; nessa região os **poucos habitantes**, quase todos pastores, vivem unicamente de **bois e vacas**, para a criação dos quais a terra se presta muito, havendo ali grande quantidade desses animais; fazem também ali bastante **farinha**, pescam muito **peixe** e plantam também muito **fumo**; encontra-se igualmente algum **pau-brasil**, mas pouco açúcar e todas as mercadorias são trazidas anualmente de uma vez para Pernambuco; à beira-mar tem-se achado frequentemente muito **âmbar** (VERDONK, 1630, in.: MELLO, 1981, p. 35, grifo nosso).

A menção à criação de gado em terras alagoanas é frequente nos relatos holandeses. A quantidade de animais e a sua qualidade indicam a importância dessa atividade econômica para o desenvolvimento da região. Ainda que o açúcar dominasse o cenário mundial de exportações, a pecuária possuía papel imprescindível para o desenvolvimento local.

A principal atividade em que os moradores costumam empregar-se é a criação de toda a sorte de gado, sobretudo bois e vacas, que aí existem em grande quantidade e em numerosos currais, e é **deste distrito que toda a parte setentrional do Brasil tira quase todo o gado de que necessita**, tanto para o corte, como para o trabalho de engenhos e carros (VAN DER DUSSEN, 1638, in.: MELLO, 1981, p.81, grifo nosso).

A criação de gado em Alagoas é também relacionada aos Campos de Unhaú (podendo ser encontrada também a grafia Inhaú), situados

próximos ao rio São Miguel. Segundo os relatos, nesses campos havia a melhor qualidade de pasto e gado da região.

No distrito das Alagoas se compreendem de ordinário os Campos de unhaú, situados no rio de São Miguel, que passa de permeio. São conhecidos esses campos como **os mais belos pastos de todo o Brasil**. Antes da guerra existia ali uma incrível cópia de gado, e de presente não só se acham desabitados pelo homem, como quase não tem gado, não tanto em consequência das incursões que por ali houve (com o que se destruiu uma grande parte dele), quanto por causa dos tigres que nessa região aumentaram, e especialmente por causa dos morcegos [...] (WALBEECK e MOUCHERON, 1643in.: MELLO, 1981, p. 130).

Van der Dussen (1947, p. 28) também traz algumas contribuições a respeito do São Francisco, reforçando novamente a ideia acerca de sua fertilidade e ainda mencionado que permanece o desconhecimento da localização de sua nascente.

[...] o qual, se bem que um grande rio, sofre grande pressão do mar, o que acarretou a formação na sua barra de um banco de areia seco. É rio de muita água, extensão e largo, contando com diversas e **férteis ilhas**, tanto grandes como pequenas onde pasta muito gado. A sua nascente e a região de onde provém são desconhecidas (grifo nosso).

Por ser o limite da capitania e também o principal acesso para os que vêm da Bahia, em alguns momentos é demonstrada certa preocupação com possíveis invasões de inimigos, sobretudo os

portugueses, os quais poderiam atravessar o rio e danificar plantações ou mesmo tentar uma investida contra os holandeses.

O Rio São Francisco que poderia servir de fronteira, mesmo guarnecido, não impediria que os campanhistas o atravessassem em canoas ou jangadas, ocultamente e, em terra, na outra margem, passam a nos causar prejuízos. Mesmo se puséssemos alguns soldados em cada engenho, o que não é possível, nada poderiam impedir a esses brutos tão andejos, porque só um homem com um archote, em qualquer ponto, pode dar início a um incêndio e em meia hora estará todo um canavial queimado (VAN DER DUSSEN, 1640, in.: MELLO, 1981, p. 227).

Barléus (1974, p. 66) menciona também a necessidade de defesa dessa região e relata a chegada de Maurício de Nassau a Penedo, ordenando a construção de duas fortificações nas margens deste rio.

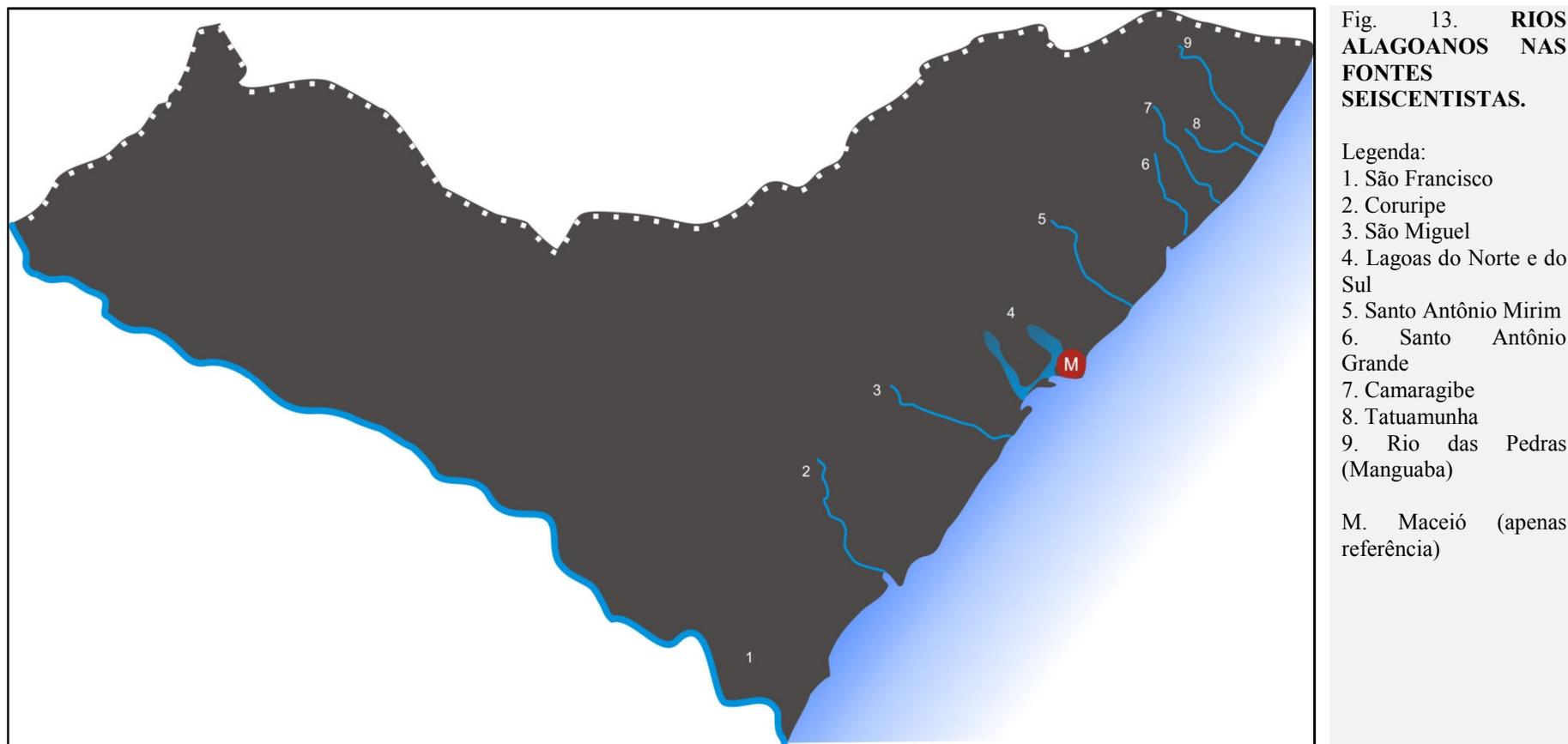
Em chegando Maurício a Penedo, vilazinha às margens do São Francisco, a seis léguas do mar, julgou o lugar idôneo para fazer progresso no território inimigo. Mandou construir ali **o forte que lhe tem o nome e outro junto à barra do rio**. O inimigo e os moradores na vila recolheram-se ao Sergipe d'El Rei, distante 24 léguas do Rio São Francisco. [...] Mandou-se então os moradores da margem austral que, com todo o seu gado, passassem para a margem setentrional, afim de não ir ali o inimigo abastecer-se, como antes já acontecera (grifo nosso).

As fortificações consistiram importantes elementos em termos de ocupação territorial. No caso de Alagoas, o forte Maurício, além de ter sido o primeiro a ser construído, possuiu importância fundamental para resguardar a capitania pernambucana, pois, estava situado na extremidade sul da mesma, em localização estratégica.

Além do São Francisco, outros rios de Alagoas são mencionados nos relatos. Ainda que estes não tenham sido descritos, a sua localização era de grande importante para que os holandeses pudessem visualizar a dimensão e as características do território sobre o qual os mesmos mantinham domínio.

Nesse momento, outros rios alagoanos, além dos relacionados no século XVI, aparecem nas narrativas, como o Santo Antônio Grande, o Tatuamunha e o das Pedras.

Cerca de seis milhas ao Norte do São Francisco fica o **Coruripe**; três milhas acima deste o **São Miguel**; três milhas adiante, **as Alagoas**; outras tantas para o Norte o **Santo Antônio Grande**; mais duas milhas daí o **Santo Antônio Mirim**, outras tantas acima, o **Camaragibe**; mais milha e meia adiante o **Tatuamunha**; outro tanto sempre para o Norte o **rio das Pedras**, onde fica a povoação de **Porto Calvo** (VAN DER DUSSEN, 1638, in.: MELLO, 1981, p. 78-79, grifo nosso).



2.1.2. As Marcas Humanas

Além dos aspectos naturais, os primeiros povoados de Alagoas começam a ser descritos. Note-se que a citação anterior faz referência à povoação de Porto Calvo. Ainda que seja apenas uma

menção, a sua indicação já demonstra um ponto de fixação no território.

Em outros textos podem ser encontradas descrições mais abrangentes sobre os primeiros povoados, incluindo além da localização, algumas vezes, as dimensões, as principais atividades

econômicas, aspectos de salubridade, fertilidade das terras próximas, etc. revelando sua importância sob o ponto de vista das necessidades do colonizador holandês – ocupar as estruturas urbanas já existentes e explorar a produção açucareira. Dessa forma, Alagoas e Porto Calvo são descritos por Verdonk (1981, p. 36) da seguinte maneira:

Perto do Rio São Francisco existe um lugar chamado **Alagoas**, onde há dois rios, um situado ao norte e outro ao sul; no mesmo lugar há um povoado de poucos habitantes e nas imediações **5 ou 6 engenhos**, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda nesse lugar existe grande quantidade de **bois e vacas**, por causa do excelente pasto, de sorte que por esse motivo **os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras** e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação; **o povoado está situado sobre ambos os rios** e dista do mar umas cinco milhas.

Utilizando a cartografia da época como auxílio, pode-se supor que o povoado mencionado acima é o de Nossa Senhora da Conceição, situado nas proximidades dos rios Subaúma e Itinga, os quais desembocam na Lagoa do Sul.

Sobre Porto Calvo também são reunidas informações a respeito da quantidade de habitantes e das principais atividades desenvolvidas:

Próximo a Alagoas há um povoado denominado **Porto Calvo** que também conta poucos habitantes; na mesma região existe igualmente muito **gado**, principal riqueza dos seus moradores, que o trazem de ordinário para Pernambuco; plantam ali muito **fumo**, fazem bastante **farinha** e pescam **muitos peixes**, na maior parte tainhas, que trazidos para Pernambuco são logo vendidos; ainda nessa região existem **7 ou 8 engenhos** alguns dos quais fazem um pouco de açúcar. Esse povoado também dista **umas cinco milhas da praia** e é banhado por um rio de 9 a 10 braças de fundo, pelo qual se pode subir do mar para o povoado (grifo nosso).

Note-se que as atividades na região eram diversificadas – fumo, peixes, farinha e gado – não se limitando à produção de açúcar. Novamente a referência em ambos os trechos à criação de gado pelo território alagoano, informando que não apenas o açúcar desempenhava o papel de incentivador do povoamento.

Essas referências demonstram a preocupação que os holandeses possuíam com a questão de repertoriar aspectos do povoamento do território. Assim como os portugueses, os batavos identificaram na fixação humana uma maneira de manter erguidas as defesas, sem grandes gastos, bem como de garantir a auto-suficiência da colônia. O alto conselheiro Adriaen van der Dussen alertou para este aspecto:

Mas isto²⁵ não é suficiente para incrementar o povoamento do país, é necessário encontrar meios para atrair grande número de habitantes da Pátria para cá e espalhá-los por todo o país e aí se multiplicarem: isto trará para a Companhia vantagens, defesa, conservação e firmeza para a conquista deste modo obter-se-á não somente uma notável diminuição de suas grandes despesas e encargos como também aumento das suas finanças e rendas; o país será melhor cultivado e produzirá mais e haverá maior garantia contra os sempre pérfidos portugueses que serão mantidos sob controle (VAN DER DUSSEN, 1947, p.83).

Os holandeses também demonstram essa preocupação mais especificamente em relação ao povoamento das terras alagoanas.

O meio mais pronto e menos dispendioso que tem a Companhia para promover a colonização das Alagoas, bem pesadas as dificuldades que ficam expostas, consiste, ao nosso ver, em fazer com que a guarnição desse distrito (a qual presentemente consta de umas duas companhias) se componha de gente casada, e que se lhes pague aí todo o seu soldo e sua ração, a fim de que tenham recursos para se manterem (...) de modo que, **não vendo eles no presente melhor situação, e para isso terão nas Alagoas ensejo mais favorável do que em qualquer outro lugar do Brasil** (...) (WALBEECK e MOUCHERON, 1643in.: MELLO, 1981, p. 134-135).

Alagoas, aos olhos dos holandeses, possuía terras de boa qualidade, com condições naturais muito propícias para o povoamento. Este dever ter sido um dos fatores que despertou o interesse desses colonizadores, justificando a frequente referência a Alagoas nas fontes seiscentistas.

Outros dois funcionários da WIC, Johannes Walbeeck e Hendrick Moucheron, elaboraram em 1643, um relato específico sobre esta jurisdição. Nele são encontradas informações mais detalhadas sobre o povoamento das regiões das Alagoas do Norte e do Sul. Além das condições naturais dessas localidades, os autores fornecem novos dados ainda não encontrados na bibliografia anterior sobre a divisão das terras em sesmarias, incluindo os nomes dos proprietários.

Trataremos em primeiro lugar da **Lagoa do Sul**, porque é a **que foi melhor povoada**. No tempo da primeira povoação foi seu proprietário Diogo Soares da Cunha, pai de Gabriel Soares da Cunha, senhor do **Engenho Novo**, o qual a obteve por doação de Duarte de Albuquerque, senhor de toda a capitania de Pernambuco. [...] O doador deu a Diogo Soares, como bem alodial, duas léguas ao norte e três ao sul da barra das **Alagoas**, com sete milhas para o interior e ainda mais quatro léguas da boca do **rio Paraíba** (que desemboca na mesma lagoa) para o sul, e sete para o sertão, de sorte que o referido Diogo Soares ficou sendo possuidor de toda a Lagoa do Sul. [...] (WALBEECK e MOUCHERON, in.: MELLO, 1981, p. 124, grifo nosso).

²⁵ . Adriaen van der Dussen se refere à ligação de Recife à ilha de Antônio Vaz por meio de uma ponte.

As terras que se seguem para o ocidente ao longo da lagoa, onde fica a **povoação de Nossa Senhora da Conceição** e onde de presente se acha a nossa guarnição, pertenceram à igreja da mesma povoação. Essa igreja foi feita por certo João Esteves, que era senhor da **ilha Massagueina**, sita abaixo entre as duas lagoas, da qual era ele o senhor e foi dada à Misericórdia (WALBEECK e MOUCHERON, in.: MELLO, 1981, p. 124, grifo nosso).

A **Lagoa do Norte** (que não é menos piscosa que a do Sul) foi dada com suas terras circunvizinhas por Duarte de Albuquerque a Miguel Gonçalves Vieira, Provedor da Fazenda d'El Rei, pois ditas terras estavam compreendidas na doação que se lhe fez de cinco léguas ao longo da costa, de **Paripueira** para o Sul, e de dez léguas para o sertão. [...] todas essas terras [...] estão vagas e inteiramente incultas [...] (WALBEECK e MOUCHERON, in.: MELLO, 1981, p. 127, grifo nosso).

À época deste relato, Penedo, Porto Calvo e Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul já haviam recebido a titulação de vila. Entretanto, esta denominação pode ter tido significado secundário para os holandeses, já que nos relatos estas localidades são referenciadas como povoações. Até porque, estes colonizadores, quando dominaram a Capitania de Pernambuco, instalaram uma lógica própria de jurisdições, como já foi mencionado.

Conforme os relatórios vão sendo elaborados, novos elementos que indicam a fixação no território vão sendo inseridos, como o exemplo

de Paripueira, pequeno povoado da época, que hoje constitui um município do Estado. Além das descrições dos aspectos naturais e dos núcleos habitados, esses relatos também tratam de algumas edificações, como igrejas e conventos, mas com relação a estes as indicações são sumárias, e optou-se por não chegar a este nível de detalhe, concentrando o trabalho nas investidas mais consistentes rumo à ocupação territorial alagoana.

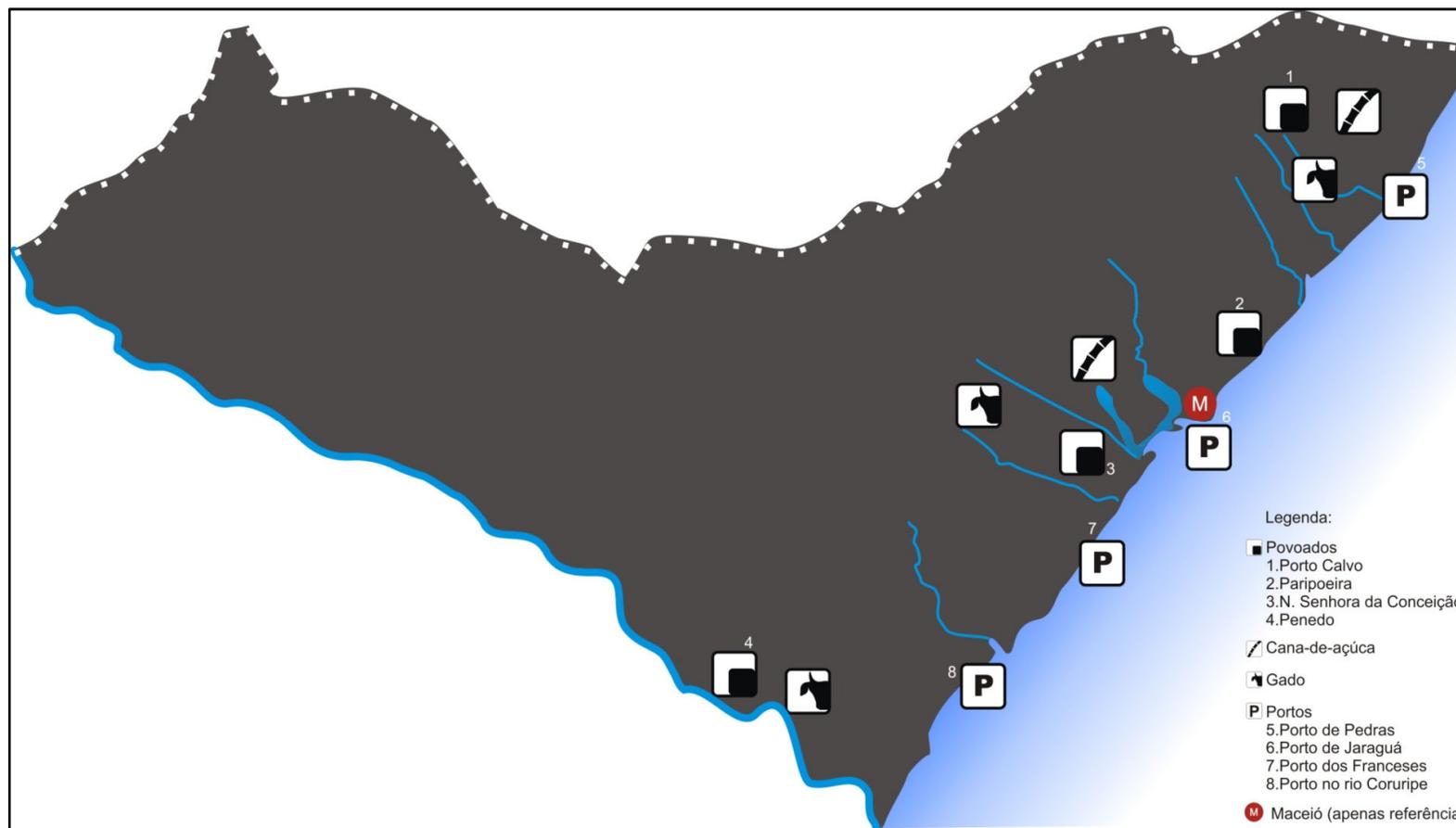


Fig. 14. INTERFERÊNCIAS HUMANAS NO TERRITÓRIO A PARTIR DAS FONTES SEISCENTISTAS

No entanto, no que se refere aos engenhos de açúcar, estes foram objeto de levantamento cuidadoso por parte dos holandeses. Durante o século XVII a Capitania de Pernambuco possuía uma produção de

grande vulto, com cerca de cento e cinquenta engenhos (segundo, por exemplo, Adriaen van der Dussen, 1947, p.81.) que fabricavam açúcar suficiente para encher entre oitenta e noventa embarcações de

grande porte por ano, as quais aportavam constantemente no porto de Recife.

O engenho de açúcar desempenhou um papel muito importante na colônia como um todo, na Capitania de Pernambuco e em Alagoas. A sua estruturação permitiu o desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, de Portugal. Além de seu caráter econômico, possuiu também um cunho geopolítico na medida em que, ao mesmo tempo, era estimulada a agricultura exportadora e lucrativa, como uma grande empresa capitalista, e era incentivada a fixação de pessoas na colônia que garantissem o seu povoamento e defesa (MORAES, 2000, p.336).

Dessa forma, sob diferentes escalas, dependendo da capacidade financeira dos fidalgos, futuros produtores, várias doações de terra na forma de sesmarias eram realizadas objetivando a difusão da produção e da ocupação do território.

Sobre este aspecto, os textos analisados contêm extensas informações, com o intuito de contabilizar a quantidade de instalações produtivas, a capacidade de produção de cada engenho, bem como seu estado de conservação. Por conta da guerra contra os portugueses, a qual acarretou na destruição de muitos engenhos, são

bastante frequentes nos relatos referências acerca do estado da fábrica, como se encontram as cobertas, se ainda existe casa de purgar, a situação do maquinário e das peças, tudo isso visando, dessa forma, planejar as medidas necessárias para a recuperação dessas estruturas.

Existem, pois, nesta primeira jurisdição **pelos menos 15 engenhos**, alguns dos quais foram confiscados, e destes alguns têm sido vendidos e outros estão por vender. Se são engenhos movidos por água ou por bois, e se moerão este ano e quais moerão ou não, são particularidades a respeito das quais até o presente não temos podido haver notícias. Não devem, porém, ser muitos os que moerão, porquanto em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um outro lado, estão sem dúvida muito arruinados (VAN DER DUSSEN, 1638, in.: MELLO, 1981, p.81, grifo nosso).

Segundo o relatório apresentado por Van der Dussen, em meados do século XVII, foram levantados apenas dezesseis engenhos nas terras de Alagoas. Entretanto, provavelmente, esse número deveria ser maior, visto que haviam outras áreas ocupadas além dos povoados principais. Além disso, em outros relatórios também são mencionados algumas instalações próximas ao rio São Francisco, como já foi destacado.

A instalação de um engenho estava condicionada às características do sítio natural. Havia alguns requisitos mínimos necessários para que estes complexos pudessem funcionar adequadamente. Entre eles, o tipo de solo e a presença de cursos d'água e de matas eram, possivelmente, os essenciais.

Neste sentido, o que se percebe em Alagoas no século XVII, com a implantação dos primeiros exemplares produtivos, é a ocupação dos vales de diversos rios do norte, como o Camaragibe e o Tatuamunha, do Mundaú, Paraíba e das lagoas do Norte e do Sul, na região centro-litorânea, dando o mote inicial da ocupação do território ocasionado em função do açúcar.

Na afirmação de Diégues Júnior (2002, p. 48), o primeiro engenho implantado em Alagoas foi o *Buenos Aires*, em Camaragibe, fundado por Cristóvão Lins, já mencionado. Por volta de 1600 este proprietário realizou uma expedição nas proximidades de Alagoas e se fixou na atual região norte do estado, instalando o engenho *Escurial* e o *Morro* em Porto Calvo, além do *Baixo* e do *Maranhão* – ambos em Camaragibe.

Na região próxima às lagoas coube a Diogo Soares a tarefa de povoar e desenvolvê-la, onde posteriormente foi fundado o povoado

da Madalena. Mas foi, entretanto, com seu filho, Gabriel Soares, que a atividade açucareira tomou vulto na região a partir da fundação dos engenhos Velho e Novo que, segundo consta na literatura, são os mais antigos da região central litorânea de Alagoas (DIÉGUES Jr., 2002, p 49).

O engenho de açúcar foi um importante elemento para a formação de Alagoas de uma forma geral, pois, teve influência direta sobre a constituição de sua economia, sociedade, política e população. Durante séculos, apesar de diversas crises, o açúcar dominou o cenário econômico alagoano e, não obstante a importância do gado, consiste ainda nos dias atuais uma das principais atividades econômicas do Estado.

O vínculo entre o engenho e o povoamento existiu visto que este elemento possuía uma estrutura produtiva bastante complexa, pois eram desenvolvidas em seu interior, e em toda a extensão onde a cana era cultivada, diversas atividades relacionadas à produção do açúcar²⁶, o que demandava uma grande quantidade de trabalhadores.

²⁶. “Entre outras ocupações demandadas pela indústria açucareira, cabe mencionar a extração madeireira [...], a fabricação de caixas, a indústria naval (para transporte local da cana), além é claro da pecuária e da agricultura de abastecimento. Também o comércio e as finanças se desenvolvem com os negócios ocasionados pela produção e exportação do açúcar.” (MORAES, 2000, p.311).

Segundo Simonsen (2005, p.118), dependendo do porte do engenho, este poderia assemelhar-se a uma pequena povoação. Dessa forma, grande quantidade de pessoas era deslocada para determinada região, e a partir de seu crescimento favorecia o aumento da população nas terras brasileiras. Além disso, à medida que a cultura da cana se expandia para regiões mais distantes, também os povoados se espalhavam para áreas menos habitadas.

O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa do engenho, da de moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças quadradas), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais.

O levantamento a seguir representa importante contribuição quanto ao estudo da formação territorial de Alagoas, pois apresenta informações referentes a intervenções significativas no território, visto que os engenhos consistiam verdadeiros complexos construtivos que demandavam uma estrutura abrangente de ocupação do sítio. A denominação do engenho ou o nome do

proprietário também é importante para uma possível localização em mapas.

Quadro 04. Levantamento dos engenhos de Alagoas	
Fonte: VAN DER DUSSEM, 1640.	
Porto Calvo	
Engenhos de Manuel Ramalho, agora pertencente a David de Vries, está arruinado, mas está sendo reparado e replantado.	
Engenho dos Alpoins, está arruinado.	
Engenho do Morro, pertencente a Rodrigo de Barros Pimentel	
Engenho de Santo Antônio, pertencente ao mesmo Rodrigo de Barros	
Engenho de São Francisco, pertencente a Manuel Carvalho de Queironga, mói.	
Engenho de Cristóvão Botelho, arruinado.	
Engenho Novo, arruinado.	
Engenho de Bartolomeu Lins d'Almeida, mói.	
Engenho de Cristóvão Dias Delgado, arruinado.	
Engenho de Domingos Gonçalves Margaen, mói.	
Jurisdicção da Alagoas	
Alagoas	
Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, pertencente a François Cloet, é engenho d'água e mói	
Engenho de Nossa Senhora da Encarnação, pertencente a Antônio Martins Ribeiro, mói.	
Engenho que foi de Lucas de Abreu, está arruinado e não foi confiscado.	
Alagoas do Sul	
Engenho Novo de Nossa Senhora do Rosário, pertencente a Gabriel Soares, mói.	
Engenho Velho pertencente a Domingos Rodrigues d'Azevedo, mói.	
Engenho São Miguel, pertencente a Martys Mendes, não moerá.	

Localizar exatamente esses engenhos consiste em tarefa difícil, no caso de ser utilizada somente a fonte textual, pois, em algumas situações um mesmo engenho pode aparecer em diversos relatos com a denominação diferente – era comum utilizar a invocação do santo protetor ou mesmo do proprietário para designar esses complexos – além disso, às vezes, a localização de uma instalação era dada em função de outra, o que dificulta o mapeamento. É necessário o auxílio de outras ferramentas para identificar alguns desses exemplares²⁷. O cruzamento com a cartografia da época, por exemplo, permitiu localizar alguns desses complexos, como está demonstrado mais adiante. É possível, no entanto, mapear áreas de predominância da produção açucareira, como realizado no mapa a seguir.

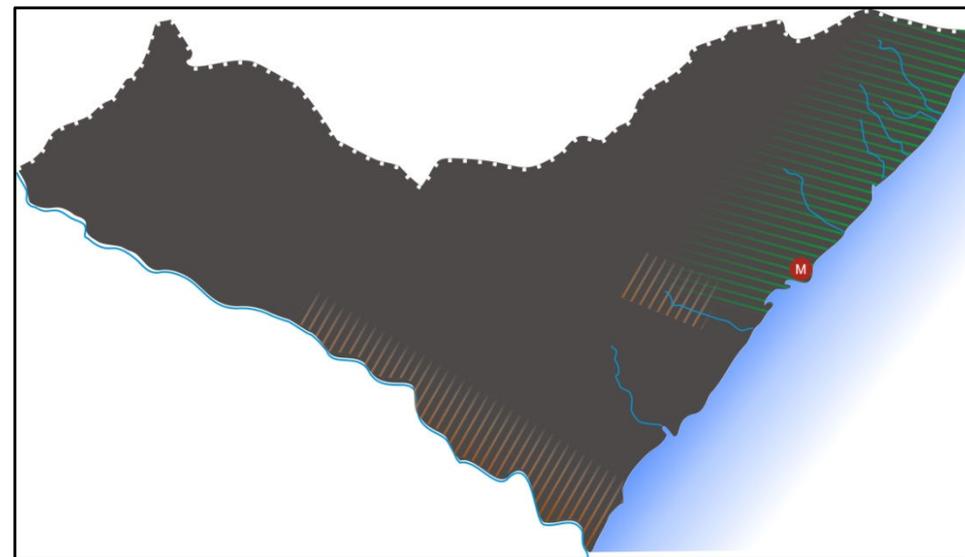


Fig. 15. **ESPACIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**
Localização das áreas de predominância do açúcar (verde) e do gado (marrom).
M. Maceió (apenas referência)

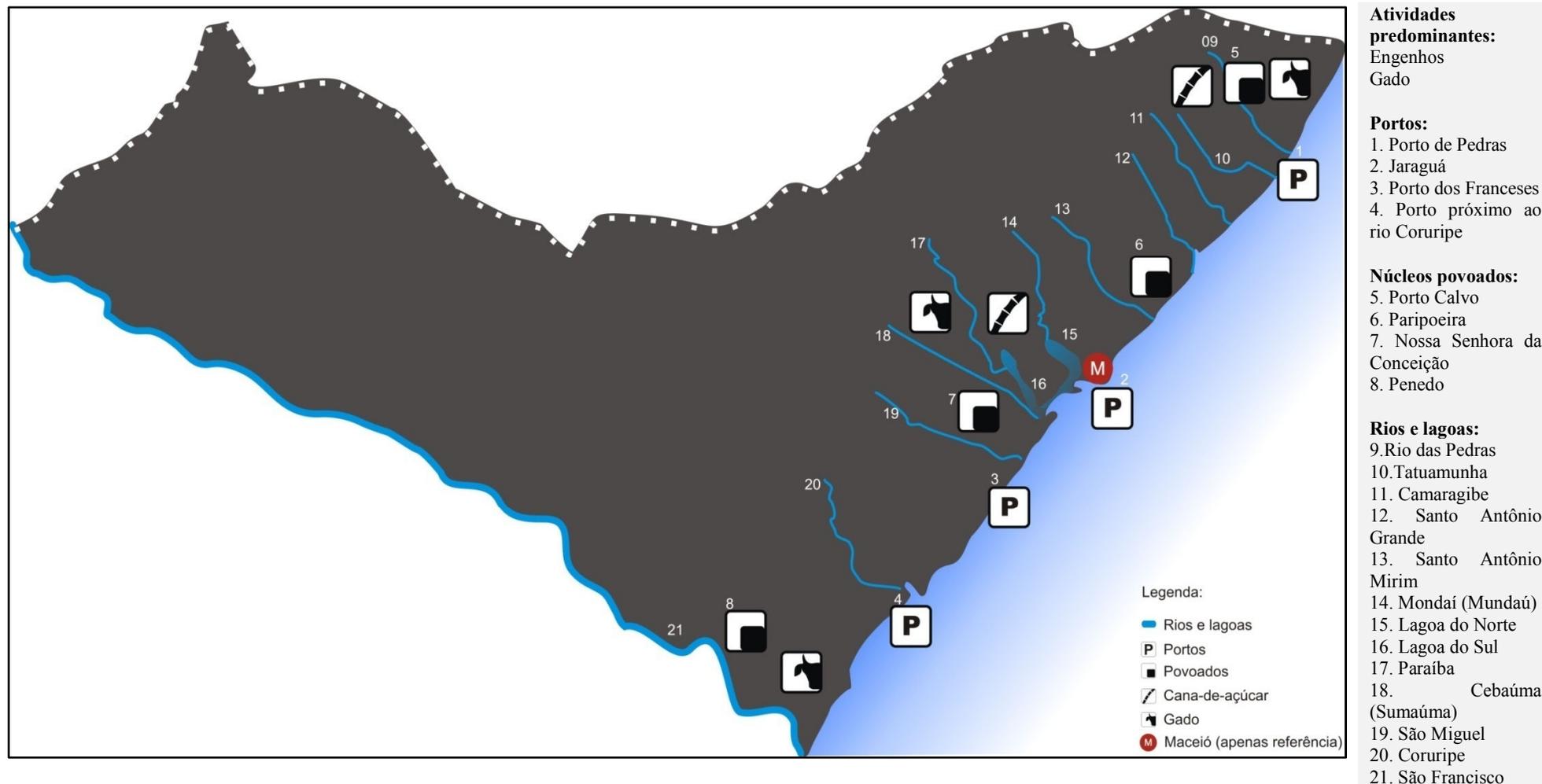
Diante das informações fornecidas foi realizado um esforço de sintetizar os principais dados em um quadro apresentado a seguir.

²⁷. O Grupo Estudos da Paisagem desenvolve, desde 2007, um projeto, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de mapeamento dos antigos engenhos de Alagoas. O objetivo consiste em rastrear, inicialmente, nas fontes bibliográficas e iconográficas e, posteriormente, localizar em campo essas antigas instalações.

QUADRO 05. SÍNTESE DOS ELEMENTOS DO TERRITÓRIO ALAGOANO MENCIONADOS NAS FONTES SEISCENTISTAS			
Rios e lagoas	Fonte	Povoações e lugares	Fonte
São Francisco	BARLÉUS; VAN DER DUSSEN; VERDONK; WALBEECK & MOUCHERON	Porto Calvo	VAN DER DUSSEN; VERDONK;
Coruripe	VAN DER DUSSEN	Alagoas	VAN DER DUSSEN; VERDONK; WALBEECK & MOUCHERON
Cebaúma	WALBEECK & MOUCHERON	Penedo	BARLÉUS; VAN DER DUSSEN
São Miguel	VAN DER DUSSEN	Ilha da Massagueira	WALBEECK & MOUCHERON
Santo Antônio Grande	VAN DER DUSSEN	Paripueira	VAN DER DUSSEN; WALBEECK & MOUCHERON
Santo Antônio Mirim	VAN DER DUSSEN	Nossa Senhora da Conceição	WALBEECK & MOUCHERON
Camargibe	VAN DER DUSSEN		
Tatuamunha	VAN DER DUSSEN		
Rio das Pedras	VAN DER DUSSEN		
Lagoa do Norte	VAN DER DUSSEN; WALBEECK & MOUCHERON, VERDONK		
Lagoa do Sul	WALBEECK & MOUCHERON; VERDONK		
Portos/Baias	Fonte	Engenhos	Fonte
Porto dos Franceses	VAN DER DUSSEN	15 instalações ao todo, distribuídas entre Porto Calvo e as Alagoas	VAN DER DUSSEN
Porto de Jaraguá	VAN DER DUSSEN		
Porto no rio Coruripe	VAN DER DUSSEN		

Com base nas informações sintetizadas no quadro acima, foi elaborado um mapa com a possível localização dos elementos mencionados. Este mapa demonstra já relativo desenvolvimento no que se refere ao conhecimento e à ocupação do território alagoano em comparação com o século XVI. A região possui nesse momento um importante aliado da empresa colonizadora, o engenho.

Fig. 16. MAPA SÍNTESE - O TERRITÓRIO ALAGOANO NOS RELATOS SEISCENTISTAS



2.2. ALAGOAS A PARTIR DOS “ALBERNAZES”

Como já foi colocado, entre as obras de Luís Teixeira e de seus descendentes, “Albernazes” I e II, foram acessadas nesta dissertação a carta geral do *Roteiro de todos os Sinaes, conhecimentos, fundos, baixos...*, já explanada anteriormente; o *Rezão do Estado do Brasil*, 1616, cujo texto é de autoria de Diogo de Campos Moreno; o atlas *Estado do Brasil Coligido das mais: sertas notícias...* e a *Carta Geral do Brasil*, inserida no *Livro de toda a costa da Província Santa Cruz...*, 1631, além do atlas *Descrição do todo o marítimo...*, 1640.

As cartas gerais mencionadas oferecem informações mais genéricas sobre a costa alagoana, demonstrando a localização dos principais rios e acidentes geográficos, como a que foi elaborada por João Teixeira Albernaz II, em 1666. É possível identificar nesse mapa (fig. 17) as toponímias dos rios São Francisco (1), São Miguel (2), Santo Antônio Pequeno (3), Santo Antônio Grande (4), Camaragibe (5) e das Pedras (6); além de menção a Alagoas (A) – possivelmente referências às lagoas do Norte e do Sul.

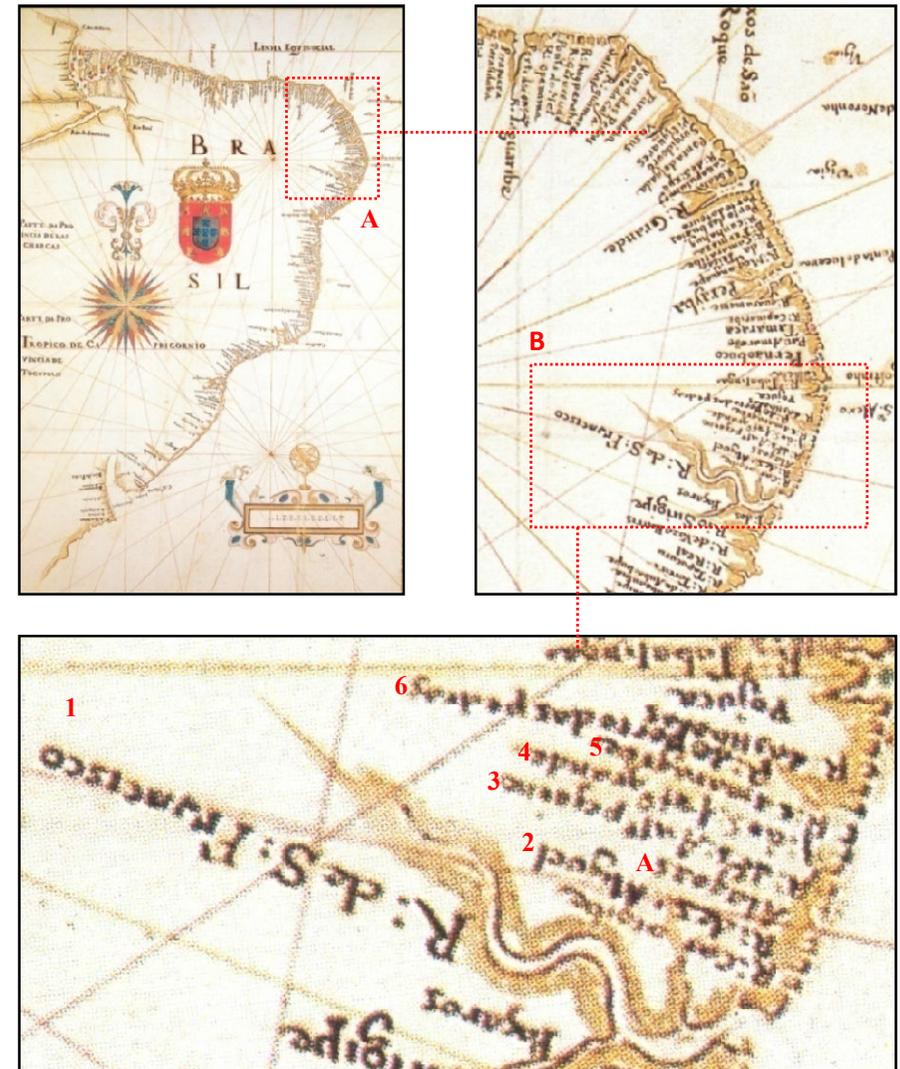


Fig. 17. *Mapa do Brasil*, João Teixeira Albernaz II, 1666. Fonte: COSTA, 2007, p.103. Detalhes ampliados. Legenda: 1. São Francisco; 2. São Miguel; 3. Santo Antônio Pequeno; 4. Santo Antônio Grande; 5. Camaragibe; 6. das Pedras; A. Alagoas.

Somente partindo para a análise dos mapas que representam em um recorte menor da costa brasileira e, por exemplo, conseqüentemente, da pernambucana, é que se pode obter informações mais específicas além dos recursos hidrográficos.

Seguindo uma seqüência cronológica de confecção dos mapas, têm-se duas imagens (figuras 18 e 24), sem título, inseridas no livro *Rezão do Estado do Brasil*, de 1616, de Diogo de Campos Moreno que interessam ao tema desta dissertação. Estas são aquareladas, e apresentam em seu arranjo, além dos aspectos informativos pertinentes a este tipo de mapa, a representação de elementos em diferentes tons de azul, semelhantes a montanhas, compondo o trecho do mapa que, possivelmente, corresponde às regiões mais distantes da costa e menos conhecidas pelos colonizadores. A primeira (fig. 18) abrange, em sua maior parte, a costa pernambucana, mas inclui um trecho alagoano que se estende, provavelmente, do rio Persinunga (a toponímia não está totalmente legível, entretanto, é possível que seja este rio pela proximidade com o Una) até as lagoas do Norte e do Sul.

No âmbito dos elementos naturais, além dos rios e lagoas, também estão representados os arrecifes ao longo de toda a costa, bem como

a vegetação, que, no entanto, parece seguir um padrão de representação iconográfica, uma vez que um mesmo tipo de árvore se repete por todo o mapa, indicando a opção por um recurso de composição.

Na parte que corresponde a Pernambuco, há a indicação textual e gráfica da Vila de Olinda, demonstrando, inclusive, o aspecto topográfico da mesma, bem como dando destaque a uma edificação religiosa. Próximo a Olinda, está indicado pela letra B, da legenda, *A Barra e povoação do Arrecife*. Na península é possível observar pequenos elementos, possivelmente indicando estruturas edificadas.

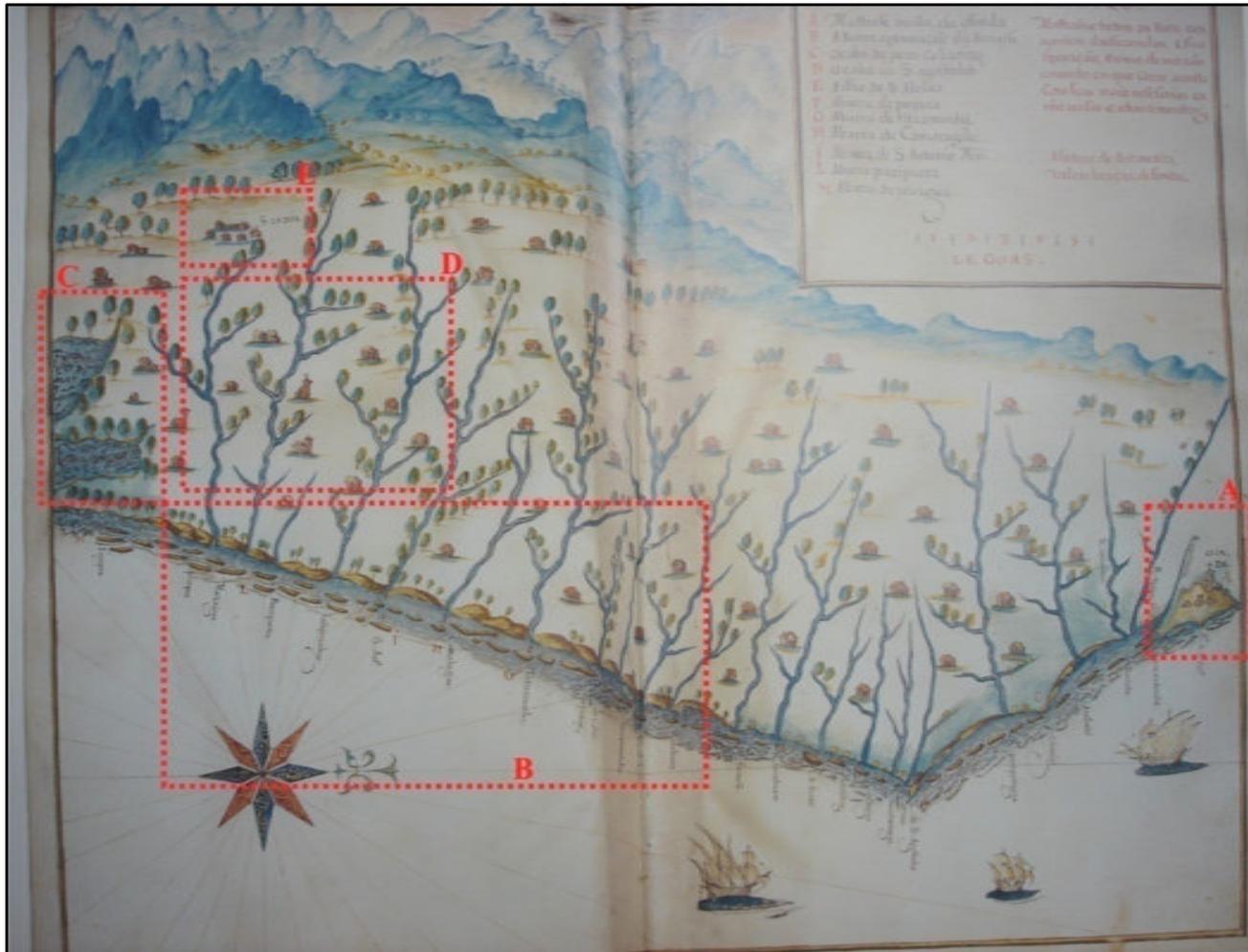


Fig. 18. Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1616. Fonte: MORENO,(1616), 1999.

Em Alagoas, os rios indicados segundo a representação textual, são: *das Pedras, Tatuamunha, Camaragibe, Santo Antônio, Paripuera,*

Pioqua, além de outros dois que, por conta de uma distorção na imagem acessada, não foi possível identificar.

A legenda indica com letras maiúsculas as barras de *Tituamunha* (G), *Camaragibe* (H), *Santo Antônio Miri* (I), *Paripuera* (L) e *Jaragua* (M). Também estão representadas gráfica e textualmente as Lagoas do Norte e do Sul. Pode ser observada a indicação do nome *P^o. do Calvo* (P), possivelmente, uma referência ao porto propriamente dito, já que a povoação estava situada a certa distância do mar e o nome está claramente no litoral.



Fig. 19 e 20. Detalhes ampliados: A – Olinda e Recife; C – Lagoas do Norte e do Sul, respectivamente.

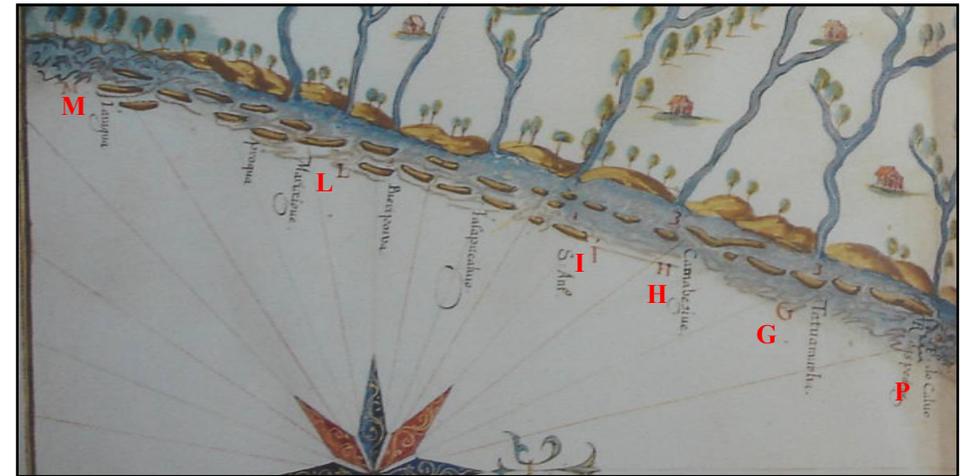


Fig. 21. Detalhe ampliado, B. *Tituamunha* (G), *Camaragibe* (H), *Santo Antônio Miri* (I), *Paripuera* (L) e *Jaragua* (M), *P^o. do Calvo* (P).

Neste mapa não são indicados textualmente engenhos de açúcar ou outros tipos de atividade, entretanto, a partir do texto contido na legenda, pode-se compreender a intenção do mapa em indicar, sobretudo os acessos às propriedades produtivas: “*Mostrãoce todos os Rios e os acentos das fazendas e sua separação, e como demorão e o modo em que corre a costa. Com suas mais nesesárias conhecensas e advertimentos*”. Há, no entanto, a representação gráfica de diferentes edificações isoladas, algumas com torre e cruz, outras com dois ou mais volumes construídos e ainda construções mais simples.

O único povoado, da parte sul da capitania, representado, com indicação gráfica e textual, é o de Santa Luzia. Este foi elevado à vila somente em 1830. A configuração das edificações demonstra certa organização com algumas casas geminadas e outras soltas no sítio, dispostas em torno de um espaço central, com uma edificação religiosa em uma das extremidades. Não se pode afirmar, no entanto, se esta representação corresponde ao arranjo urbano propriamente dito do povoado ou se consiste apenas em um ícone.



Fig. 22 e 23. Detalhes ampliados, D e E, respectivamente.

A outra imagem (fig. 24), que contempla Alagoas, contida no livro de Diogo de Campos Moreno, também sem título, abrange a área entre o rio São Francisco e as Lagoas do Norte de do Sul. Este mapa possui aspecto semelhante ao anterior, com tons de azul predominantes na paisagem. No entanto, a configuração de

montanhas é mais evidente, pois, estão dispostas diversas serras pelo mapa. A partir do mesmo pode-se observar uma maior quantidade de elementos do território alagoano, indicados graficamente e pela legenda, mais completa no tocante à informação registrada, pois, além de identificar os dados contidos no mapa, também o complementa com algumas informações referentes aos elementos representados.

Diversos elementos naturais estão presentes, mas a legenda dá destaque para os rios e as serras. Entretanto, alguns que estão representados graficamente não possuem nomeação correspondente na legenda. Os rios, pertencentes ao território alagoano, nomeados são: São Miguel (L) – “*abundante de m^{tas}. cousas*”; Ipochi (O) – atual Poxim; Corovui (provavelmente o Coruripe, devido à localização e a semelhança da toponímia) (P); Ipeba (Q); dos Cabaços (II) – *q deçe da Serra de Comandatuba*”; Taraguaipu (NN) e o São Francisco. Não há letra nem texto indicando este rio, mas sim duas indicações quanto a sua barra (A) e o seu sumidouro (FF), onde o mesmo desaparece entre as montanhas. Apresenta-se em uma longa extensão, seguido por uma sequência de serras. São indicadas também duas quedas d’água existentes em trechos deste: *DD Primeyra cachoeira donde entra o rio de S. Fr^{co}*; *EE Segunda*

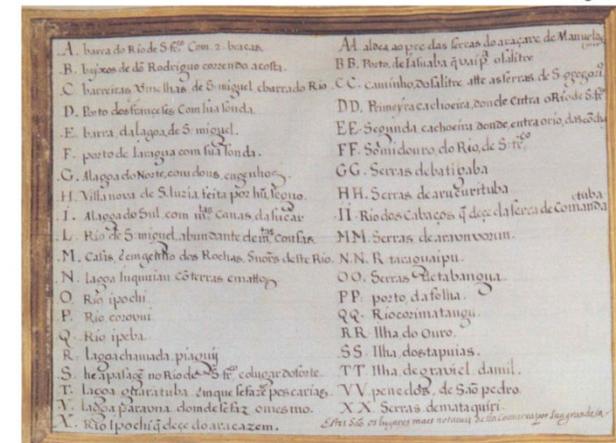
cachoeira donde entra o rio das côchas (possivelmente ‘conchas’). Algumas lagoas também estão representadas e indicadas na legenda, como as principais, do Norte (G) e do Sul (I), além das de São Miguel (E); Iuquiau (N), Piaguy (R), Guaratuba (T); Parauna (V) – nestas duas “*se fazẽ pescarias*”. Dois portos, com suas sondas (profundidades), estão demarcados neste mapa: dos Franceses e de Iaragua (Jaraguá), demonstrando, inclusive, a enseada formada onde este está localizado.

Um elemento diverso representado consiste nas barreiras vermelhas, indicadas na legenda (C), mencionadas por Gabriel Soares no século anterior. Em seu relato, no entanto, Gabriel parece estar se referindo a uma parte na região norte de Alagoas. De qualquer maneira, é possível que estas tenham chamado a atenção dos europeus, talvez por sua coloração viva, mencionada nos mapas e relatos, visto que é indicada algumas vezes na cartografia. Rafael Bluteau, em seu *Vocabulario Portuguez e Latino...*, (1728, vol. 2, p.54) define barreira (ou barreiro) como o lugar de onde se tira barro e menciona até mesmo a existência de barreiras vermelhas na região da Ribeira, em Portugal. Esta funcionalidade pode ser indício do motivo da constante referência às barreiras alagoanas.



Fig. 24. Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1616. Fonte: MORENO,(1616), 1999.

Detalhe A - Legenda



Além dos elementos naturais, este mapa traz também informações acerca de uma aldeia, situada, no entanto, no lado pertencente a Sergipe, e representa graficamente algumas edificações localizadas nas proximidades das Lagoas do Norte (I e G) e do Sul e do rio São Miguel (L).



Fig. 25. Detalhe **B**. Barra do rio São Francisco (A) e aldeia (AA).

Corroborando com a idéia de que os mapas de Albernaz possuíam como uma das intenções a localização dos acessos aos engenhos, esta imagem apresenta uma referência direta (gráfica e na legenda) à existência dos mesmos e de plantações de cana – “G. Alagoa do Norte com dous engenhos”; “I. Alagoa do Sul com m^{las}. canas dasucar”; “M. Casas e engenho dos Rochas. Snõrs deste Rio”.

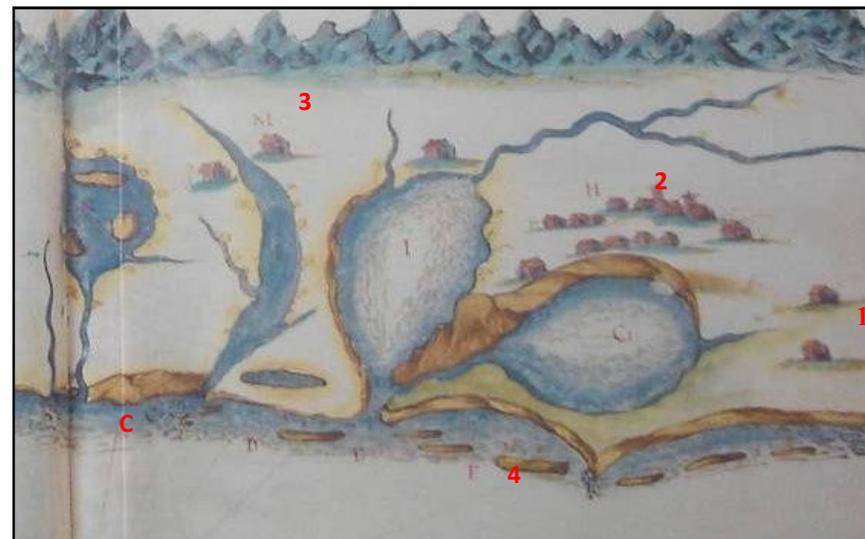


Fig. 26. Detalhe **C**. 1. Engenhos próximos à Lagoa do Norte; 2. Santa Luzia; 3. Engenho dos Rocha; 4. Porto de Jaraguá; C. Barreiras vermelhas.

O território alagoano recebe novamente a informação valiosa quanto à existência do povoado de Santa Luzia (2), representado por algumas casas dispostas em torno de um espaço central, com uma edificação religiosa, configuração semelhante à do mapa anterior. Entretanto, diferentemente deste, a legenda refere-se ao núcleo como “Villa nova de Santa Luzia, feita por hũ seguo”. Confrontando com os relatos analisados no capítulo anterior, que não mencionam esta

povoação como uma vila, surge, portanto, uma dúvida quanto à categoria da mesma, que será investigada a partir da complementação das informações em capítulo posterior.

No detalhe C, no entorno da Lagoa do Norte e nas barreiras, observa-se que Albernaz indicou também a topografia da região, com um desenho que sugere uma elevação. Este aspecto é bem marcante ainda hoje, com os diversos morros em volta das lagoas Mundaú e Manguaba.



Fig. 27. Lagoa Mundaú (Lagoa do Norte), Alagoas.

Fonte: <http://www.overmundo.com.br/guia/travessia-de-barco-maceiocoqueiro-seco-lagoa-mundau-1>
Acesso em 05/02/2011

Outro elemento representado são os baixios de d. Rodrigo, já mencionados também na crônica quinhentista, reforçando o reconhecimento destes como um ponto importante a ser conhecido na costa, devido aos casos de naufrágios ocorridos.



Fig. 28. Detalhe D. Baixios de d. Rodrigo, em frente aos rios Coruripe (P) e Ipochi (O), (Poxim).

Ao final da legenda, João Teixeira Albernaz caracteriza os locais indicados neste mapa como “*os lugares maes notaveis desta Comarca por sua grandesa*”.

As próximas duas imagens analisadas (figuras 29 e 32) consistem em cartas inseridas na obra *Estado do Brasil Coligido das mais sertãs notícias que pode avintar...*, de 1631, também de Albernaz I. Estes mapas, apesar de serem do mesmo autor, possuem aspecto pictórico e compositivo diverso dos dois comentados anteriormente,

pois, possuem coloração predominantemente amarelada, com tons de verde e azul. Para representar os trechos desconhecidos pelos colonizadores, o autor novamente utilizou montanhas para compor o cenário, além de vegetação dispersa por toda a paisagem, dando a impressão de vastidão do território.

Na *Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco*, (Fig. 29) a maior parte da área representada corresponde aos atuais territórios de Sergipe e parte da Bahia. No que se refere ao território alagoano surge o rio São Francisco, inclusive com uma indicação textual.

Sobre este rio as informações são dadas no sentido do seu uso pela navegação, com referências à entrada, na barra existente, e ao limite navegável do mesmo, em uma cachoeira: *Barra do Rio de S. Fr^{co}. emq. pode entrar pataxos²⁸; Até esta cachoeira navegão Caravelões*. Cerca de vinte afluentes são representados graficamente ao longo de sua extensão, nas duas margens, porém, estes não são nomeados. Ainda que nessa época já houvessem alguns povoados nesta região, inclusive a vila de Penedo, nessa região, os mesmos não foram indicados.

²⁸. Não foi encontrado na literatura seu significado, mas, possivelmente trata-se de um tipo de embarcação.

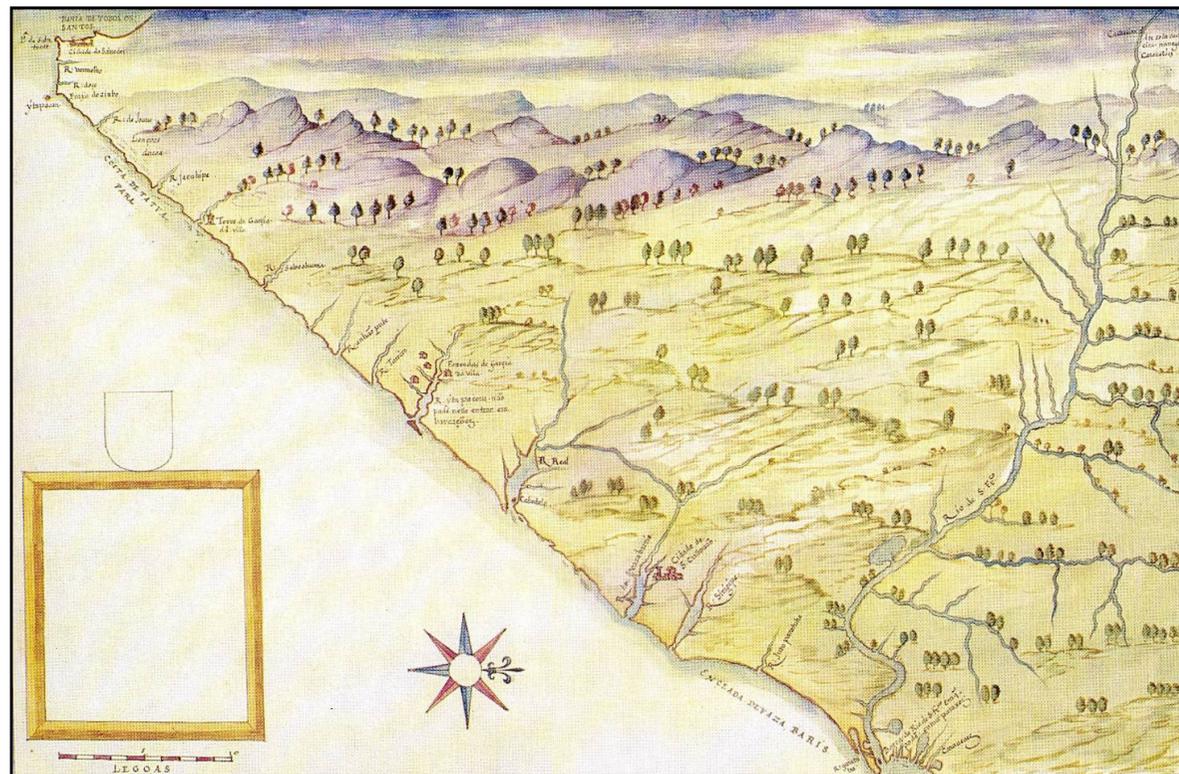


Fig. 29. Carta da costa que se estende da Bahia de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco, João Teixeira Albarnaz I, 1631.

A segunda carta (Fig. 32) desse conjunto que contempla o território alagoano abrange uma área que se estende do rio São Francisco até as proximidades de Cabo de Santo Agostinho, atualmente no estado pernambucano. As informações do mesmo concentram-se na indicação dos principais rios, entradas, portos e arrecifes, incluindo



Fig. 30. Detalhe da foz do rio São Francisco.



Fig. 31. Detalhe de uma das cachoeiras do rio.

também as sondas das barras, a fim de comunicar as possibilidades de navegação e ancoragem.

Os rios alagoanos cuja indicação textual foi identificada são: São Francisco (1), com a indicação da barra (A) e da possibilidade de navegação por caravelões e pataxos; Ypeba (2), onde hoje é o Pontal do Peba; Coruripe (3); Ypochi (4); Jaqueassu, provavelmente o Jequiá (5); São Miguel (6) – sobre este rio o mapa informa que “*da banda do Sul tem barra para pataxos*”; Riacho Doce (7); Paratagi, provavelmente o Pratagi (8); Santo Antônio Mirirm (9); Santo Antônio Grande (10); Camaragibe (11) – com “*barras para navios pequenos*”; Pirasinunga (12).

Quanto aos demais pontos de entrada têm-se: *Porto velho dos franceses bo’ [bom] para pataxos* (C); *Porto dos Franceses emque entrão naos grosas. Entrão nelle* [trecho ilegível] (E); *Barra formosa de largura tem 80 braças, no Porto tem [trecho ilegível]. Capaz de grandes embarcações* (N).

Além desses pontos, são indicados também outros elementos de importância: novamente os baixios d. Rodrigo (B) as *barreiras*, sem indicação da coloração, mas, provavelmente, as vermelhas (D); *Ponta de Pausara* (F); *Barra da Lagoa* (G); *Ponta de Piocaem* (H); Porto das Pedras (I); P. do Calvo (J); Outeiro de São Bento (L) e

Ponta dos Mangues (M). Há ainda outros elementos representados, porém, por conta da grafia, não foi possível a sua identificação.

Ao longo das narrativas cartográficas há elementos que são constantemente indicados, como o rio São Francisco, por exemplo. Enquanto outros somem em algumas cartas, ou, quando são representadas não recebem denominação textual, como é o caso da ausência das lagoas do Norte e do Sul no mapa que segue. Uma vez que ambas estão representadas em cartas anteriores deste mesmo autor, percebe-se que o mesmo optou por não incluí-las no mesmo. Isto pode estar relacionado a um jogo de interesses, que vincula a representação cartográfica às necessidades de quem a encomendou, evidenciando ou omitindo elementos específicos.

Ainda que os engenhos ou outras fazendas não sejam mencionados neste mapa, pode-se supor que a intenção do mesmo tenha sido a de indicar as principais entradas existentes na costa que davam acesso para tais localidades, uma vez que é tão frequente a menção a barras e portos.

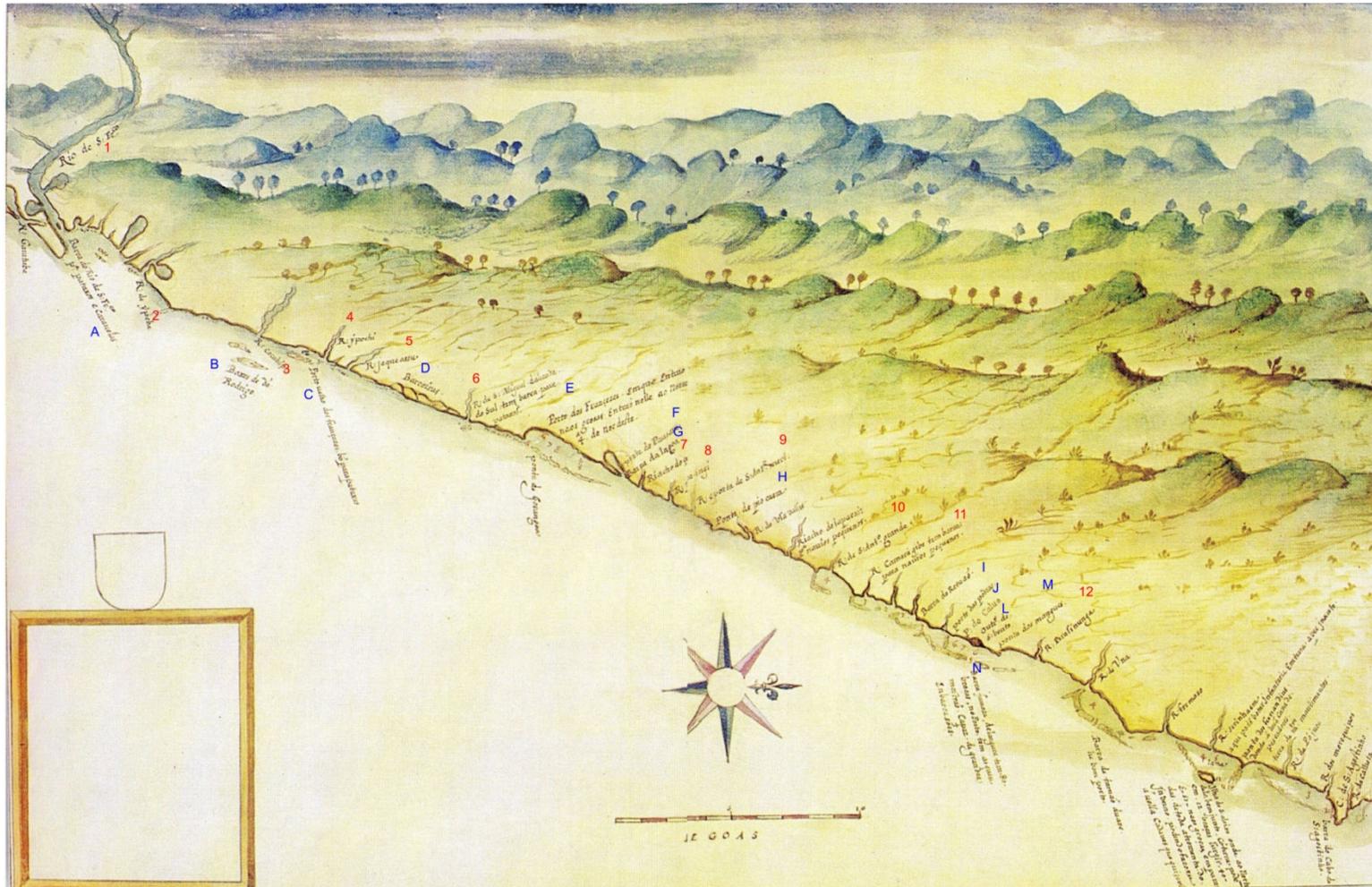


Fig. 32 . Capitanía de Pernambuco, João Teixeira Albernaz I, 1631.

Legenda:

Rios - 1. São Francisco; 2. Ypeba; 3. Coruripe; 4. Ypochi; 5. Jaqueassu; 6. São Miguel; 7. Riacho Doce; 8. Paratagi; 9. Santo Antonio Meiri; 10. Santo Antonio Grande; 11. Camaragibe; 12. Pirasinunga.

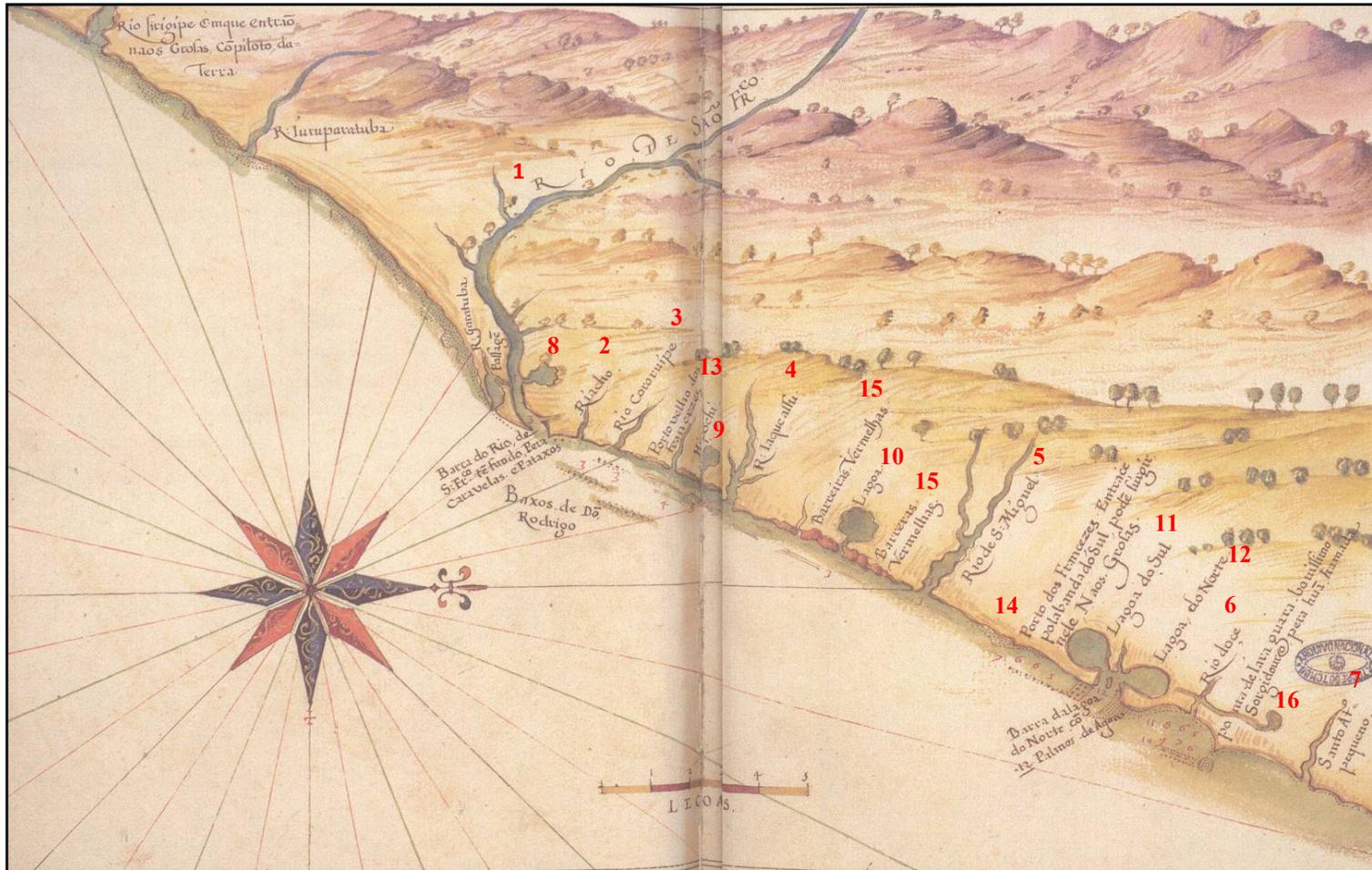
Elementos diversos - A. Barra do rio São Francisco; B. Baixios de d. Rodrigo; C. Porto Velho dos Franceses; D. Baixias; E. Porto dos Franceses; F. Ponta de pausara; G. Barra da Lagoa; H. Ponta de Piocaem; I. Porto de Pedras; J. Porto do Calvo; L. Outeiro de São Bento; M. Ponta dos Mangues.

Finalizando as obras de Albernaz I, acessadas nesta dissertação, seguem duas cartas, correspondentes ao território alagoano, contidas na obra *Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz...* Este atlas é considerado “um manifesto a favor da Restauração portuguesa” (COSTA, 2007, p.102).

Estas possuem, novamente, aparência diferente das elaboradas em 1616 e 1631. O padrão de composição demonstrado nas cartas anteriores permanece – com a descrição mais detalhada da costa e a representação de montanhas para as áreas desconhecidas ou mais distantes e a vegetação dispersa – no entanto, a coloração, nesse caso, aproxima-se do tom avermelhado, ou terroso. A primeira imagem (fig. 33) assemelha-se com a anterior, pois, o enquadramento do cenário representado na tela é o mesmo, colocando o território em diagonal, ocupando metade do quadro, e o oceano a outra parte. Entre os elementos representados, a predominância nos dois mapas é de rios e barras. Em ambos os mapas as informações mais frequentes são quanto à nomeação e, em alguns casos, caracterização da entrada de alguns rios, no sentido do tamanho das embarcações.

O primeiro mapa representa uma pequena parte do território de Sergipe, com dois rios, e uma região correspondente ao território alagoano, entre os rios São Francisco e o Santo Antônio Mirim (pequeno). O texto que o acompanha, localizado em seu verso, menciona o rio São Miguel como o mais importante deste trecho – provavelmente sem considerar o São Francisco – e o porto dos Franceses e a ponta de Jaraguá como os principais portos. Sobre este acrescenta ainda que tem “*agoa bonissima*” e que é um bom porto, podendo ser comparado ao de Recife. As barreiras vermelhas são novamente mencionadas, inclusive com a representação gráfica, no trecho entre os rios São Miguel e o Iaqueassu.

Neste mapa, diferentemente do anterior, as Lagoas do Norte e do Sul estão claramente representadas, inclusive com a indicação da barra da do Norte, com sua profundidade. Há ainda outras três lagoas, porém, uma possui apenas a denominação “Lagoa” e as outras duas nenhuma indicação de toponímia.



“Do Rio de São Frco. Vai continuando a Costa ao Nornorfeste os Portos e Rios principais, são os seguintes: o Rio de São Miguel tẽ hua barra da banda do Sul pola qual entrão Caravelas e Pataxos, mastẽ hus baixos, da banda de fora da Barra que há mister piloto que saiba entrar, pẽra dentro; o Porto dos francezes em que podẽ entrar navios grossos tẽ a barra da banda do sul; A ponta de Iaraguaya, faz hu porto que está em 10 graos largos, emq podẽ surgir grandes navios, e, em grade cantidade, a entrada he pola banda do Norte e na mesma ponta tẽ agoa bonissima, he bõ porto emparado co o Recife. Toda esta terra He da Capitania de Pernaõbuco tão fertil e rica como se sabe.”

Fig. 33. João Teixeira Albarnaz I, 1640. Fonte: Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente Brasil. Feito por João Teixeira...

Elementos representados – Rios: São Francisco (1); Riacho (2); Coruripe (3); Iaueassu (4); São Miguel (5); Rio Doce (6); Santo Antônio Pequeno (7). Lagoas: sem nome (8) Hipochi (9); Lagoa (10); do Sul (11) e do Norte (12). Portos: Porto Velho dos Franceses (13); Porto dos Franceses (14). Outros: Barreiras vermelhas (15) e Ponta de Iaraguaya (ou Iaraguara) (16). Infográfico: Catarina Agudo, 2010.

O mapa a seguir abrange uma faixa de terra situada entre o Riacho Doce, território alagoano, e o Rio dos Afogados, território pernambucano. O texto que o acompanha não traz muitas informações sobre Alagoas, mas indica a Barra Grande como o principal porto deste trecho – “[...] dentro dos Recifes, o principal [porto] he a barra grãde que esta em altura de nove graos e hu terço largos e outros como na demonstração cõ muita clareza se pode ver [...]”.

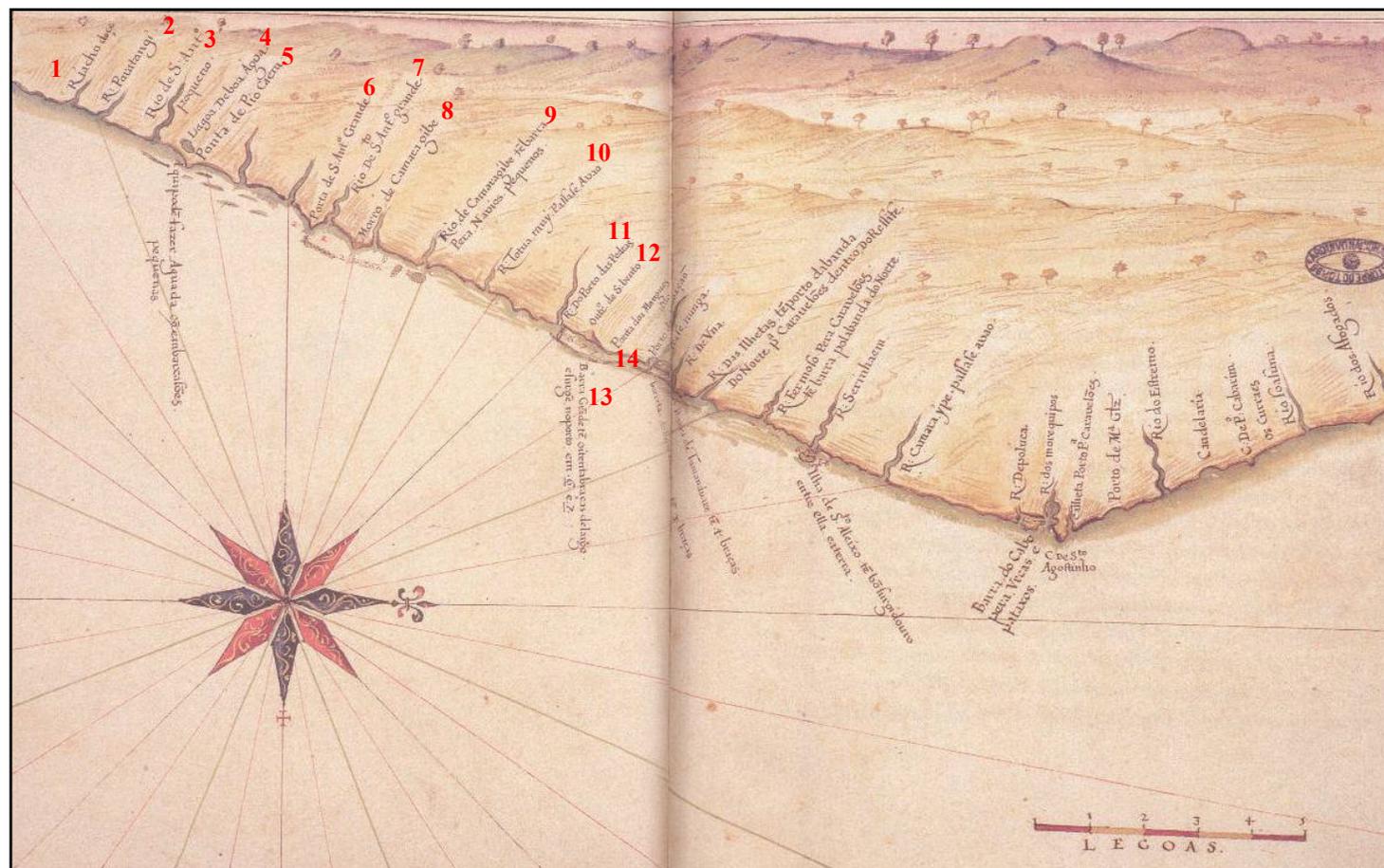


Fig. 34. Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I, 1640.

Fonte: Descrição de toda o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente Brasil. Feito por João Teixeira...

Elementos representados que correspondem ao território alagoano – 1. Riacho; 2. Paratangi; 3. Santo Antônio Pequeno; 4. Lagoa de boa Água; 5. Ponta de Piocaem, 6. Ponta de Santo Antônio Grande; 7. Rio Santo Antônio Grande; 8. Morro de Camaragibe (4); Camaragibe; 9. Rio Camaragibe; 10. Totuamy; Rio do Porto das Pedras; 12. Outeiro de São Bento; 13. Barra Grande; 14. Ponta dos Mangues.

As pontas, porções de terra que se projetam no oceano concedendo um aspecto protuberante em alguns pontos da linha da costa, são também frequentemente indicadas nos mapas observados, como as de Jaraguá, dos Mangues e Santo Antônio Grande. Estes elementos configuravam pontos de destaque para quem chegava pelo mar, funcionando também como locais de referência.

O dicionário de Raphael Bluteau (1728, vol. 6, p.594) define este elemento como sendo uma porção de terra que avança para o mar, sem elevação, diferenciando-a de “cabo”, quando é elevada.

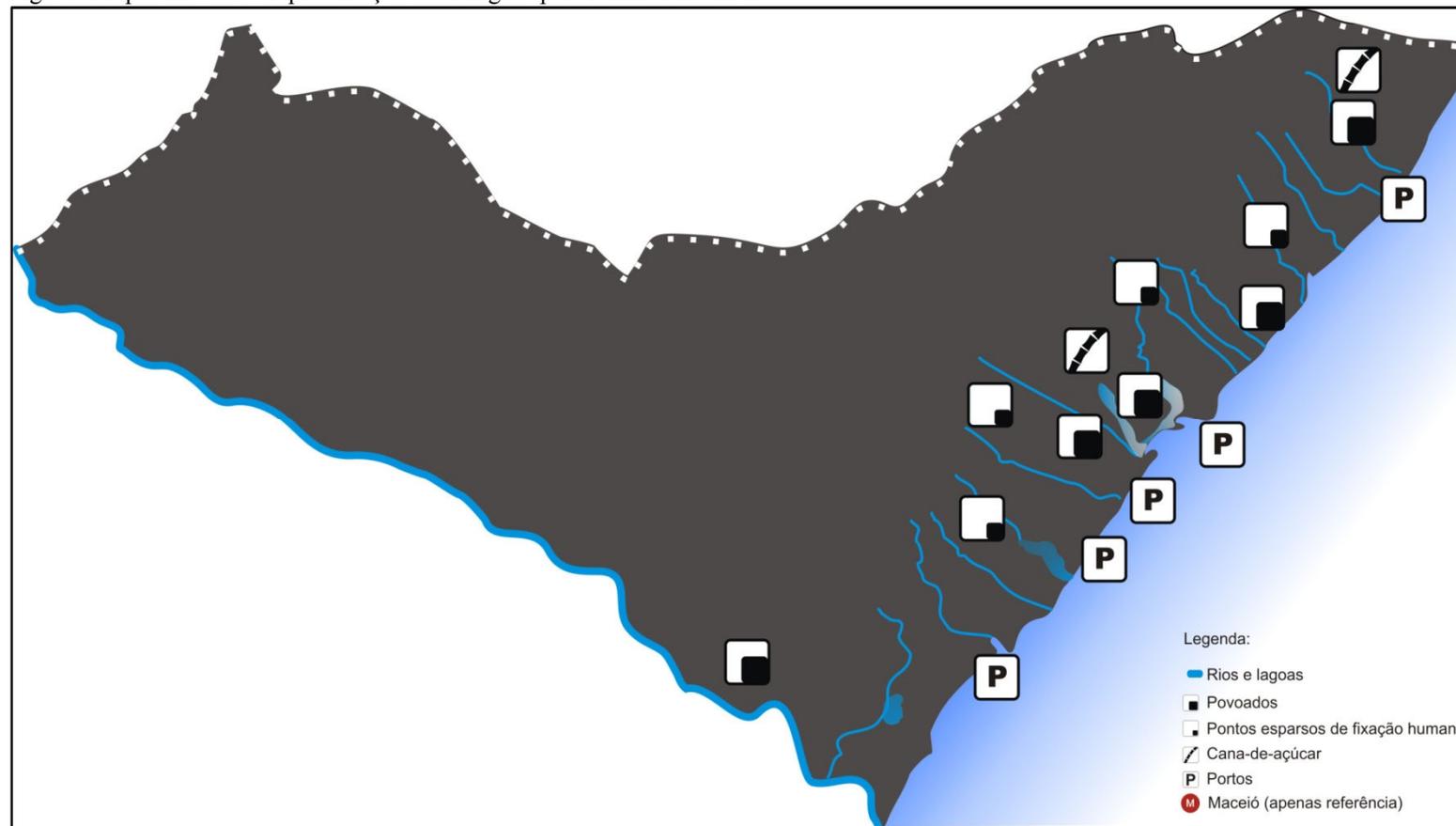
O Outeiro de S. Bento indica a localidade onde, ainda em fins do século XVII seria construído o mosteiro da Ordem beneditina²⁹, localizando mais um ponto de fixação no território.

Conforme se observa nos mapas da família Albernaz, o território alagoano ganha uma série de elementos novos – que realmente não existiam ou que não tinha sido registrados. Além do número maior de povoações e vilas, há também o incremento na ocupação com a instalação de engenhos e a fixação de moradores em pontos esparsos.

²⁹. Não foram encontradas informações consistentes sobre este mosteiro, as fontes divergem, inclusive sobre o motivo da sua construção. Segundo a história local, por exemplo, sua igreja foi edificada por um imigrante do sertão que, escapando de uma epidemia que castigava a região executou a construção como pagamento de promessa a São Benedito.

Rios e Lagoas	Portos
São Francisco	Porto de Pedras
Coruripe	Porto Calvo
São Miguel	Porto Velho dos Franceses
Santo Antonio Pequeno	Porto Novo dos Franceses
Santo Antônio Grande	Jaraguá
Camaragibe	Povoações
Rio das Pedras	Porto Calvo
Lagoa do Norte	Paripoeira
Lagoa do Sul	Santa Luzia
Pioca	Alagoas
Paripoeira	Penedo
Tatuamunha	Elementos de Fixação
Lagoa Jequiá (Jequiá)	Engenhos
Ipochi	Casas esparsas
Ipeba	Outros
Lagoa Piauí	Barreiras vermelhas
Jequiá	Outeiro de São Bento
Doce	Cana
Pirasinunga	Serras
Pontas: Pausara Jaragua Piocaem Dos Mangues	Baixios de D. Rodrigo

Fig. 35. Mapa síntese das representações de Alagoas pela família Albernaz.



2.3. ALAGOAS NA CARTOGRAFIA HOLANDESA DO SÉCULO XVII

O material cartográfico de produção holandesa supera, ou pelo menos se põe frente a frente às as crônicas e outras fontes textuais. Existiam nos Países Baixos, ainda no século XVI, exímios cartógrafos, astrônomos e gravadores, em nível técnico semelhante ao dos portugueses, mas a produção cartográfica holandesa ocorreu tardiamente em relação à lusitana da mesma forma que o seu lançamento às expedições marítimas.

Somente em fins do século XVI os holandeses vão buscar em territórios mais distantes de seus domínios novos mercados e produtos. E mesmo nesse período, as cartas de navegação utilizadas eram cópias traduzidas de cartas espanholas, uma vez que os portugueses mantinham rigoroso sigilo sobre seus mapas náuticos (GUEDES, 1999, in.: HERKENHOFF, 1999, p.68).

Os primeiros mapas holandeses reportando o Brasil datam por volta de 1599, período em que os batavos se ocuparam com as idas ao Pacífico e sucessivos assaltos aos portos brasileiros, o que lhes permitiu obter conhecimentos valiosos e elaborar alguns desenhos sobre a costa. Outros assaltos também foram realizados no

Recôncavo Baiano possibilitando uma breve permanência em solo brasileiro e a consequente ampliação dos locais conhecidos pelos batavos. Outras pequenas invasões foram ainda executadas no início do século XVII. “A sequência de expedições holandesas que, ora rumando para o oceano Pacífico, ora efetuando assaltos a porto brasileiros – a partir de Olivier van Noort, que, em fevereiro de 1599, esteve no Rio de Janeiro e, algum tempo depois, no Espírito Santo – permitiu aos batavos aperfeiçoarem seus conhecimentos sobre os ditos portos e deles elaborar esboços cartográficos que lhes seriam de utilidade um quarto de século após” (ibidem, p.69).

Por volta de 1623 o piloto holandês Dierick Ruiters publicou um conjunto de informações de roteiros marítimos, contendo também desenhos de alguns portos, baseado em conhecimentos adquiridos no período em que esteve preso no Brasil somados às informações obtidas com o trabalho do cosmógrafo-mor português Manoel de Figueiredo. Esta publicação auxiliou, posteriormente, a invasão da Bahia (ibidem, p.70).

As sucessivas tentativas de invasão e os trajetos percorridos próximos à costa do Brasil possibilitaram a elaboração de algumas cartas de autoria de Hessel Gerritz, por volta de 1630. Entre elas, um

mapa geral de parte da América do Sul e outro mapa com um trecho da costa de Pernambuco, indicando a vila de Olinda. Este demonstra as características da costa, como entradas naturais, arrecifes, bem como as formas de ocupação existentes

Em 1630, com a ocupação efetiva da Capitania de Pernambuco, foram confeccionadas algumas vistas e mapas demonstrando a conquista de Olinda e a chegada dos holandeses. Uma dessas imagens mostra tanto em planta como em vista os acontecimentos no momento da invasão e, em detalhes, a esquadra holandesa e um perfil da vila de Olinda.

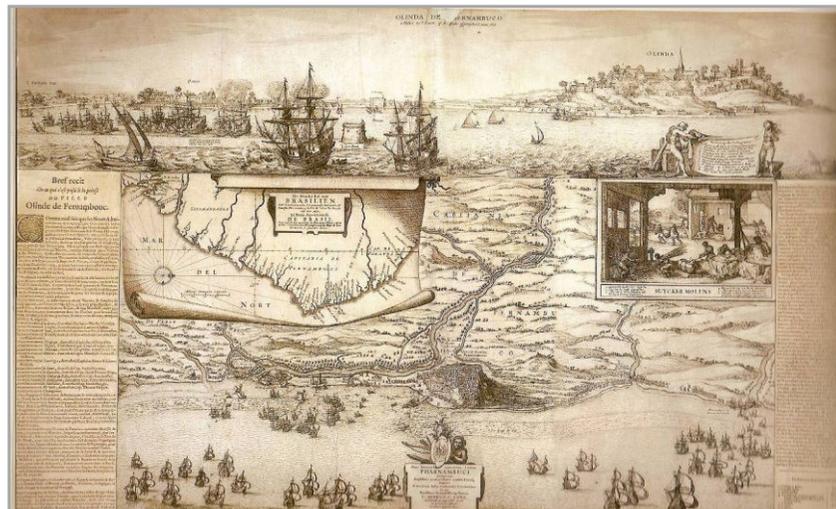


Fig. 36. De Stadt Olinda de Pernambuco, Hessel Gerritz, 1630.

Fonte: REIS, 2000, p. 80

Após o estabelecimento em Pernambuco, aos poucos os domínios holandeses foram sendo ampliados, para o norte e para o sul, e, conseqüentemente, nova cartografia foi produzida para registrar as conquistas e demonstrá-las às altas autoridades da W.I.C. O período áureo da iconografia holandesa ocorreu a partir da nomeação do conde João Maurício de Nassau para governador do Brasil holandês. A sua chegada ao Brasil implicou na vinda de diversos profissionais, entre pintores, cosmógrafos, médicos, naturalistas, e outros. Nassau possuía o objetivo muito claro de registrar e demonstrar à WIC seus feitos no Novo Mundo.

Uma das suas primeiras iniciativas foi expulsar os portugueses “para além do rio São Francisco” e, considerando este ponto da região como estrategicamente importante, tratou de mandar construir um forte na vila de Penedo, o Forte Maurício (idem, p. 76). Neste sentido, Alagoas ganha destaque por apresentar um importante elemento de demarcação territorial. Esta fortificação foi representada em uma planta confeccionada para ilustrar o livro redigido por Gaspar Barléus³⁰.

³⁰. Dentro dos trabalhos de investigação do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem e do Programa de Pós-Graduação Dinâmicas do Espaço Habitado, foi desenvolvido um estudo, também em base cartográfica, sobre a localização e o aspecto construtivo deste forte, do qual não restam mais vestígios.

A cartografia holandesa se destacou pela quantidade e qualidade de plantas de vilas e cidades coloniais, confeccionadas de forma detalhada, com o intuito principal de registrar as características das povoações, de modo a informar aos sócios da W.I.C. quanto às ações que estavam sendo possivelmente empreendidas. Com relação a Alagoas, foram realizadas gravuras das vilas de Penedo, Alagoas e Porto Calvo. Devido ao caráter documental dessas imagens movido pela visão pragmática dos holandeses, elas possibilitam o acesso à visualização da possível configuração física desses núcleos no século XVII ao público de além-mar.

O público, e em particular a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais e seus acionistas vibravam com esse tipo de mapa pictórico, que mostrava o processo da conquista das terras distantes.

Centenas de mapas, cartas, plantas, vistas, gravuras, desenhos e pinturas mostram as capitânicas submetidas ao domínio holandês e suas cidades, vilas, fortificações; as batalhas terrestres e navais; as atividades econômicas predominantes; os espécimes da flora e da fauna que tanta curiosidade despertaram; a diversidade das paisagens, e os tipos étnicos e seus costumes e usos (ADONIAS, 1993, p. 117).

Entre os cartógrafos holandeses que se destacaram nesse período, estão J. Blaeu, Henricus Hondius, Cornelius Golijath e Georg Marcgrave, os quais produziram mapas de acurada qualidade. A

carta *Nova et exacta delineato Americae partis Australis Que est Brasilia*, elaborada por de Levinus Hulsius, em 1599, possui uma toponímia bastante rica e seu interior é bem detalhado, representando, cenas indígenas e animais silvestres, como era recorrente. Também é constante nesse mapa a indicação de povoados através de ícones representando edificações.

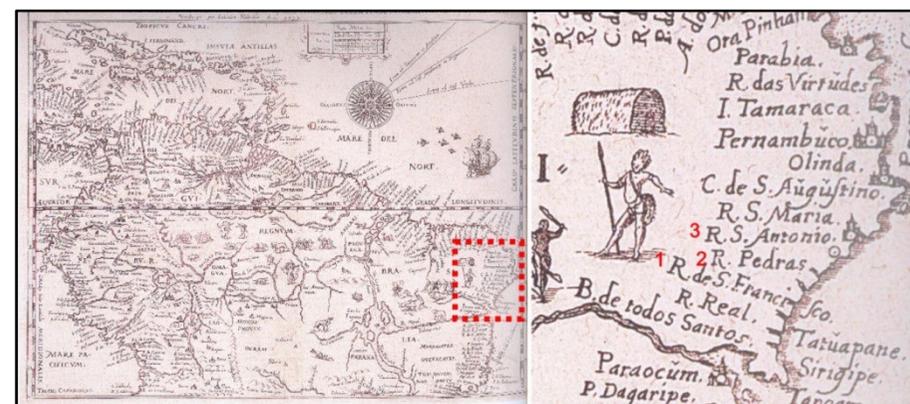


Fig. 37. Mapa *Nova et exacta delineato Americae partis Australis Que est Brasilia*, Levinus Hulsius, 1599. Fonte: MICELLI, 2002, p.352.

Nessa carta são representados os rios Santo Antônio, Pedras (ou das Pedras) e o São Francisco. Há um ícone que indica uma edificação, próximo a um rio denominado Santa Maria, mas não foi possível

identificar se o mesmo é referente à parte pernambucana ou alagoana.

De Janszoon Blaeu é a carta *Novus Brasilia Typus* (1640), que representa toda a costa brasileira com grande precisão de informações. Além da demarcação das Capitânicas Hereditárias e da indicação dos rios e acidentes geográficos, este mapa aponta os principais núcleos urbanos, como Olinda, Salvador, Ilhéus e São Vicente. Seu interior é preenchido com cenas da flora brasileira e da vida cotidiana dos indígenas.

Com relação à região de Alagoas, são representados os rios São Francisco, São Miguel e Santo Antônio e há a demarcação das localidades Camaragibe e Porto Calvo, sem haver, no entanto, um ícone que indique um núcleo de povoação. Apesar de na data de sua execução já existirem também as vilas de Penedo e Alagoas, curiosamente estas não são sequer nomeadas³¹.

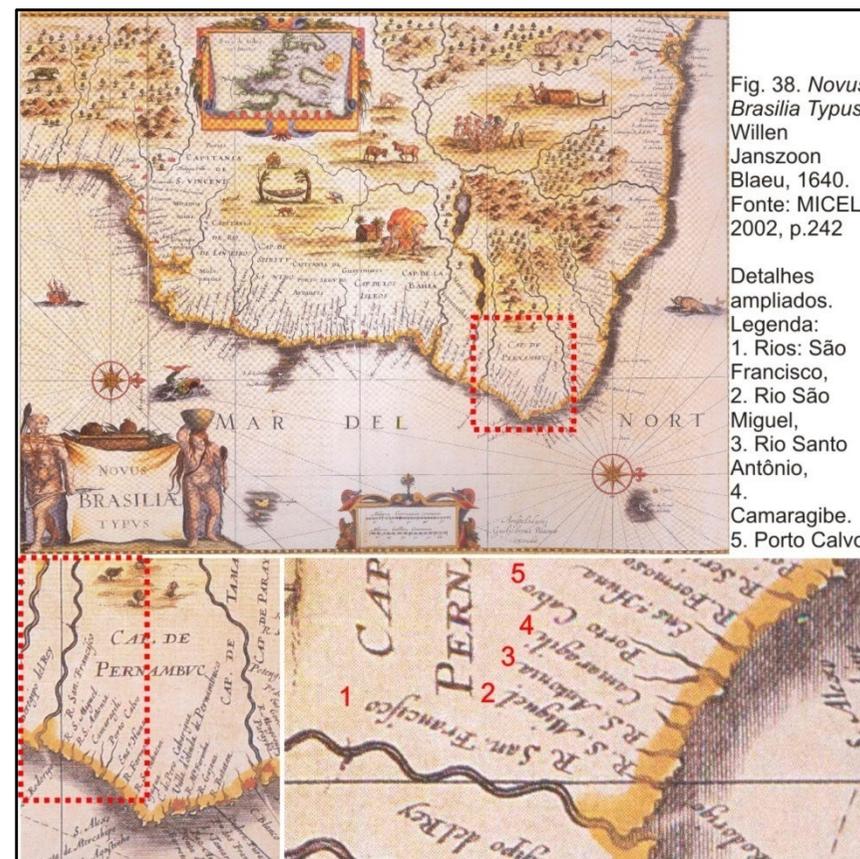


Fig. 38. *Novus Brasilia Typus*, Willem Janszoon Blaeu, 1640. Fonte: MICELI, 2002, p.242

Detalhes ampliados.
Legenda:
1. Rios: São Francisco,
2. Rio São Miguel,
3. Rio Santo Antônio,
4. Camaragibe.
5. Porto Calvo.

O mapa *Acuratissima Brasiliae Tabula*, de Henricus Hondius, produzida em 1663, possui aspecto semelhante ao mapa de Blaeu acima colocado, trazendo, inclusive, as mesmas informações sobre Alagoas – os rios São Francisco, São Miguel, Santo Antônio e a menção a Camaragibe e Porto Calvo.

³¹. Apesar de, nesta dissertação, a análise da cartografia holandesa se concentrar no mapa de Marcgraf, deve-se considerar a existência dos trabalhos destes outros cartógrafos que também trazem informações sobre o território alagoano, como o mapa *Nova Brasilia Typus*, embora menos detalhadas.

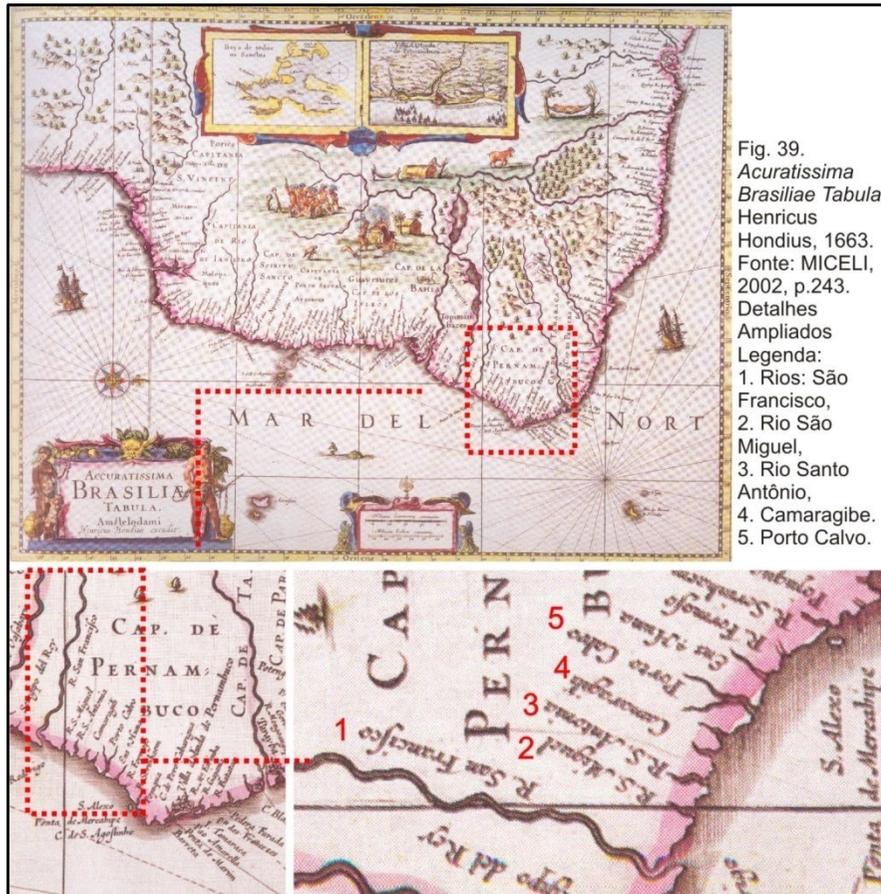


Fig. 39.
Acuratissima
Brasiliae Tabula,
Henricus
Hondius, 1663.
Fonte: MICELI,
2002, p.243.
Detalhes
Ampliados
Legenda:
1. Rios: São
Francisco,
2. Rio São
Miguel,
3. Rio Santo
Antônio,
4. Camaragibe.
5. Porto Calvo.

dos moradores””. Dessa forma, foram produzidas por Golijath, cartógrafo holandês que atuava no Brasil na época, seis cartas que cobriam todo o território dominado (1638/1639), além de outra que contém informações precisas da costa, denominada “*Carta correta do litoral de quatro capitâneas do Brasil a saber Pernambuco, I. Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, com todos os recifes e bancos de areia de e ainda com todas as cidades, povoações e aldeias das mesmas capitâneas, tudo feito por ordem de Sua Excelência o Conde Maurício de Nassau*” (GUEDES, 1999, in.: HERKENHOFF, 1999, p.77)³².

Após alguns anos da conquista holandesa “julgo Maurício de Nassau ser necessária a elaboração de um mapa geral do litoral nordestino dominado pelos batavos, mapa aguardado pelos *Heeren* XIX e que contivesse ‘as terras de cana e currais... para informação

³². Apesar das buscas realizadas nos acervos iconográficos, Este mapa, entretanto, não foi por mim localizado até o momento.

3. MAGNÍFICA CARTA – LENDO O TERRITÓRIO ALAGOANO ATRAVÉS DE GEORG MARCGRAF

3.1. GEORG MARCGRAF E A *BRASILIAE GEOGRAPHICA ET HIDROGRAPHICA TABULA NOVA*

Dentre o material cartográfico produzido durante o domínio neerlandês no Brasil, uma carta se resalta sobre as demais. Trata-se do mapa *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova, Continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapuama de Paranambuca, Itamaraca, Paraiba et Potigi vel Rio Grande. Quam propiis Observationibus ac dimensionibus, diuturna peregrinationi a se habitis, fundamentaliter superstruebat et delineabat Georgius Marggraphius, Germanus, anno Christi 1643*, elaborada, como o próprio título menciona, por Georg Marcgraf, em 1643.

Este mapa se apresenta sob duas formas, a partir de quatro gravuras individuais que consistem nos mapas propriamente ditos, utilizados por Gaspar Barléus, representando as capitanias conquistadas; e como mapa mural, editado por Joan Blaeu, em 1647, confeccionado a partir da sobreposição e colagem de onzes folhas e do acréscimo de textos em francês, latim e holandês, e que recebe o título de “*Brasilia qua parte paret Beilgis*” (WHITEHEAD; BOESEMAN,

1989, p.152). A versão acessada neste trabalho contempla somente o texto em holandês, situado na parte inferior.

Esta obra pode ser considerada o mais importante feito cartográfico do Brasil colonial. De grandes dimensões – 101x 160 cm – abarca as capitanias de Sergipe (Ciriji), Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande e informa minuciosamente detalhes sobre acidentes geográficos, caminhos, povoamentos, engenhos etc.

Para além da geografia, este mapa possui um aspecto magnífico e grandioso, assim como deveria parecer a conquista neerlandesa e o governo do Maurício de Nassau aos olhos dos altos conselheiros da Companhia das Índias Ocidentais.

Seu autor nasceu em Liebstadt, uma pequena cidade da Alemanha, em 1610. Aos 17 anos foi para a Universidade de Leiden, na Holanda, que oferecia um aprendizado humanista, e diversos recursos didáticos, como um horto botânico, teatro, esgrima. Marcgraf adquiriu, portanto, um conhecimento bastante abrangente, que contemplava conhecimentos em medicina, matemática, astronomia, botânica, cartografia, embora, curiosamente, não tenha se formado em nenhum dos cursos que frequentou. Sua chegada ao

Brasil ocorreu em 1638, inicialmente como auxiliar do naturalista Guilherme Piso, que veio a pedido de Nassau³³.

Aqui, Marcgraf empenhou-se em diversas atividades, como a instalação do primeiro observatório astronômico da colônia, localizado em Recife, realizando observações de diferentes fenômenos, como os eclipses; o estudo e a catalogação de diversas espécies de animais e plantas, certamente contando com o auxílio dos indígenas, que deu origem à obra feita em parceria com Guilherme Piso, “História Natural do Brasil”; além das expedições pelos domínios da Companhia para realizar levantamentos geográficos e hidrográficos inclusive do rio São Francisco. Em 1644 partiu do Brasil para Angola e lá faleceu precocemente, neste mesmo ano, vítima de uma febre tropical³⁴.

Como exímio cartógrafo, confeccionou ainda outros mapas mais específicos dos núcleos urbanos visitados por ele, inclusive as vilas alagoanas de Penedo, Santa Maria Madalena e Porto Calvo. Estas gravuras também foram inseridas no livro de Barléus.

³³. Informação apresentada na palestra por Huib Zuidervart proferida no Simpósio Internacional de Ciência e Tecnologia – Gerog Marcgrave 400 Anos. A Ciência unindo velho e novo mundos, ocorrido em setembro de 2010, na cidade de Recife – PE.

³⁴. Idem.

Apesar da importância desta carta, não apenas para o Brasil, mas também para o conhecimento geral, enquanto objeto ímpar que possui um caráter excepcional como elemento cartográfico e como artigo artístico, constatou-se a falta de estudos mais consistentes para amparar a análise realizada nesta dissertação, além das próprias dificuldades já mencionadas neste trabalho para acessar uma versão que permitisse sua leitura adequada³⁵.

A análise deste mapa foi realizada aqui em duas esferas, uma geral, a partir, da observação de seus elementos diversos e outra mais específica, das cartas que correspondem ao território alagoano, através de uma categorização sistemática.

³⁵. Embora o tema deste evento tenha versado unicamente sobre Georg Marcgraf, o referido mapa de sua autoria não foi sequer mencionado.



Fig. 40. *Brasilia qua parte paret Belgis*, Georg Marcgraf, 1647

É, seguramente, o mapa mais completo da região Nordeste desse período e, mesmo nos séculos posteriores, continuou sendo referência para o estudo geográfico e marítimo dessa região. Jaime Cortesão menciona, em 1971, uma consideração do Barão do Rio Branco (1845-1912) (diplomata, geógrafo e historiador brasileiro) acerca desse mapa, alegando que

[...] ainda hoje, quem quer estudar a zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe, encontra no mapa do ilustre Marcgraf valiosas indicações geográficas que debalde procuraria nas cartas brasileiras, mesmo as mais recentes, todas levantadas em escala muito menor (1971, p.16-17).

A versão acessada e que forneceu a base do estudo apresenta uma coloração predominante em tom de bege, como todo o fundo, com vinhetas ricamente coloridas, demonstrando, por exemplo, a exuberância da flora brasileira, a cor forte dos telhados dos engenhos, o verde das matas e a serenidade de uma lagoa³⁶.

Este mapa pode ser dividido, basicamente, em três partes: a ilustrativa, com pequenos recortes de cenas nordestinas; a cartográfica, com os levantamentos da terra e da água e a textual, com o título, a legenda e o texto situado na parte inferior. Esta

³⁶ Na verdade, serão combinadas duas versões do mapa, uma localizada na Biblioteca Virtual de Portugal, dividida em dois mapas e outra, uma versão fac-símile pertencente à reserva técnica da Fundação Joaquim Nabuco, da qual foi extraído o texto em holandês.

legenda identifica por meio de ícones os diversos elementos reconhecidos e representados.



Fig. 41. Legenda do mapa *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova*.

Além das informações geográficas, esta carta nos permite um passeio pelas paisagens nordestinas, através dos adornos acrescentados ao mesmo por Frans Post, além dos cartuchos informativos. Diferente dos mapas de Albernaz, a paisagem surge aqui detalhadamente, com cenas que se detêm em especial na vida rural e nos engenhos.

3.1.1. Cartuchos e brasões

Para destacar algumas informações textuais, Marcgraf elaborou três cartuchos de diferentes tamanhos. Os dois maiores abrigam o título completo do mapa (1), e um desenho da costa do Brasil (2) com a indicação do trecho dominado pelos neerlandeses, dentro deste há

dois cartuchos menores (3 e 4) com as inscrições. “*Maritima Brasiliense Universal*”, este ladeado por duas figuras humanas, um europeu e um indígena; no outro está escrito “*Qua patet orbis*”, ou seja, o lema de João Murício de Nassau. Há ainda outro, no canto inferior direito do mapa, com a indicação do recorte, que se remete a *Prefectura de Paraíba e Rio Grande*.



Fig. 42. Detalhes dos cartuchos informativos.

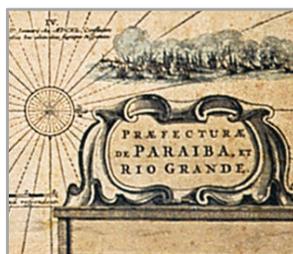


Fig. 43. Brasões da Companhia.

Estes elementos apresentam-se adornados por molduras que remetem a tecidos que se doblam, conferindo certo volume, além de flores, folhagens e frutos e objetos relacionados à guerra ou à vida militar, com uma armadura, armas, um escudo e balas de canhão. Acima do título há um brasão (5) com uma coroa e leões, obviamente relacionado ao governo holandês.

Ao lado, uma cornucópia (6), símbolo da fertilidade, riqueza e abundância, libera uma fumaça densa, que parece decorrente de uma explosão. Sobre estes, uma bandeira (7), como que tremulando, com a inscrição: “*Iohannes Nauritius Nasaire comes Brasiliae per actennium terra marique guberniushone omnium, que ante hac [...] novsimam ET acuratissimam Brasiliae Belgicae Tabulam. Singulari cura suis sumtibus de-liniari [...]*”.

Outros três brasões (possivelmente reais, por conta doas coroas) aparecem na parte superior, no centro, abaixo do título, indicando a soberania dos neerlandeses.



Há ainda os brasões concedidos por Maurício de Nassau às capitâneas conquistadas. Todos possuem asas, algumas folhagens e um pergaminho. O do Rio Grande possui o desenho de um rio e uma ave; o da Paraíba, seis elementos iguais, semelhantes a pães de açúcar; o de Itamaracá possui uvas e o de Pernambuco, uma figura feminina.



Fig. 44. Detalhe dos brasões das capitâneas conquistadas.

3.1.2. Vinhetas – A Fauna e a Flora

A fauna e a flora brasileiras também são ricamente representadas, seja em guirlandas decorativas ou compondo uma. Acima, à esquerda, uma cena com três animais (onça pintada, capivara e anta)

é encimada por uma guirlanda elaborada com diversos frutos como o abacaxi e o mamão. Na outra extremidade, este mesmo elemento é ornado com cocos e bananas, suas respectivas folhas, além de outras frutas. Abaixo, animais como emas, dois quadrúpedes desconhecidos, porcos e uma cobra.



Fig 45. Detalhes. Guirlandas e animais nativos.

Abaixo da guirlanda central estão desenhados um tamanduá, uma preguiça e outros animais que não foram identificados. Esta guirlanda, ao invés de elementos naturais, traz utensílios diversos, de

lazer e trabalho, como instrumentos musicais, arcos, flechas, lanças, colheres de pau, cestos, cabaças e, curiosamente, pedaços de ossos.



Fig. 46. Detalhe. Guirlanda central e animais.

Sabe-se que a exuberância da vegetação e dos animais nativos brasileiros, bem como os costumes indígenas, chamou a atenção não apenas dos neerlandeses, mas de outros estrangeiros que se deparavam com esta diversidade, e assim como as fontes textuais da época dedicaram longas descrições às diversas espécies e populações, também este mapa representa estes elementos como aspectos importantes da colônia. Peter Whitehead, ao descrever este mapa tece alguns comentários detalhados a respeito de suas vinhetas, explicando muitos de seus aspectos. Entretanto, optou-se por construir uma descrição própria neste trabalho sem consultar diretamente este trecho do texto que trata das ilustrações.

3.1.3. Vinhetas – Cenas do Cotidiano

Uma espécie vegetal recorrente neste mapa é o coqueiro. Esta árvore surge 11 vezes nas diferentes cenas. Este elemento (às vezes uma palmeira) é usual também nas vistas do próprio Frans Post, utilizadas para emoldurar a imagem e quebrar um pouco a horizontalidade predominante da paisagem.

O caráter informativo deste mapa alcança seu auge através da narrativa de nove cenas, organizadas, basicamente, em três faixas longitudinais. A primeira possui como temática comum algumas atividades indígenas a seguir: da esquerda para a direita, a primeira (1) mostra um grupo de nativos envolvidos em uma batalha, ao lado (2), outro grupo reunido (alguns em pé, outros sentados) próximo a um ponto de fumaça, a esquerda desta (3), duas cenas de caça e por fim (4), outra cena de batalha entre os índios. Parece a narrativa de uma história sobre os costumes – alimentação, guerras, caça, etc. – de uma determinada tribo.

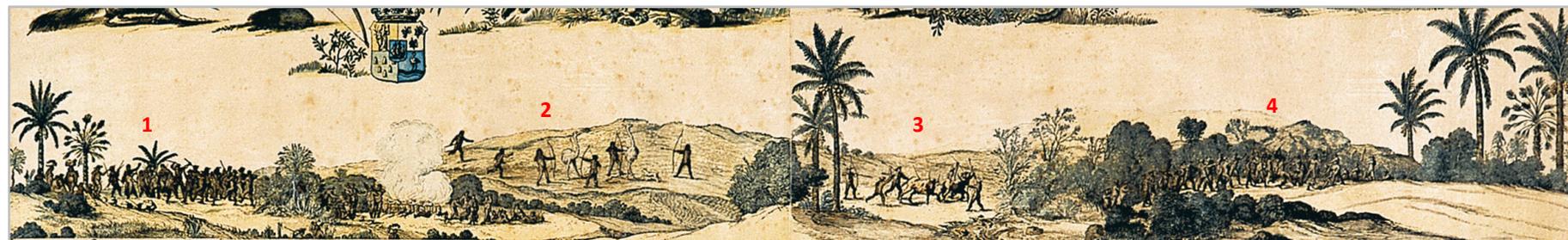


Fig. 47. Detalhe. Cenas indígenas

A faixa central trata de temas cotidianos, mas com destaque para duas atividades produtivas. A primeira (1) apresenta alguns negros realizando a pesca de arrasto, em uma lagoa ou rio, atividade que, em Alagoas, por exemplo, persiste ainda hoje. O curioso desta cena é a existência de uma torre de observação

A outra cena (2) destaca um complexo de produção de farinha – com a plantação de mandioca e a casa onde eram desenvolvidas as etapas de fabricação. É possível ver alguns equipamentos utilizados neste processo, como o tacho onde a mandioca ralada é torrada e se transforma em farinha. Casas de farinha foram difundidas largamente no Brasil colonial. Em Alagoas, nos dias atuais, a farinha

ainda é consumida em abundância, e é possível encontrar locais onde o fabrico continua rudimentar e remete ao que foi representado no mapa.

Nesta faixa central há ainda uma cena (3) de um grupo de pessoas reunidas, algumas em torno de uma fogueira, outras como que conversando ao lado, ou deitadas em redes. Não está muito claro se este grupo é formado por indígenas ou se são de outra etnia, pois, pelo que é possível perceber, em relação aos demais índios representados no mapa, este grupo possui vestimentas, simples, mas distintas.



Fig. 48. Detalhe. Pesca, casa de farinha e cena de combate.

Na terceira faixa, à direita, é representada uma pequena aglomeração de edificações contíguas, sem janelas e com diversas portas, dispostas em linhas longitudinais paralelas. Na extremidade esquerda há uma pequena capela, na frente da qual se situa um cruzeiro de madeira. A população está organizada e se retirando, em uma espécie de marcha. Trata-se, possivelmente, de um aldeamento.



Fig. 49. Detalhe de aldeamento.

A imagem de destaque deste mapa é a representação de um engenho. Dada a importância que açúcar obteve no período colonial, consistindo na principal motivação para a invasão holandesa, entende-se, por exemplo, a preocupação deste mapa em demonstrar as principais estruturas deste complexo.

Através desta cena é possível identificar as edificações da fábrica (A), casa de purgar (B), casa-grande (C) e senzala (D). Pode-se também ver em detalhes, por exemplo, as engrenagens da moenda (E), além de várias etapas da produção, como o transporte da cana em carros de boi (F), a moagem (E) e a alimentação das fornalhas da casa das caldeiras para cozimento do caldo (G).

Este engenho, propositalmente ou por questões de composição, foi desenhado justamente sobre o trecho mapeado que corresponde à,

Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, capitânicas de destaque na produção de açúcar.

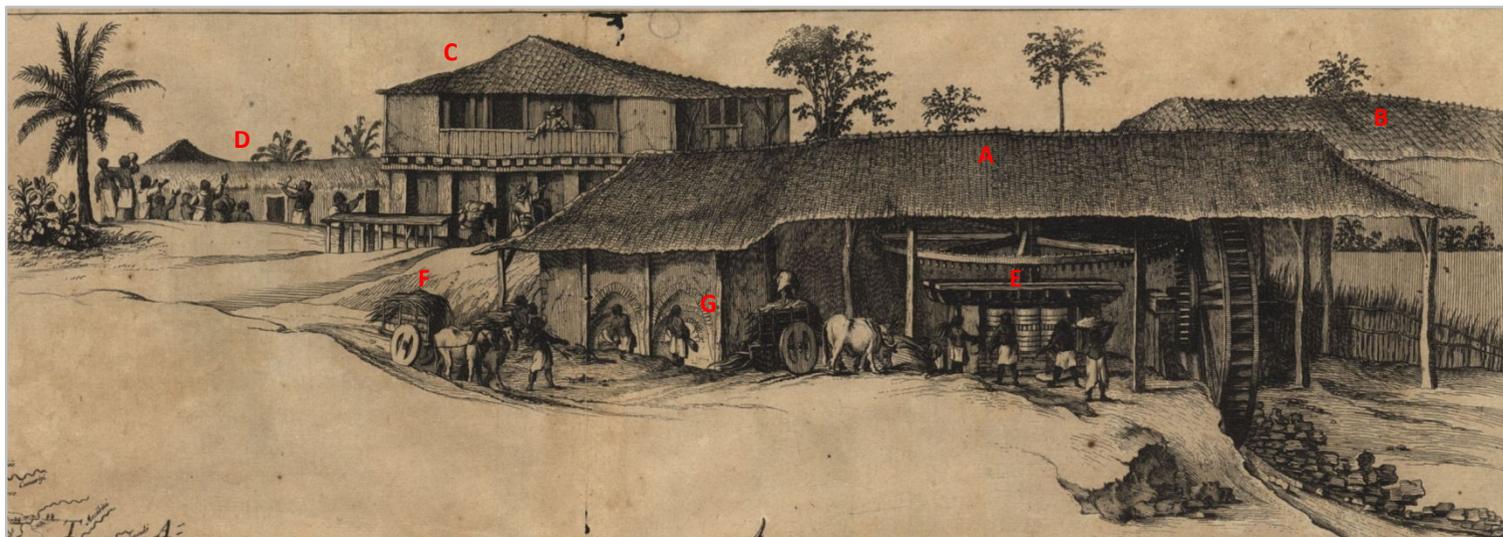


Fig. 50. Representação de um engenho de açúcar.

Obs.: esta imagem, especificamente, foi recortada de uma das cartas individuais, por estar em maior resolução e permitir melhor visualização dos detalhes.

3.1.4. Outros elementos

Este mapa foi, possivelmente, executado em função da produção de açúcar, de modo a registrar as potencialidades açucareiras da região, mas sinaliza outros pontos economicamente produtivos e de interesse, como os currais de gado, salinas e fontes. As informações contidas nesta carta abrangem diversos elementos existentes na faixa

de terra dominada pelos holandeses, entretanto, cabe destacar o levantamento hidrográfico realizado com precisão.

Mas não é somente na parte terrestre que este traz informações relevantes. Em toda a costa, no oceano, estão distribuídas 28 embarcações, além de 2 canoas e 4 agrupamentos representando algumas batalhas.

Alguns desses navios estão localizados próximos a pontos estratégicos de ancoragem, como os portos, ou a entradas naturais. Em Alagoas, há 5 navios e uma canoa na entrada do rio São Francisco; 3 perto do rio Ipoxi; 6 em frente às lagoas do Norte e do Sul e outra canoa no Rio dos Frades.

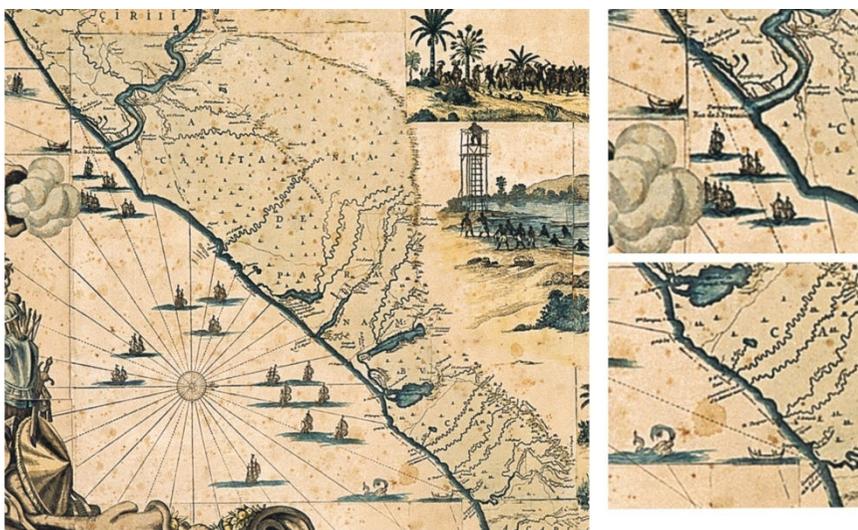


Fig. 51. Detalhe. Embarcações próximas a Alagoas.

Diferentemente de mapas de períodos anteriores, neste apenas um monstro marinho é representado. É interessante notar que, apesar das rotas marítimas da costa brasileira, bem como suas águas, estarem bem conhecidas pelos viajantes na época de confecção do mapa, este mito ainda permanece, embora já com menos força.

Como se vê, este mapa aborda um quadro muito complexo de informações, as quais extrapolam o simples levantamento geográfico e hidrográfico das terras conquistadas. O enorme texto, localizado na parte inferior, contém, entre outros dados, descrições detalhadas dos aspectos das capitânicas – como a formação topográfica, a conformação de ruas de povoados, bem como a feição e dos hábitos indígenas, tanto os que vivem nos núcleos urbanos, como os que habitam locais mais afastados.

Chegando ao mapa propriamente dito, ou seja, a parte que representa a faixa terrestre das capitânicas conquistadas, e contém informações das mais diversas. Em linhas gerais, além dos rios e lagoas, também relacionados com os acessos aos núcleos habitados – vilas, povoações, engenhos, currais, etc. – também são representadas e, algumas vezes descritas, as entradas existentes na costa, com suas larguras e profundidades, além dos caminhos que cortam internamente o território. A indicação de diversos portos, enseadas e outros ancoradouros, os quais são fundamentais para o desenvolvimento das principais atividades econômicas, confere a este mapa o caráter mercantil próprio dos holandeses, impresso na forma de governo implantada por estes.

3.2. PRAELECTURA PARANAMBUCAE PARS BOREALIS E PRAELECTURA PARANAMBUCAE PARS MERIDIONALIS – ALAGOAS EM MARCGRAF

Partindo para a temática das informações cartográficas propriamente ditas, cabe neste momento retomar o foco mais específico deste trabalho e analisar de modo mais atento as informações que Georg Marcgrave coloca sobre o território alagoano. Devido a questões praticas, o estudo foi realizado sobre as cartas individuais contidas na obra de Gaspar Barléus, intituladas *Praefectura Paranambucæ pars Borealis* e *Praefectura Paranambucæ pars Meridionalis*.

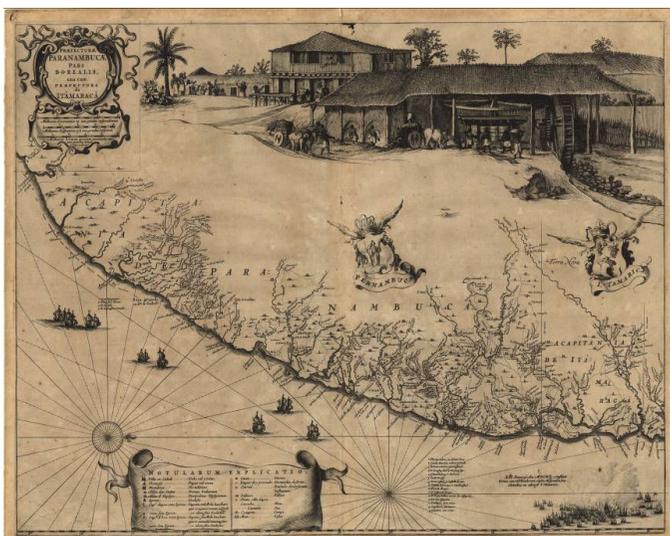


Fig. 52. *Praefectura Paranambucæ pars Borealis*. Georg Marcgrave, 1643. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010. Esta carta abrange parte das Capitãncias de Itamaracá e Pernambuco, indo na direção sul até o Rio dos Frades.



Fig. 53. *Praefectura Paranambucæ pars Meridionalis*, Georg Marcgrave, 1643. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010. Este mapa diz respeito somente ao território alagoano, abrangendo do mencionado rio até o São Francisco.

A análise desses mapas foi realizada a partir de um levantamento da maior quantidade possível de elementos representados, considerando que algumas palavras estão ilegíveis, e que de outras não foi possível obter tradução. Com o auxílio da legenda contida no próprio mapa buscou-se identificar os elementos eleitos para sinalizar a ocupação espacial do território alagoano.

A partir de uma tentativa aproximada de sobreposição destas duas cartas com um mapa atual de Alagoas, considerando como limite do

desenho, na parte sul, as serras denominadas Itaberaba, é possível obter a seguinte área de abrangência:

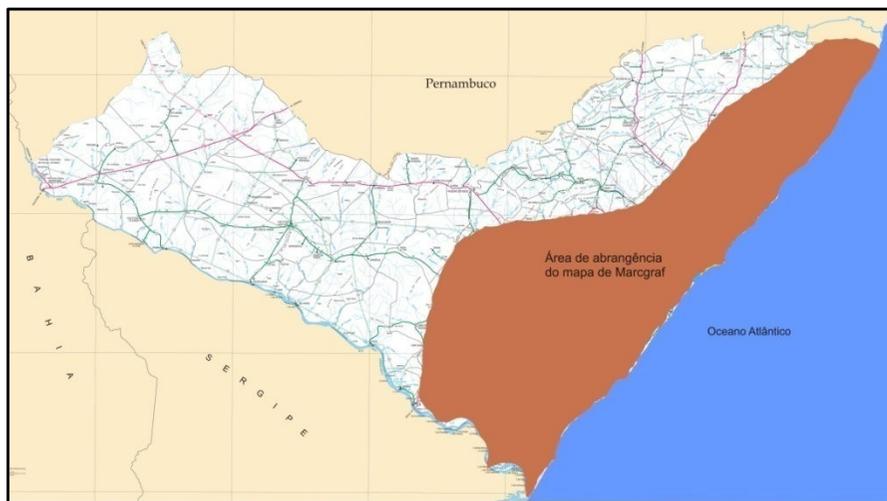


Fig. 54. Área aproximada de abrangência dos mapas *Praefectura Paranambucae pars Borealis* e *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis* no atual território alagoano.

A ocupação efetiva, com a representação dos núcleos habitados e dos elementos fluviais, concentra-se em uma faixa mais estreita com relação ao território atual, com uma ligação mais direta com o litoral.

Embora a posição geográfica das capitânicas, e assim de Alagoas, esteja invertida no sentido Norte-Sul, optou-se por estudá-la em sua disposição original, para melhor entendimento das legendas, e, em

alguns casos, com as folhas individuais em separado, para facilitar a sistematização de leitura.

Foram selecionados a fim de delimitar o recorte para estudo os limites naturais atuais de Alagoas, ou seja, os rios Persinunga (afluente do Jacuípe) ao norte e o São Francisco ao sul. Entretanto, a guisa de esclarecimento, as cartas foram montadas e colocadas no sentido correto de sua posição geográfica, conforme demonstrado a seguir.

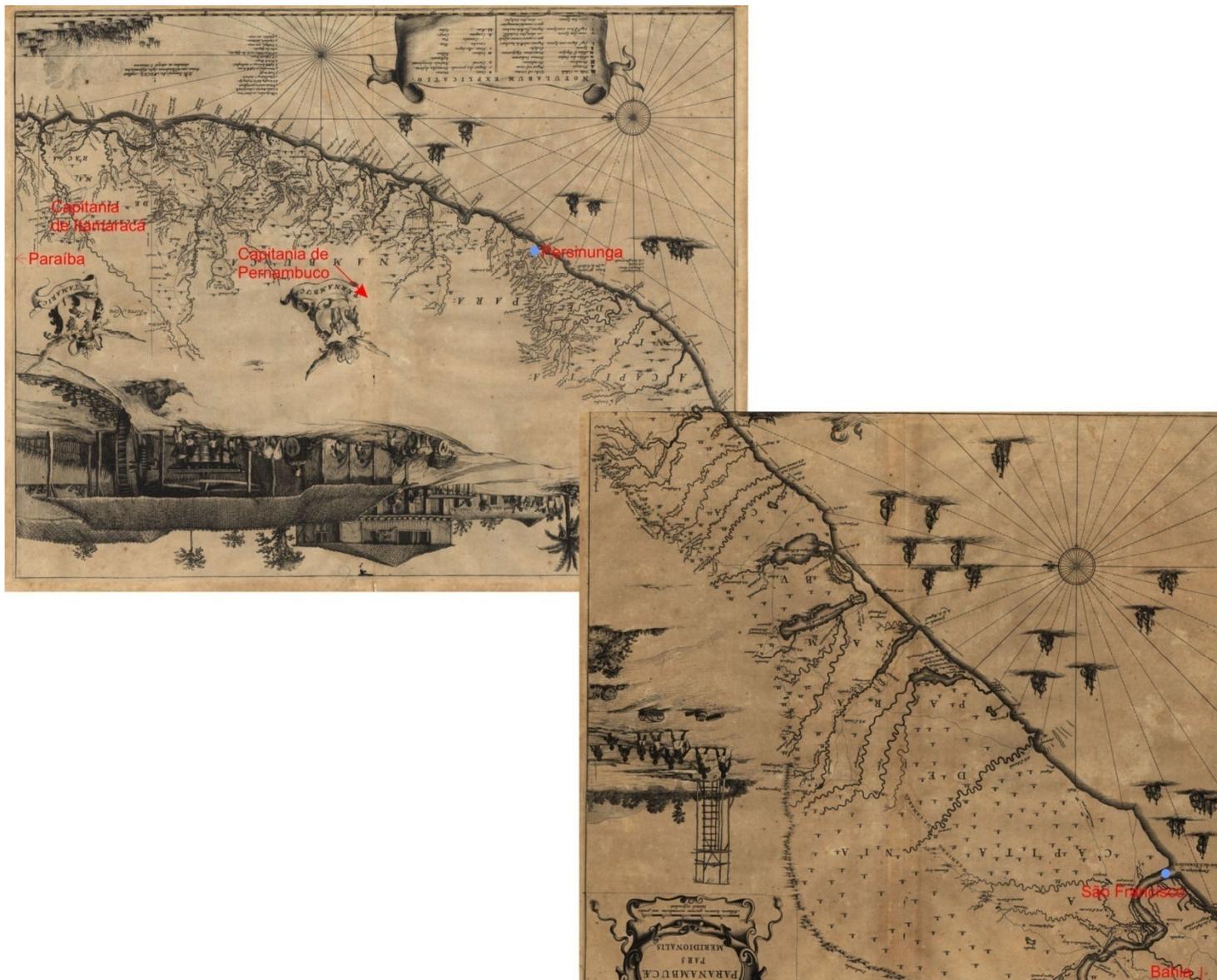


Fig. 55. Divisão das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, com delimitação da área de abrangência de Alagoas.

Através destes mapas é possível observar as terras alagoanas sob um ponto de vista bastante amplo, pois além de permitir analisar o processo de ocupação de Alagoas na sua maior extensão pelo grande número de dados, por outro lado, torna possível identificar alguns mecanismos de territorialização utilizados pelos colonizadores como, por exemplo, a distribuição dos engenhos, a localização das vias de penetração e a implantação dos núcleos habitados essencialmente na faixa litorânea, embora esta proximidade seja relativa em Alagoas, pois, como se viu, as três vilas de Porto Calvo, Santa Maria Madalena e Penedo distam do mar.

3.2.1. Pontos de Ocupação - Povoações

Segundo Craveiro Costa (1983, p.17-24) ainda no século XVI grandes extensões de terra de Alagoas começaram a ser distribuídas para os colonos mais distintos, chamados “homens de qualidade”, como Cristóvão Lins e Gabriel Soares da Cunha, que ficaram com trechos das regiões de Porto Calvo e da Lagoa do Sul, respectivamente. Posteriormente estas sesmarias foram sendo subdivididas, dando origem a outros povoados.

É possível perceber nos mapas de Marcgraf que, comparada com mapas anteriores, a ocupação de Alagoas apresenta uma expansão da faixa de terra ocupada, ou pelo menos, conhecida.

Como se viu, os núcleos urbanos constituíam elementos estruturadores da fixação portuguesa no território colonial. Neste sentido, Marcgraf registra em Alagoas 5 povoações, quais sejam: Penedo, Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição, denominação da santa padroeira da vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul usada para designar a povoação, Santa Luzia e Porto Calvo.

Como já foi colocado, durante a dominação neerlandesa, foi instalada uma lógica diferente da portuguesa no que se refere à composição administrativa da colônia, com a sua subdivisão em jurisdições, podendo-se supor que não era considerado para os neerlandeses o estatuto de vila concedido pelos portugueses.

Dessa forma, Penedo, Santa Maria Madalena e Porto Calvo não são indicados por Marcgraf como vilas. Somente duas localidades da Capitania de Pernambuco ganham esta denominação: Serinhaém e Recife, esta sede do governo neerlandês.

Isto não significa que os povoados alagoanos não tivessem importância no cenário colonial neerlandês. Penedo, por exemplo, por conta de sua posição estratégica, como limite da capitania pernambucana, recebeu uma fortificação, denominada Forte Maurício, indicada no mapa.

Em um contexto mais restrito, para a formação de Alagoas, a indicação destes cinco povoados denota uma ocupação substancial no quesito núcleos urbanos, se comparada ao século anterior.

O caráter abrangente e mais aproximado do levantamento realizado por Marcgraf reflete-se já neste momento, pois, enquanto os mapas de Albernaz, também do século XVII, representam em Alagoas somente a povoação de Santa Luzia, o cartógrafo alemão aponta outros quatro povoados além deste.

No mapa Praefectura Paranambucae pars Borealis pode-se perceber que, no entorno de Porto Calvo, ocorre um adensamento dos pontos ocupados. No Praefectura Paranambucae pars Meridionalis, foi possível visualizar dois polos de concentração das marcas construídas, o entorno das lagoas do Norte e do Sul e as margens do rio São Francisco, ocorrendo um vazio extenso entre este e o São Miguel.



Fig. 56. *Praefectura Parambucae pars Maridionalis e Borealis*. Localização dos povoados da região de Alagoas.

3.2.2. Pontos de Ocupação – Atividades produtivas: Engenhos e Currais

Além das vilas e povoações, o mapa representa também outros pontos que indicam a fixação humana. Entre estes, os engenhos de açúcar constituem, sem dúvida, os mais importantes no sentido de incentivar a ocupação do território.

Em Alagoas, Marcgraf registra diversos desses complexos e os categoriza de acordo com a sua força motriz e a existência ou não de capela, fornecendo um ícone distinto para cada um dos tipos.

Foram identificados 2 engenhos d'água com igreja ou capela; 11 de bois com igreja e 3 de bois sem igreja. A sua distribuição ocorre no entorno de Porto Calvo; às margens dos rios Camaragibe e Santo Antônio Grande e nas proximidades das lagoas do Norte e do Sul, totalizando 16 conjuntos.

Comparando com outras fontes do período, na cartografia de Luís Teixeira Albernaz, são mencionados 2 engenhos próximos à Lagoa do Norte e um nas margens do rio São Miguel.

Estas informações de Marcgraf corroboram a referência dos textos holandeses em relação à quantidade de engenhos, e alguns coincidem na localização e no nome. Baseado no relato de Adriaen

van der Dussen, Porto Calvo possui 10 engenhos em seu entorno mais próximo são 8. Entretanto, se naquela época esta vila possuía uma área de abrangência bem maior do que hoje, é possível que os 2 engenhos localizados nas margens do rio de Santo Antônio Grande tenham sido considerados também.

Com relação aos nomes, 3 coincidem no mapa e no texto: São Francisco, Alpoins e Novo, mas este último deve ser considerado com ressalva, já que esta denominação era muito comum na época, pois, muitas vezes quando um engenho ficava arruinado, era construído um *Novo*, em seu lugar ou nas proximidades. Quanto aos demais engenhos de Porto Calvo, van der Dussen se refere pelo nome dos proprietários.

Nas proximidades da Lagoa do Norte 3 engenhos foram listados e representados e 2 coincidem pelo nome no texto e no mapa: Nossa Senhora de Encarnação e Nossa Senhora da Ajuda. Na Lagoa do Sul também são 3 localizados, mas apenas 1 com a mesma denominação, o Velho, que também deve ser observado com cuidado, por ser um nome muito recorrente em engenhos.

Marcgrave também esteve atento e representou em seu mapa diversos currais, inclusive os Campos de Inhauns (foram encontradas

ainda as grafias *Unhaum e Nhuanhu*), os mais famosos e disputados da época, confirmando as informações das fontes escritas sobre sua importância e qualidade.

Na realidade trata-se de uma *planície de inundação* do médio vale do Rio São Miguel, entre a área da cidade de Marimondo e a de Anadia [municípios do atual estado alagoano], soldada em alguns trechos a uma rocha cristalina metamórfica muito decomposta. Por motivo de certas paradas de nível do rio, foi, em algumas partes, talhada em *terraços estruturais* na rocha aludida, e, à medida que se eleva dos lados da ampla várzea do fundo chato do rio, imita pequenos platôs embutidos, à semelhança de restos de tabuleiros muito dessecados (LIMA, 1992, p.75).

A existência de diversos currais representados no mapa endossam a informação sobre a importância do gado para a economia colônia, indicando-o como uma potencialidade na região. Ao todo são 8. Esta representação corrobora com a afirmação de que na região de Penedo, no vale do rio São Miguel e ao longo do São Francisco o gado foi a atividade dominante.

Contraopondo com as fontes textuais do século XVI, percebe-se que no XVII houve um deslocamento desta atividade da região norte para a sul, pois, Anthony Knivet, por exemplo, menciona a

existência de gado nas proximidades do Rio das Pedras (ou Manguaba) próximo a Porto Calvo.

O registro desses elementos auxilia na compreensão da espacialização das atividades econômicas em Alagoas e, posteriormente, a sua relação com a formação de outros pontos de povoamento.



- Legenda:
- Engenhos d'água com igreja
 - Engenhos de bois com igreja
 - Engenhos de bois sem igreja



Fig. 58. *Praefectura Paramambucae pars Borealis*, Georg Marcgraf, 1643. Indicação dos engenhos



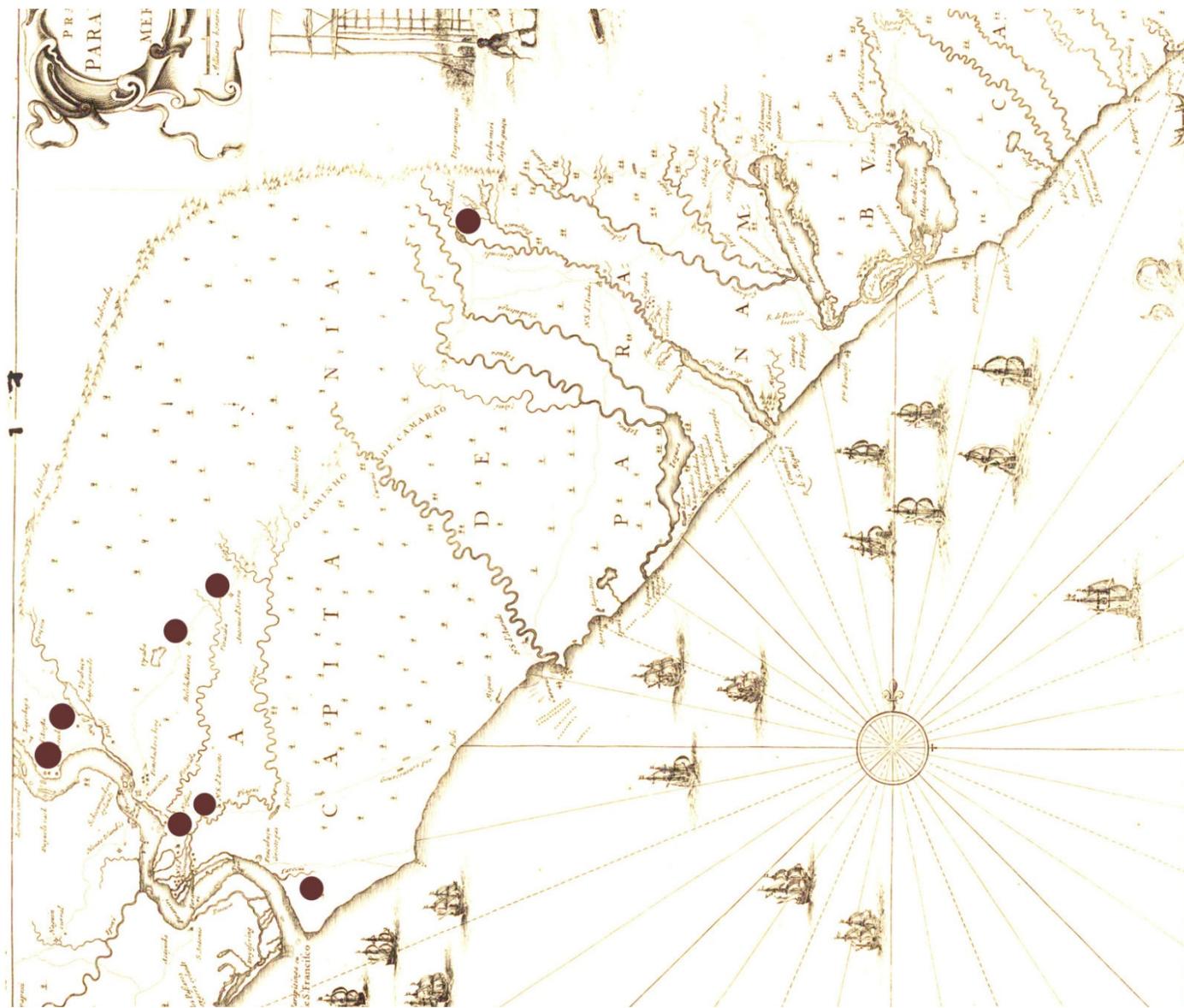


Fig. 59. Praefectura Paramambucae pars Meridionalis. Georg Marcgrave, 1643. Indicação dos currais

3.2.3. Pontos de ocupação – Objetos arquitetônicos: igrejas, casas e forte

Além dos elementos mencionados até então, o mapa de Marcgraf contém ainda a presença de dois objetos arquitetônicos que também indicam a fixação de colonos no território alagoano, quais sejam, as igrejas e casas. A presença destas edificações auxilia na visualização de áreas de ocupação que se espalham por diferentes regiões, não se limitando às vilas e aos povoados.

As igrejas são em número de 12, dedicadas aos mais diversos santos, como Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião e São Bento. Este, inclusive, recebeu um mosteiro, já mencionado anteriormente, onde hoje é o município de Maragogi, do qual restaram ruínas.

A Igreja Católica funcionou como forte instrumento de conciliação com os indígenas e de integração de algumas tribos à dominação colonial. Além disso, fisicamente, as edificações religiosas atuaram como objetos de atração e fixação. No caso de Alagoas em Marcgraf, a maioria das igrejas está disposta próxima aos pontos mais adensados do território, mas algumas – como as de Nossa Senhora d’Aurade [sic], São Gonçalo e Nossa Senhora de Guadalupe – também se encontram em pontos isolados, o que pode indicar a

existência ali de uma pequena comunidade que não recebeu o registro. É possível também que algumas dessas igrejas sejam capelas de engenhos, mas no mapa não há esta diferenciação.

As casas, por sua vez, estão espalhadas por toda a faixa litorânea e, ora aparecem isoladas, ora surgem agrupadas com rês ou quatro edificações. A maior ocorrência destas se faz na região norte, no entorno (mais amplo) de Porto Calvo, na parte centro-litorânea e nas proximidades do rio São Francisco.

São cerca de 72 casas, ou melhor, de ícones que as representam. Provavelmente, este não deveria ser o número exato de residências. A maioria delas localiza-se nas proximidades dos rios ou das lagoas. As que aparecem isoladas podem significar moradores ou pequenas famílias; as agrupadas podem sinalizar pequenas comunidades que não foram identificadas por Marcgraf como povoados.

Estes elementos apontam uma ocupação mais ampla, em relação ao que foi registrado em mapas anteriores, porém, ainda se concentram na faixa de abrangência próxima ao litoral.

Com relação às fortificações, este mapa representa o Forte Maurício, na margem do rio São Francisco, indicando mais uma vez a importância estratégica dessa região para a capitania pernambucana.



Fig. 60. *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis*, Georg Maregraf, 1643.
Indicação das igrejas e capelas de engenhos



Fig. 61. *Praelectura Paramambucae pars Meridionalis e Borealis*, Georg Maregraf, 1643. Indicação de áreas com casas e localização do Forte Maurício

3.2.4. Elementos hídricos – Rios e lagoas e portos

Como se viu, o sistema fluvial, composto pelos rios, as entradas naturais da costa e os portos ou ancoradouros, foi muito importante para o funcionamento da própria colônia, funcionando como canais e pontos de escoamento de produtos e deslocamento de pessoas.

A hidrografia alagoana é representada com muita precisão. Dentre estes rios, cabe salientar a importância dos pequenos mananciais, que vão se apresentando de forma inaugural neste mapa e a relação próxima que estes tiveram com os engenhos de açúcar.

A cultura da cana procurou sempre as proximidades das regiões de rios ou de riachos, e não se distanciou, por interesses comerciais, do mar. É na água dos rios, dos pequenos rios, que o senhor de engenho encontra o melhor colaborador para sua organização econômica. É no rio que ele vai buscar não somente a água para movimentar a moenda; nele está a água para dar umidade ao solo, para o transporte da produção, para o banho dos animais; também para o seu banho e o de sua família (CORTESÃO, 1971, p. 106).

Apesar da existência de alguns problemas com a escrita do mapa, que possui palavras em diferentes idiomas, foi possível a identificação da maior parte dos rios e lagoas alagoanos.

Entre os rios, foram identificados 63, e as lagoas, 12. Este número já é bem superior ao que foi registrado no século XVI, tanto nas fontes textuais como cartográficas, cujo balanço alcança 8 rios e 1 lagoa.

Nas fontes textuais seiscentistas, esta quantidade recebe um acréscimo de 2 rios e 1 lagoa. Já nos mapas de Albernaz, este número aumenta consideravelmente. Considerando todos os seus mapas analisados, são 17 rios e 4 lagoas registrados.

Dentro do intuito de identificar os acessos aos engenhos, estes também são representados por Marcgraf e, algumas vezes descritas as entradas existentes na costa, com suas larguras e profundidades, bem como são indicados diversos arrecifes, como os conhecidos baixios de Dom Rodrigo, que, apesar de não serem nomeados no mapa, são dispostos com sua posição correta, em frente ao rio Coruripe.

Os portos, propriamente ditos, são em número de 4 – Baía Grande ou Porto de Calvo, Porto das Pedras, Porto de Jaraguá e dos Franceses. Entretanto, outros 5 locais onde é possível ancoragem são indicados com o desenho de uma âncora.

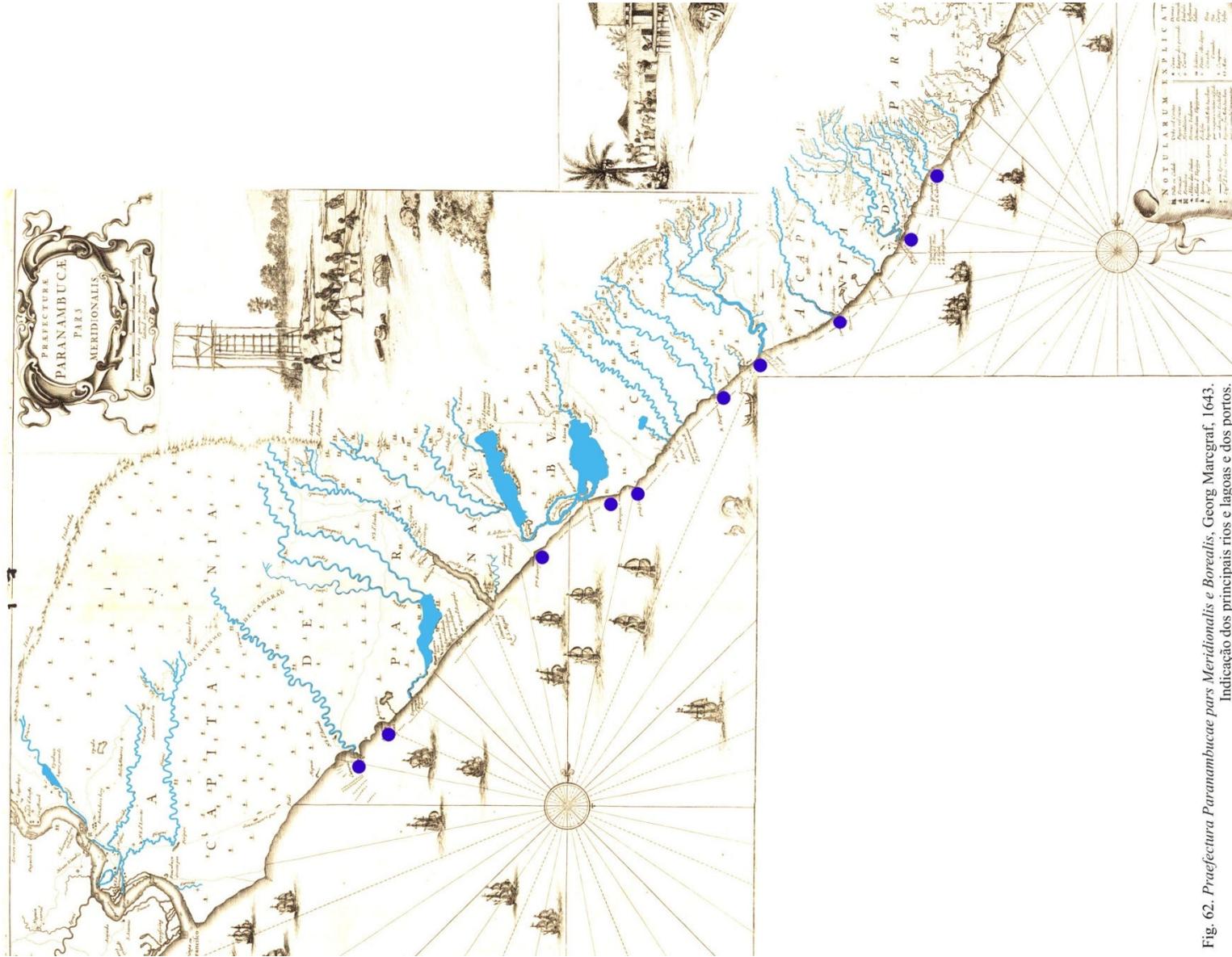


Fig. 62. *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Borealis*, Georg Marcgraf, 1643. Indicação dos principais rios e lagoas e dos portos.

3.2.5. Elementos terrestres – As estradas

O mapa de Marcgraf registra diversos caminhos que serpenteiam pelo território alagoano, ligando várias localidades. Esta informação se apresenta como um novo dado sobre o território alagoano, já que até então suas estradas não haviam sido representadas na cartografia, nem mencionadas nas fontes textuais analisadas.

Enquanto os rios caracterizam-se como caminhos “naturais”, as estradas constituem o resultado da intervenção humana no território, imprimindo no chão a vontade dos colonizadores, de acordo com suas necessidades.

Neste sentido, as estradas alagoanas registradas nestes mapas funcionam, principalmente, para unir povoações, engenhos, igrejas e outros pontos habitados. Há também aquelas que ligam tais pontos a rios, portos ou ao mar.

Na parte sul de Alagoas as estradas perpassam casas, currais, o forte Maurício e algumas se dirigem para o oceano. Na região central, próxima às lagoas do Norte e do Sul, estas vias ligam as povoações aos engenhos, aos campos de Inhaum, e ao mar.

Na região norte, percebe-se uma convergência das estradas para Porto Calvo. A partir deste ponto estão os caminhos que levam às

outras partes da Capitania de Pernambuco. Não foi possível, no entanto, perceber um via terrestre contínua que se dirigisse até a sede do Governo holandês, Recife, pois as estradas se fragmentam no decorrer de sua representação

Através destes mapas pode-se perceber uma quantidade considerável de caminhos terrestres, bem como supor que as estradas alagoanas no século XVII não eram tão secundárias assim.



Fig. 63. *Praelectura Paranambucæ pars Meridionalis e Praelectura Paranambucæ pars Borealis*. Georg Martzgraf, 1643. Indicação dos caminhos terrestres.

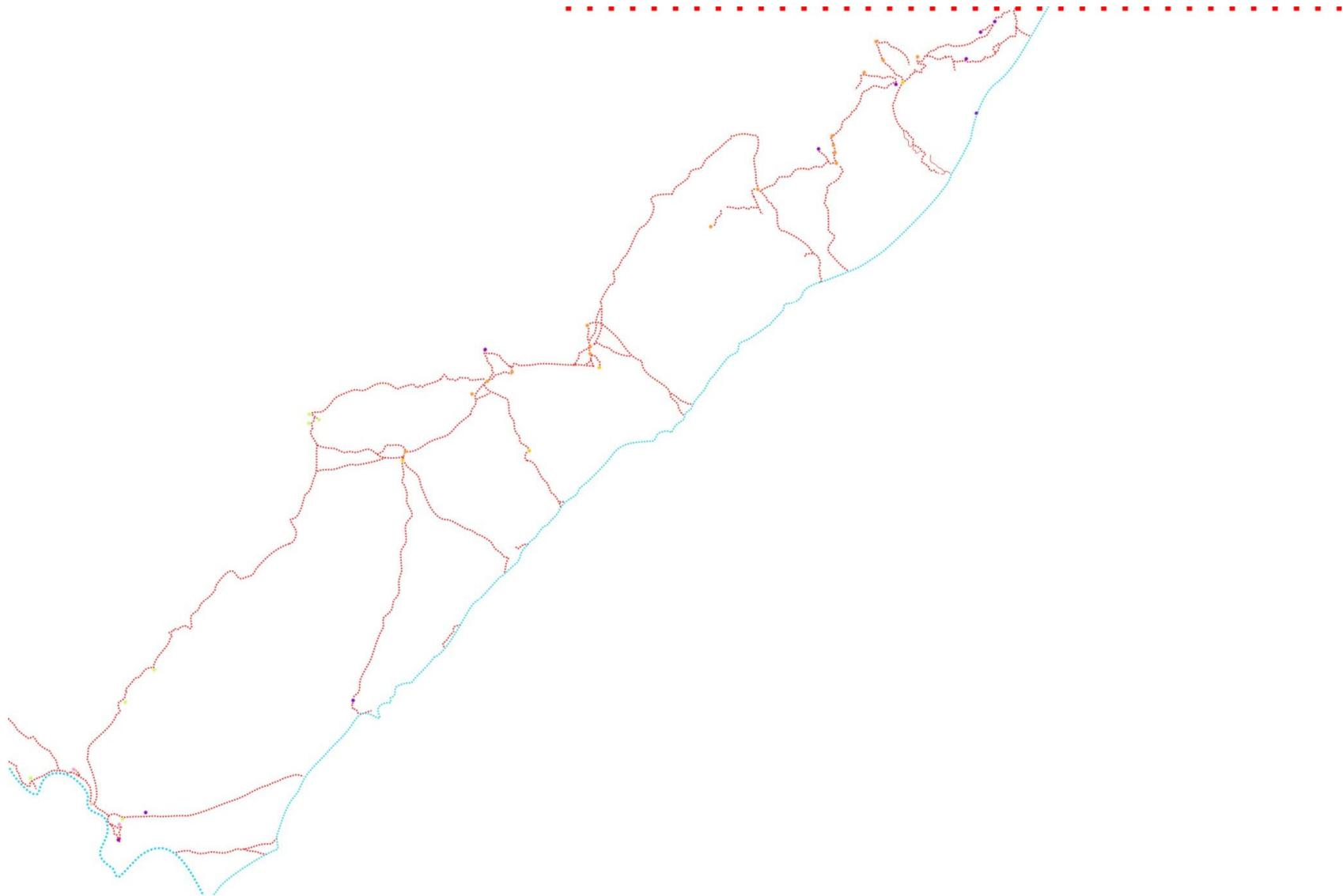


Fig. 64. Malha das estradas com os pontos de ligação

Entre estas estradas, o autor destaca, através da indicação escrita, o Caminho do Conde, possivelmente para demarcar o percurso utilizado por Nassau em suas expedições; e o Caminho de Camarão, ou seja, do conhecido índio da tribo potiguar que auxiliou na resistência aos neerlandeses organizada por Matias de Albuquerque.



Fig. 65. *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis*. Indicação em vermelho dos caminhos de Camarão (1) e do Conde (2).

Estudo anterior acerca destes caminhos foi realizado por Capistrano de Abreu, em 1988, no que este explora a relação do surgimento destas vias com o povoamento de algumas regiões da colônia brasileira.

Os quadros apresentados a seguir representam um esforço de sintetizar as informações obtidas para auxiliar no entendimento dos mapas, bem como permitir possíveis comparações futuras com outras fontes. Os mapas que os seguem expressam uma visão geral do território alagoano visto por Georg Marcgraf, através de uma interpretação própria.

Os dados destacados com símbolo em azul consistem nos elementos reconhecidos já no século XVI; a cor verde indica o que foi registrado nas fontes textuais holandesas; em laranja os registros de Albernaz e em vermelho, os elementos específicos de Marcgraf.

Quadro 06. PREFECTURAE PARANAMBUCAE PARS BOREALIS e MERIDIONALIS
Quadro de sistematização

RIOS	RIOS	LAGOAS	PORTOS	POVOAÇÕES	PONTOS EDIFICADOS	ENGENHOS
São Francisco (ou Parapitinga) ●●●●	Copaíba●	Upabuçu (Lagoa Grande) ●	Baya Grande ou Porto do Calvo●	Nossa Senhora da Aiuda (Ajuda)●	IGREJAS	N. S. do Rosário●
Piagui ●	Potiguaçu●	Upaba●	Porto das pedras●●●●	Santa Luzia●●●	Nossa Senhora da Conceição●	Salgado●
Ipoxi ●●	Miguai●	Piripiri●	Porto Velho dos Franceses●●●●	Nossa Senhora da Conceição (Sta. Maria Madalena ou Alagoas) ●●	Santo Amaro●	Velho●●
Piracaba ●	Rio de Pero Cabreiro●	Lagoa Doce●	Porto no rio Coruripe●	Nossa Senhora da Apresentação ou (?) ou Porto Calvo●●	Nossa Senhora d'Aurade●	N. S. da Aiuda●●
Piaçica ●	Mondai (Mundaú) ●	Iequea●●	Jaraguá●●●●	Penedo●●	Nossa Senhora do Loretto●	N. S. da Encarnação●●
Parauna ou Parauma ●	Potiguaçutiba●	Lagoa Doce●		Paripoeira●●●	Santo Amaro●	N. S. da Penha de França●
Cururuí(Coruripe)●●●●	Carrapato●	Lagoa Tabeada (ou Taboada) ●			São Gonçalo●	São Cristoval (S. Cristóvão) ●
Iequea (Jequiá) ●●	Rio das Lagoas●	Lagoa Salgada●			N. S. de Guadalupe●	Santo Antônio●
Cabotá●	Rio Doce●●	Lagoa Salgada●			São Sebastião●	Novo●●
Urubutinga●	Çabuçu	Lagoa d'Acarpeba●			São Bento●	Spirito Santo●
Çenembí ou Rio de São Miguel●●●●	Paripoera●●	Paraigera ou Alagoa do Sul●●●●			Santo Antônio●	Bom Jesus●
Çobauma●	Ipioca●●	Mondai ou Alagoa do Norte●●●			Velha de São Miguel●	S. Inão (?)●
Itinga●	Alagado●				São Sebastião●	São Francisco●●

Paraíba [•]	Guaraiguaçu ou Castanha [•]					São Cosmo [•]
Tobatinga [•]	Ietitiba [•]					Alpoins ^{••}
Miguai [•]	Tapamandé [•]					N. S. d'Aiuda [•]
Tagoa (?) [•]	Guaraimiri ou Rio de Santo Antônio menino ^{•••}					
Guiratinga [•]	Rio Parariji (Pratagi) ^{••}					
Igapi [•]	Çubiai [•]					
Rio de Frades [•]	Rio de I. Dourado [•]					
Guaraiguaçu ou S. Antônio Grande ^{•••}	Maciaguaçu [•]					
Agoa Fria [•]	Rio de I. Barbosa [•]					
Camuriji (Camaragibe) ^{••••}	Itinga [•]					
Iaçaratinga [•]	Guatapi [•]					
Tatuaymunha ^{•••}	Comendatiba [•]					
Manguaba (Manguaba ou Rio das Pedras) ^{••••}	Sapetiba [•]					
Iaparatuba [•]	Agoapetiba [•]					
R. de São Bento [•]	Mocibita (?) [•]					
Mariguaji [•]	Rio do Carço [•]			OUTROS ELEMENTOS IDENTIFICADOS:		
Oiebir [•]	Çurubina [•]			Currais (diversos) [•]	Forte Mauritius [•]	Ponta de Iossara [•]
Piraçununga ^{••}	Urupeima [•]			Ilha da Misericórdia [•]	Ilha dos Porcos [•]	



Fig. 66. Praefectura Paranambucæ pars Meridionalis, Georg Marcgraf, 1643.

- Legenda:
- Povoação
 - Igreja
 - Engenho d'água com igreja
 - Engenho de bois com igreja
 - Engenhos de bois sem igreja
 - Casas
 - Rios e lagoas
 - Portos
 - Curral
 - Fortaleza

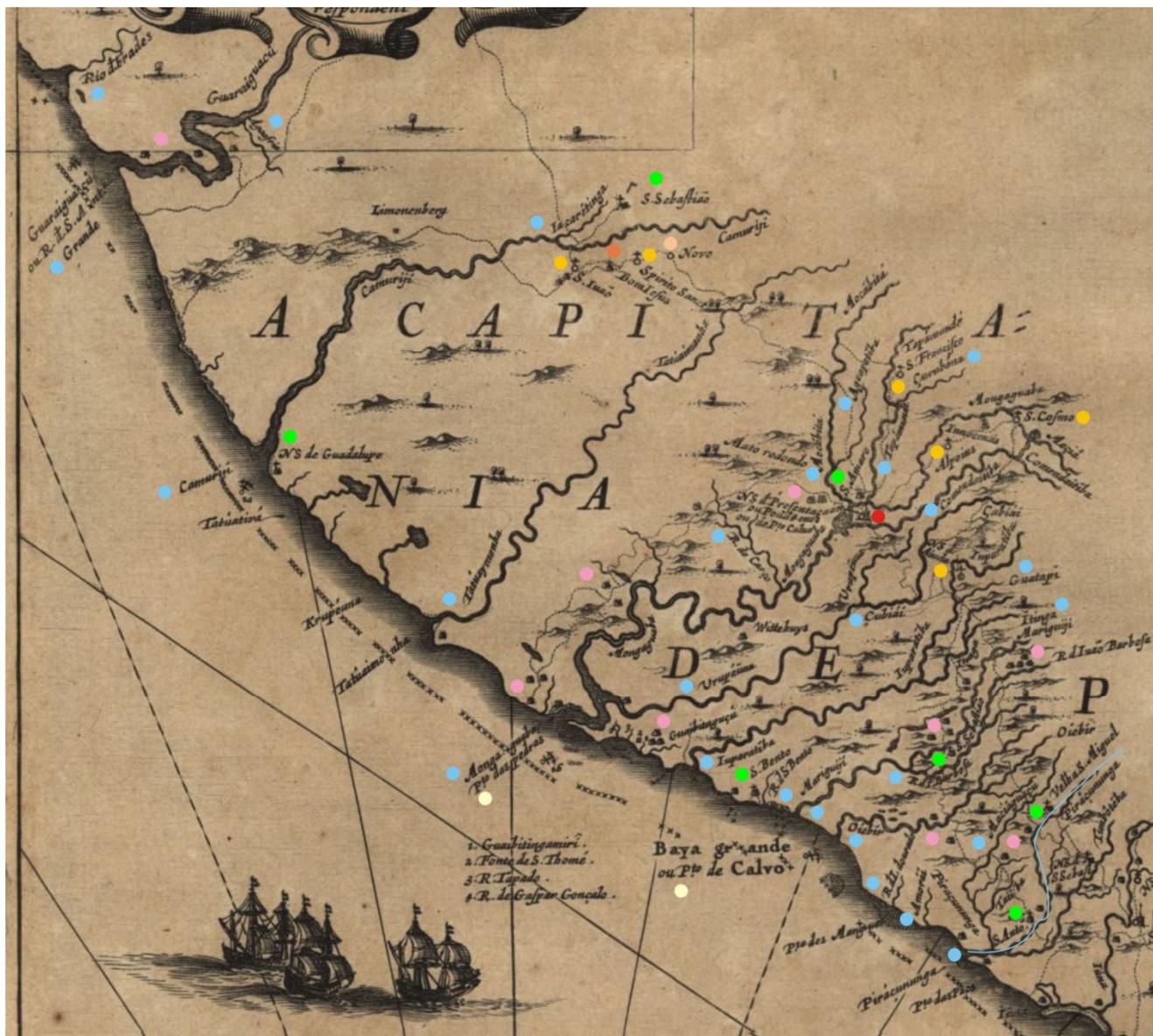


Fig. 67. Detalhe do mapa *Praefectura Paranambucae pars Borealis*, Georg Marcgraf, 1643.

- Legenda:
- Povoação
 - Igreja
 - Engenho d'água com igreja
 - Engenho de bois com igreja
 - Engenhos de bois sem igreja
 - Casas
 - Rios
 - Portos

Como se vê, a complexidade dos mapas de Marcgraf permite explorar o território alagoano a partir de diversos aspectos. Para verificar o seu grau de importância em relação aos períodos posteriores, algumas das informações que aponta foram rebatidas com um mapa e uma fonte textual do século XIX³⁷.

3.3. ALAGOAS, MARCGRAF E OS SÉCULOS XVIII E XIX

Os neerlandeses, após saírem da Capitania de Pernambuco, transferiram para as Antilhas os conhecimentos sobre a produção do açúcar e começaram a fabricá-lo, oferecendo concorrência ao produto brasileiro, o que fez com que os preços caíssem, provocando em fins do século XVII uma crise nos engenhos incluindo os de Alagoas.

O século XVIII é caracterizado por um novo momento no cenário colonial com a descoberta da existência de ouro nas regiões sudeste e centro-oeste da colônia, em especial nas Minas Gerais. Em consequência, novas estratégias de colonização são traçadas pela

³⁷. O livro Geografia Alagoana, de Thomaz Espindola e o Mappa Topographico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba, de 1823, autoria dos engenheiros militares Firmino Herculano e Conrado Jacob.

Coroa Portuguesa, modificando os fluxos migratórios (internos e externos) e reconfigurando os movimentos de ocupação.

Dessa forma, é possível que o território alagoano tenha passado por um período de retração, em decorrência desses dois fatores, os quais interferiram diretamente na produção de seus bangüês (FERNANDES LIMA, 1992: 88-92). Com isto, ocorreu também uma carência de material bibliográfico e cartográfico neste período.

A região que compreendia Alagoas permaneceu como uma das jurisdições da Capitania de Pernambuco até 1706 quando foi criada a Comarca³⁸ das Alagoas (tendo como sede a vila de Alagoas) sendo efetivada, ou seja, reconhecida oficialmente, somente em 1712, com a nomeação de seu primeiro ouvidor geral. A criação da comarca foi o primeiro ensaio para a autonomia administrativa, que, no entanto, só ocorreria completamente quase um século depois com a emancipação política.

Em 1764 Alagoas é contemplada com a criação da quarta vila, Vila Real de Bragança, atual cidade de Atalaia. Este povoado já figurava,

³⁸. Segundo o *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e ofenecido a el-rey de Portugal D. João V, elaborado entre 1712-1728* pelo clérigo inglês Rafael Bluteau, comarca consistia em um agrupamento de vilas e povoados os quais estavam sob uma mesma jurisdição, esta representada por uma cidade ou vila notável, e subordinados à administração de um único corregedor.

em fins do século XVII, como o principal núcleo entre as sesmarias concedidas na região onde estivera localizado o quilombo dos Palmares (DIÉGUES JÚNIOR, 2002: 41). Segundo Fernandes Lima (1992: 95) a criação da mesma esteve vinculada a motivos políticos e econômicos locais, como forma de apoio ao povoamento da região, outrora ocupada pelo mencionado quilombo.

Ainda que enfrentasse esta crise econômica, Alagoas denunciava uma ocupação relativamente significativa, no tocante à quantidade de vilas como foi visto. A partir de uma comparação, com base em quadro elaborado por Nestor Goulart, comentado anteriormente, com outras províncias da região Nordeste pode-se considerar que Alagoas possuía relativa representatividade no quadro geral de desenvolvimento do território nordestino.

Isto porque, dentre as oito vilas da Capitania de Pernambuco fundadas até 1764, quatro pertencem a Alagoas. No caso do Rio Grande do Norte, até esse período a quantidade de vilas foi de três, duas delas (São José do Mipibú e Açú) fundadas somente no século XVIII. E se for comparado com a Paraíba, Alagoas ganha ainda mais destaque nesse cenário, pois, com exceção da cidade Filipéia, somente após 1770 são criadas novas vilas.

Havia também alguns povoados de destaque espalhados como São Miguel dos Campos, Santa Luzia do Norte, Camaragibe, Anadia, Poxim, Maceió e Jaraguá

Tanto a Vila Real de Bragança quanto os povoados mencionados acima tem elementos já indicados nas cartas de Georg Marcgraf, seja pela presença de um rio ou lagoa, ou de algumas casas esparsas. A indicação dessas localidades por este cartógrafo sugere que, já em meados do século XVII, estas constituíam pontos de interesse, possivelmente existindo na época os fundamentos dessas povoações.

Nas margens do rio São Miguel são representadas algumas casas, além da povoação de Nossa Senhora da Ajuda e dos Campos de Inhauns. Santa Luzia é indicada claramente já como povoação. Camaragibe possui uma história um tanto confusa, pois, atualmente existem dois municípios de nomes semelhantes, Passo de Camaragibe e Matriz de Camaragibe, o que impede identificar a que município o povoado primitivo se refere. Ambos têm origens no século XVII, a de Matriz deu-se a partir do Engenho do Meio, também conhecido como Bom Jesus, com capela de mesmo nome, e a de Passo esteve vinculada a um porto localizado no rio Camaragibe. Em se tratando de engenhos, o do Bom Jesus também

está presente no *Praefectura Paranambucae pars Borealis* (TENOÓRIO; PÉRICLES, 2006, p.11-530)

Anadia, hoje município de mesmo nome, possui suas bases nos antigos Campos dos Arrozais dos Inhauns, já referidos. Poxim aparece no mapa holandês sob a denominação de *Ipoxi*, e atualmente consiste em um pequeno povoado pertencente ao município de Coruripe. Entretanto, em 1799 chegou a ser elevada a vila (Vila Real de São José do Poxim), mas com o tempo entrou em decadência e foi ultrapassado por Coruripe em termos de crescimento (Ibidem).

Maceió, hoje capital do Estado, é representada no referido mapa através de quatro elementos, o porto de Jaraguá, a ponta de *Ioçara* (Pajuçara), o rio *Paratiji* (Prataji) e o riacho Doce. Maceió só se torna vila em 1815 e cidade em 1839, concomitante com o estatuto de capital.

O mapa apresentado a seguir foi elaborado a partir de uma tentativa de sobreposição, buscando identificar nas cartas seiscentistas prenúncios de ocupação do território alagoano no século XVIII.



Fig. 68. *Praefectura Paranambucæ pars Meridionalis e Borealis*, Georg Marcgraf, 1643.
Tentativa de indicação da localização de futuros povoados em Alagoas.

Percebe-se que no século XVIII o desenvolvimento parece se deslocar da região de Porto Calvo para a área centro-litorânea de Alagoas, possivelmente, por conta de motivações políticas e econômicas.

O século XIX, por sua vez, apresenta-se como um período de maior florescimento, relacionado ao próprio crescimento da ocupação do território e à instalação da república. Nesse período foram criadas diversas vilas e algumas cidades. A diversificação da economia permitiu que outras áreas, não vinculadas à cana-de-açúcar, fossem ocupadas pelo povoamento, sobretudo as regiões do sertão e agreste.

Em 1817 Alagoas é emancipada de Pernambuco, tornando-se uma província independente. Até este momento, o território alagoano possuía um aspecto amorfo, pois, politicamente e administrativamente, ainda estava vinculada a Pernambuco e suas fronteiras não estavam de todo definidas.

A emancipação permite que o território alagoano, no sentido da jurisdição política e administrativa, seja reconhecido oficialmente como uma província. Esta nova configuração proporcionou significativas transformações no território alagoano.

A fim de complementar o estudo quanto à importância das cartas de Marcgraf confrontadas com o material publicado no século XIX, foi consultada uma fonte textual de relevância, que trouxe grande quantidade de contribuições referentes a este período – o livro “A Geografia Alagoana”, publicada em 1860, de autoria de Thomaz do Bom-Fim Espíndola.

Para auxiliar ainda na compreensão de alguns aspectos, como a configuração das vias terrestres, as áreas de plantio e a localização de engenhos, foi selecionado o “*Mappa Topographico da Parte das Provincias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba*” de 1823, acessado no Arquivo Nacional³⁹.

Este mapa, como o próprio título indica, abrange as províncias da Paraíba, de Pernambuco e Alagoas, e ainda indica a da Bahia. Possui coloração em tom de marrom, talvez por conta do envelhecimento do papel.

Em alguns trechos parece ter sido elaborado com certo descuido, pois a grafia das palavras às vezes é ilegível e o desenho dos ícones não segue um padrão de tamanhos e formatos.

³⁹. Gostaria de registrar um agradecimento à colega de pesquisa, Flávia Cerullo, que acessou este mapa no Arquivo Nacional e o disponibilizou para esta dissertação.

Além da localização de vilas e povoações, da identificação de rios e lagoas e da demarcação de estradas, este mapa coloca de forma bastante interessante informações peculiares referentes à qualidade das terras, existência de engenhos e tipos de madeiras predominantes em algumas regiões.

A partir deste mapa é possível identificar que as principais atividades econômicas de Alagoas são, ainda, a produção de açúcar e a criação de gado, mas, inserido ainda no século XVIII, o algodão também aparece nesse cenário. Os principais focos produtivos coincidem com as informações fornecidas por Marcgraf, bem como o que foi percebido através de outras fontes (conforme explorado no capítulo 2) sendo o açúcar o principal produto das regiões norte e centro-litorânea e o gado na região sul. Este mapa traz também a indicação de localidades em que a mata ainda não foi desbravada ou que contém madeiras de interesse, como o pau-brasil.

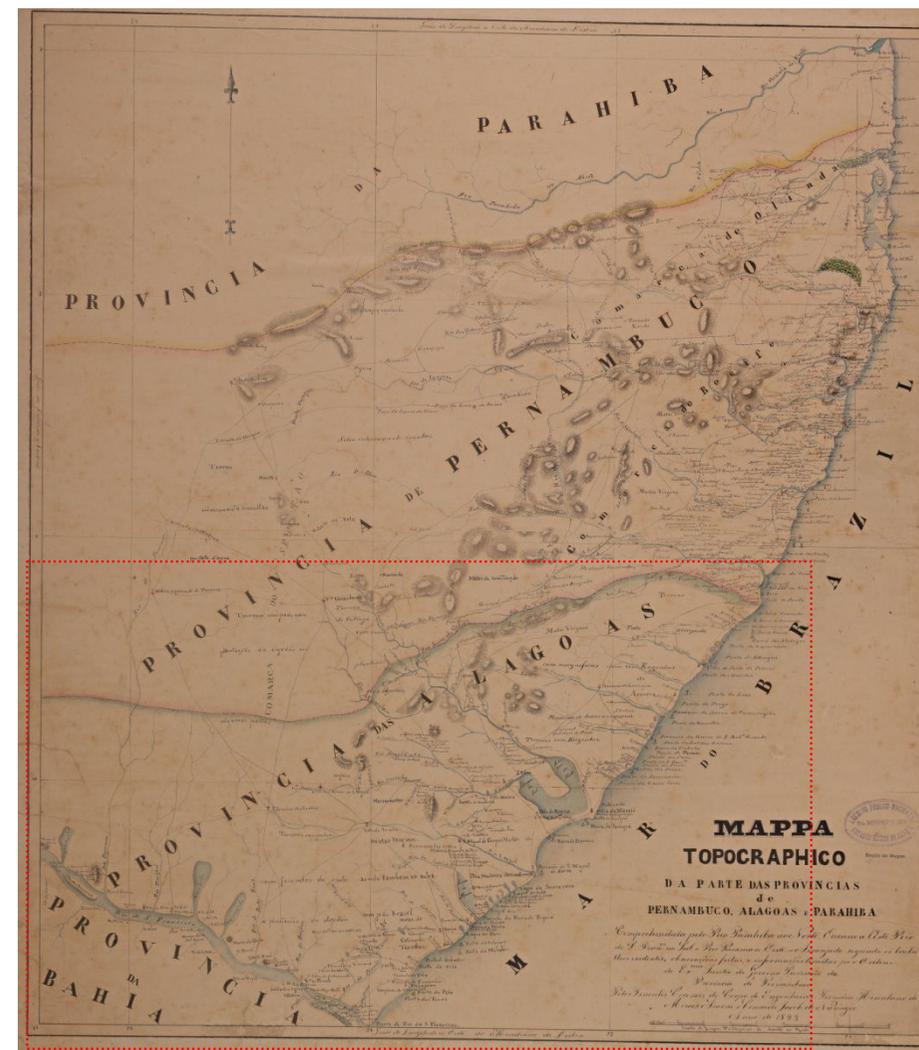


Fig. 69. *Mapa Topographico da Parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba*, 1823. Fonte: Arquivo Público Nacional.



Figura 70. Mapa Topographico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba. Compreendida pelo Rio Parahiba ao Norte, Oceano a l'Este, Rio S. Franco. ao sul e Rio Panema a Oeste.

- Descrição textual da ocupação do território:
 1. Terreno todo Ocupado com Engenhos de Assuere
 2. Matas Virgens com magnificas Madeiras de todas as especies
 3. Terrenos com Engenhos
 4. Matas de Bôa Madeira de construção
 5. Matas virgens aonde também se acha um páo brazil
 6. Terrenos ocupados com fazendas de gado e plantações de algodão nas intermedias

Legenda:

- Açúcar
- Gado e Algodão
- A ESCRITA NO CHÃO

Catarina Agudo Menezes

No que se refere às vilas e povoados alagoanos, este mapa apresenta informações um tanto confusas, pois, ao mesmo tempo em que denomina algumas localidades utilizando os termos “*villa*” e “*povoação*”, outras são identificadas apenas pelo nome próprio, e quanto aos engenhos de açúcar, alguns possuem a letra “E” para designar estes complexos, outros não. Da mesma forma, há em partes do mapa ícones com uma circunferência e uma cruz, mas sem a indicação adequada, se vila, povoado, igreja, freguesia, etc.

Mesmo assim, é possível visualizar neste mapa que a ocupação de Alagoas nas primeiras décadas do século XIX já se apresenta mais encorpada, com maior quantidade de núcleos habitados em relação ao que foi representado em mapas anteriores. Embora ainda se encontre adensada na faixa mais próxima do litoral, percebe-se que a ocupação do território expande-se para regiões mais distantes, de forma mais significativa do que nos séculos anteriores, com pequenos povoados distribuindo-se no entorno de diversos rios e riachos, com exceção da área mais a oeste, ao norte do rio São Francisco, onde não foi colocado nenhum sinal de ocupação.

Thomaz Espíndola, por sua vez, fornece um quadro detalhado dos municípios, vilas e outros povoados de Alagoas nesse período⁴⁰. Nesta época, Alagoas contava com 18 municípios, 4 cidades, 14 vilas e quase 100 povoações, como mostra o quadro a seguir.

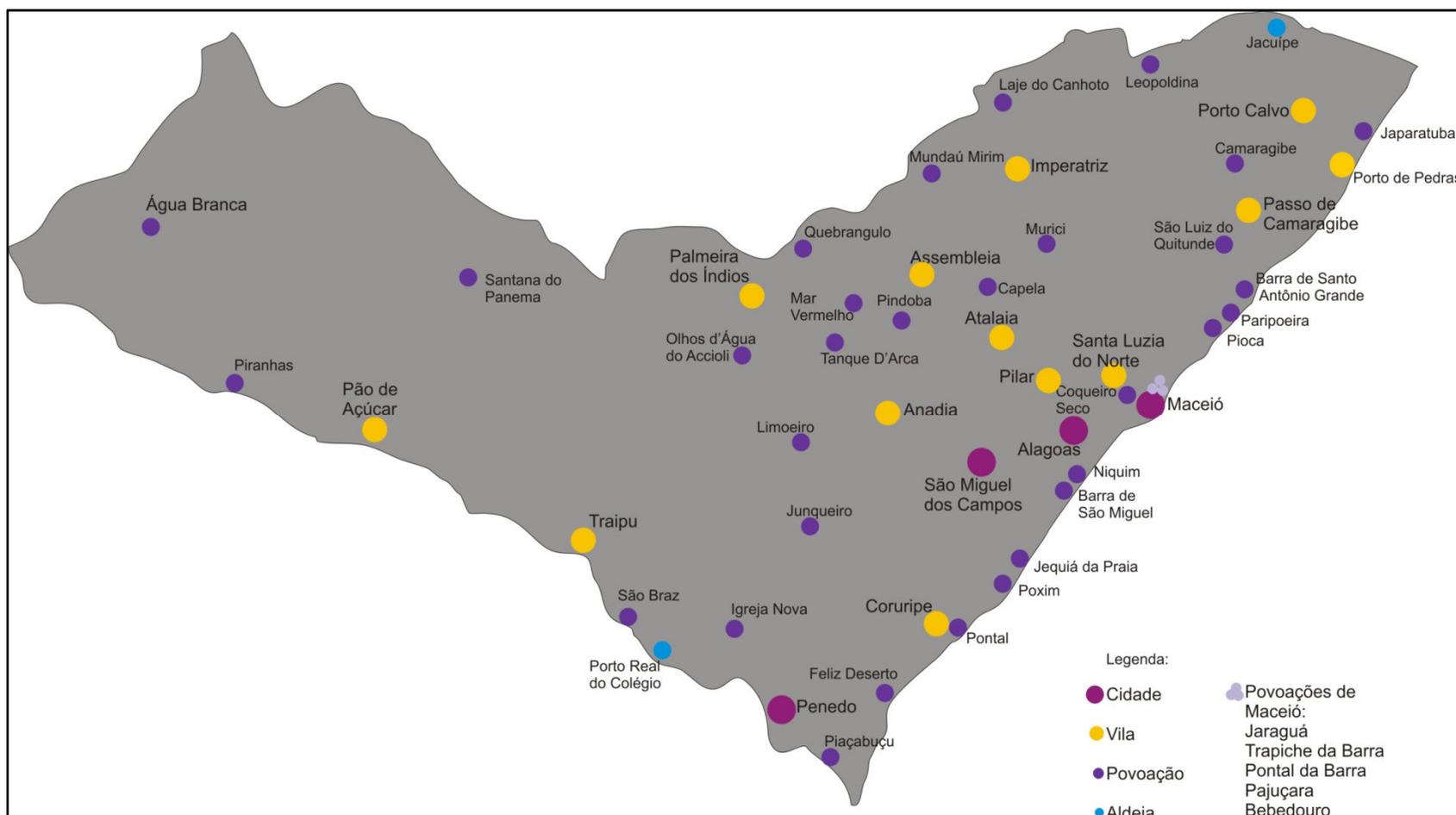
⁴⁰. Cabe aqui um pequeno esclarecimento quanto aos tipos de ocupações e como estas se caracterizam. Nesse momento começam a surgir os municípios, que consistiam na jurisdição geográfica, rural e urbana de uma determinada vila, esta, por sua vez, era a sede do município. Já os povoados eram pequenos agrupamentos também pertencentes ao município. Este esclarecimento se deve, pois, em muitos casos, o município e a vila sede possuem o mesmo nome, como pode ser visto no quadro que segue.

Quadro 07. Núcleos Povoados – Alagoas, 1860.

Municípios	Cidades (C), vilas (V), povoações (P) e aldeias (A)	Municípios	Cidades (C), vilas (V), povoações (P) e aldeias (A)	Municípios	Cidades (C), vilas (V), povoações (P) e aldeias (A)
Maceió	Maceió (C) Jaraguá (P) Trapiche da Barra (P) Pontal da Barra (P) Poço (P) Pajuçara (P) Bebedouro (P) Pioca ou Ipioca (P) Paripoeira (P)	Imperatriz	Imperatriz (V) Murici (P) Laje do Canhoto (P) Mundaú Mirim (P) Cabeça de Porco ou Santo Antônio da Boa Vista (P) Caruruzinho (P) Currvalho (P) São José do Bolão (P) Panelas ou Juçara (P)	Palmeira	Palmeira dos Índios (V) Olhos d'Água do Accioli (P) Palmeira de Fora (P) Santa Cruz (P) Riacho Fundo de Cima (P) Cana-fistola (P) Bonifácio (P)
Santa Luzia do Norte	Santa Luzia do Norte (V) Coqueiro Seco (P) Pedreiras (P) Pau Amarelo (P) Gregórios (P) Mata do Rolo (P)	Assembléia	Assembléia (V) Quebrangulo (P) Passagem (P) Lourenço (P) Limoeiro (A)	Penedo	Penedo (C) Piaçabuçu (P) Colégio de Porto Real (A) São Braz (P) Igreja Nova (P) Marabá (P) Mocambo (P) Lagoa Comprida (P) Feliz Deserto (P) Salomé (P)
Porto Calvo	Porto Calvo (V) Gamela (P) Barra Grande (P) Leopoldina (P) Jacuípe (A) Santana de Porto Calvo (P) Japarutuba (P) São Bento (P) Peroba (P)	Anadia	Anadia (V) Limoeiro (P) Junqueiro (P) Pindoba (P) Tanque D'Arca (P) Tapera (P)	Traipu	Traipu (V) Lagoa Funda (P) Santana da Ribeira Panema (P) Riacho do Sertão (P) Sertãozinho (P) Santo Antônio Rabelo (P) Aricori (P) Munguengue (P)
Passo de Camaragibe	Passo de Camaragibe (V) Camaragibe (P) Barra de Santo Antônio Grande (P) Morros de Camaragibe (P) Quitunde ou S. Luiz (P) Soledade (P)	Coruripe	Coruripe (V) Poxim (P) Barra de Jequiá (P) Pontal (P)	Mata Grande	Paulo Afonso (V) Água Branca (P)
Alagoas	Alagoas (C) Taperaguá (P) Santa Rita (P)	Pilar	Pilar (V) Santo Amaro (A) Pedro da Cruz (P)	Pão de Açúcar	Pão de Açúcar (V) Entre-montes (P) Piranhas (P) Limoeiro (P)

O mapa a seguir contém a localização de diversos núcleos de povoamento de Alagoas. Para identificá-los a lista de Espíndola foi contraposta ao mapa rodoviário de 2002, do DNIT, já mencionado, bem como às informações contidas na “Enciclopédia dos

Municípios” (TENÓRIO; PÉRICLES, 2006), de modo a identificar as toponímias cidades, vilas e povoações. Como muitas localidades sofreram mudanças em seus nomes, nem todas puderam ser localizadas no mapa abaixo.



Retomando o período colonial e o mapa de Georg Marcgraf, observa-se que até o século XIX, embora tenha ocorrido uma expansão da ocupação territorial bastante significativa em relação aos séculos anteriores, a região predominantemente ocupada neste período ainda é aquela inscrita na abrangência das cartas “*Borealis*” e “*Meridionalis*”.

Não se pode deixar de mencionar, entretanto, que, das doze vilas (sem contar as cidades) existentes nesta época, cinco já estavam fora da região mencionada, distanciando-se dos focos iniciais de ocupação. Três delas, inclusive, desvinculadas geograficamente das áreas de influência litorânea e do rio São Francisco, semeando pontos de ocupação na parte mais interna da Província.

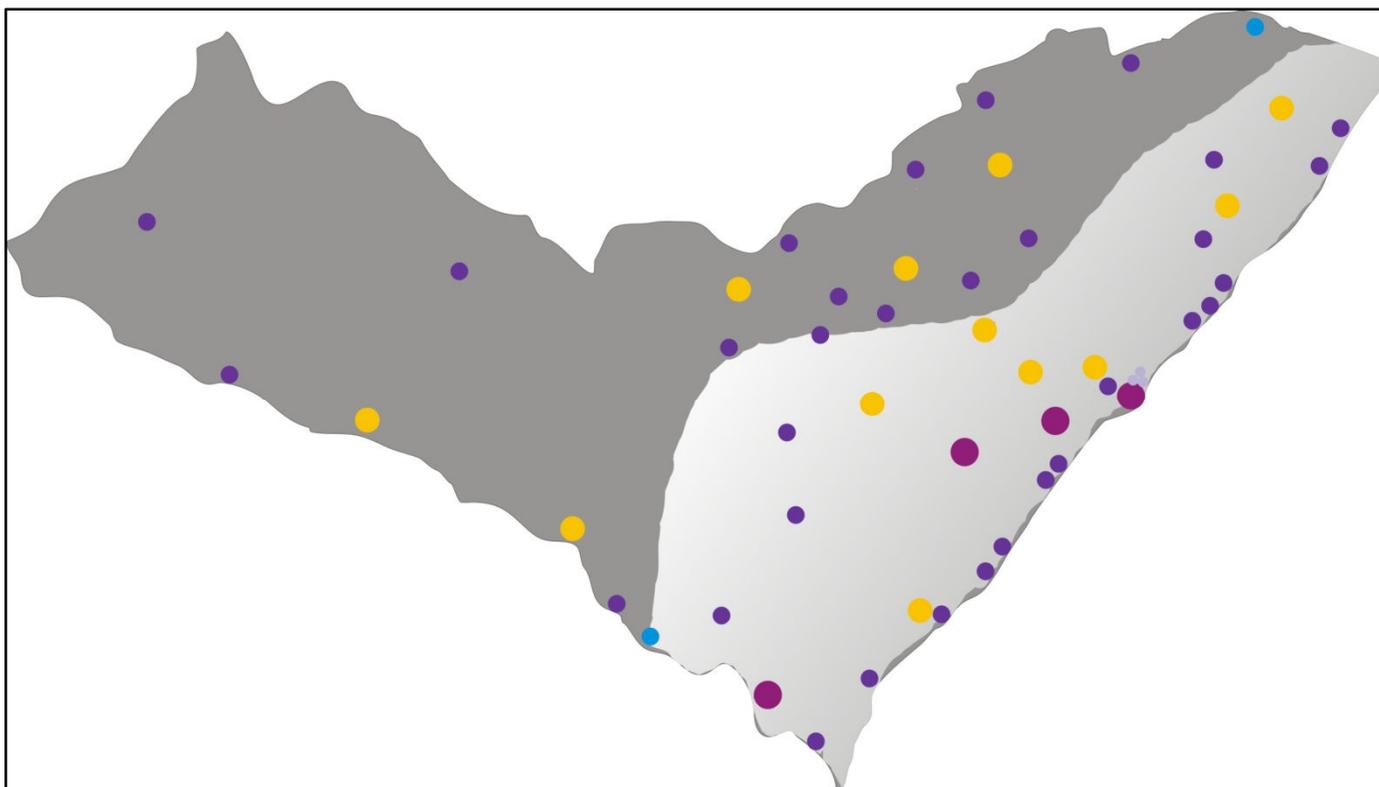


Fig. 72. Abrangência dos mapas de Marcgraf: sobreposição das informações de Espíndola.

Além dos núcleos povoados, outros elementos levantados por Georg Marcgraf também podem ser buscados nestas duas fontes, como os rios e as lagoas. O mapa de 1823, por exemplo, apresenta uma quantidade inferior de cursos fluviais (37) em relação ao mapa seiscentista (63), reforçando a informação do Barão do Rio Branco comentada anteriormente. Mesmo alguns dos principais rios, como o Manguaba, o Tapamundé e o Persinunga, não são indicados. O quadro a seguir mostra os rios representados em ambos os mapas. Em destaque, os que coincidem nos dois.

Rios de Marcgraf		Rios Mapa de 1823	
São Francisco (ou Parapitinga)	Copaíba	Rio do Pau	São Francisco
Piaguí	Potiguaçu	Salgado	Bassica
Ipoxi	Miguai	Do Porto Calvo	Porto Real
Piracaba	Rio de Pero Cabreiro	Tituamunha	Traipu
Piaçica	Mondai (Mundaú)	Camaragibe	Panema
Parauna ou Parauma	Potiguaçutiba	Santo Antônio Grande	Piauhi
Cururuí (Coruripe)	Carrapato	Sapucahi	Ubatinga
Iequea (Jequiá)	Rio das Lagoas	Sapucahi	
Cabotá	Rio Doce	Maceió	
Urubutinga	Çabuçu	Pioquinha	
Çenembi ou Rio de São Miguel	Paripoera	Pioca	
Çobauma	Ipioca	Meirim	
Itinga	Rio dos Frades	Doce	
Paraíba	Guaraiguaçu ou Castanha	Pratagi	
Tobatinga	Ietitiba	Jacaressica	
Miguai	Tapamandé	Bebedor	
Tagoa (?)	Guaraimiri ou Rio de Santo Antônio menino	Mundaú	
Guiratinga	Rio Parariji	Branquinha	
Igapi	Çubiaí	Succa	
Rio de Frades	Rio de I. Dourado	Secco	
Guaraiguaçu ou S. Antônio Grande	Maciaguaçu	Dos Inhauns	
Agoa Fria	Rio de I. Barbosa	Parahiba	
Camuriji (Camaragibe)	Itinga	Pararigaba	
Iaçaratinga	Guatapi	Tapicuru	
Tatuaymunha	Comendatiba	Genipapo	
Manguaguaba (Manguaba ou Rio das Pedras)	Tapamundé	São Miguel	QUADRO 08. COMPARAÇÃO ENTRE OS RIOS DO MAPA DE MARCGRAF E OS DO MAPA DE 1823.
Iaparatuba	Agoapetiba	Jequiá	
R. de São Bento	Mocibita (?)	Poxim	
Mariguuji	Rio do Caroço	Coruripe	
Oiebir	Çurubina	Miahy	
Piraçununga	Urupeima	Uma	

Já no texto de Thomaz Espíndola, os rios são relacionados com maior exatidão, com a indicação, inclusive, dos afluentes e confluente.

Quadro 09. Massas de Água e Portos de Alagoas				
Rios (13)	Riachos Afluentes ou confluente (44)	Riachos não confluente (18)	Lagos e Lagoas (17)	Portos e ancoradouros (13)
São Francisco	Moxotó	Jacaracica	Mundaú ou Lagoa do Norte	enseada de Jaraguá
Paraíba	Riacho das Cabaças	Garça Torta	Manguaba ou Lagoa do Sul	ancoradouro da Barra Grande
Mundaú	Panema	Doce	Jequié	porto de Santo Antônio Grande
Santo Antônio Grande	Traipu	Pratagi	Escura	de Penedo
Santo Antônio Mirim	Ituba	Pioca	Tabuleiro	enseada da Pituba
Camaragibe	Boassica	Pioquina	Aguaxuma	da Barra de São Miguel
Manguaba	Piauí	Sauaçuí	Do Timbó	do Batel
Coruripe	Xingó	Paripoeirinha	Das Pacas	do Porto de Pedras
São Miguel	Castanho	Sapucaí	Doce	barra de Camaragibe
Sumaúma	Buraco	Tatuamunha	Comprida	enseada de Pajussara
Poxim	Riacho das Piranhas	Salgado do Norte	Dos Mangues	ancoradouro do Francês
Jequiá	Riacho da Grota Funda	Meiragogy	Taboado	barra de Jequiá
Una	Fição	Dos Paus	Azeda	ancoradouro do Peba
	Bonito	Pirassinunga	Jacaracica	
	Riacho Grande	Niquim	Do Pau	
	Cabra	Bebedouro	Niquim	
	Batinga	Remédio	Santa Luzia	
	Gurugi	Salgado do Sul		
	Parangaba			
	Satuba e Cabeça de Porco, confluente da margem direita do Mundaú; Carrapatinho, Branca Grande e Canhoto, da margem esquerda.			
	Castanha e Gitituba, margem direita do Santo Antônio Grande; Riacho das Varas e Riachão, margem esquerda.			
	Riacho Bonito e Galho do Meio, confluente da margem direita do Camaragibe			
	Tapamundé, Mocaitá, Canaveira, do Ourives, do Quenquengue, margem direita do Comandatuba,			O quadro geral se refere ao levantamento feito por Thomaz Espíndola. Em destaque estão os cursos d'água e portos representados nos mapas de Georg Marcgraf.
	das Piabas e Jundiá, da margem esquerda do Manguaba			
	Utinga, margem esquerda do Sumaúma			
	Panelas			
	Lunga			
	Santa Luzia e Cabotam			
	Jacuípe			

Através deste quadro percebe-se o quão minucioso foi o levantamento hidrográfico realizado por Georg Marcgraf, visto que em meados do século XIX, duzentos anos depois, na relação feita por Thomaz Espíndola, uma parte considerável dos rios e lagoas já havia sido conhecida por este cartógrafo.

Como já foi colocado anteriormente, as vias terrestres também desempenhavam importante papel na colônia, para o desenvolvimento de atividades diversas, pois, através deles eram escoados os produtos até os portos e era também por onde chegavam as mercadorias trazidas da Europa, embora sobrepujados pelos caminhos hidrográficos e às vezes apenas complementando-os.

Com relação às vias terrestres, no século XIX a sua trama encontra-se mais ampla, no sentido de atingir maior quantidade de pontos no território, percorrendo diferentes áreas do interior da província, chegando até os limites com Pernambuco.

Thomaz Espíndola também identifica esta importância e relaciona em seu texto sete estradas principais e algumas de suas ramificações.

As principais são:

- A do *Vale do São Francisco* que começa em Penedo, segue pela margem deste rio até Piranhas e de lá vai para Pernambuco;

- a do *Vale do Paraíba*, sai da vila de Pilar, passa por Atalaia, Assembleia e Quebrangulo;

- a do *Vale do Mundaú*, começa da Maceió e segue para Imperatriz, ramificando-se para Garanhuns e outros povoados, seguindo para Pernambuco e ligando-se a uma estrada vinda da Bahia;

- a de *Maceió a Pernambuco*, começa em Maceió, passa por Pioca, barra de Santo Antônio Grande, Carro Quebrado e pelos morros de Camaragibe, seguindo pela praia até Pernambuco;

- a de *Maceió para Penedo*, tem origem em Maceió, atravessa o rio São Miguel, o riacho Niquim, o rio Jequiá, passa por Coruripe e segue pelo interior até Penedo;

- a da cidade das *Alagoas para Palmeira dos Índios*, parte de Taperaguá, passando por São Miguel dos Campos e Anadia e então segue para Palmeira dos Índios.

- a da *Vila de Coruripe à de Palmeira*, começa no povoado de Pontal, passa por lugares como Canto, Canabrava e Passagem do Vigário, atravessa o rio Coruripe.

Com o intuito de localizar estas vias, foi construído um mapa esquemático com as principais estradas, listadas por Thomaz

Espíndola (2001, p.83-85). Sua elaboração teve como base o mapa rodoviário de Alagoas de 2002. A listagem de Espíndola foi sobreposta a este e percebeu-se que algumas das estradas

mencionadas possuíam percurso semelhante ao de algumas rodovias estaduais e federais.

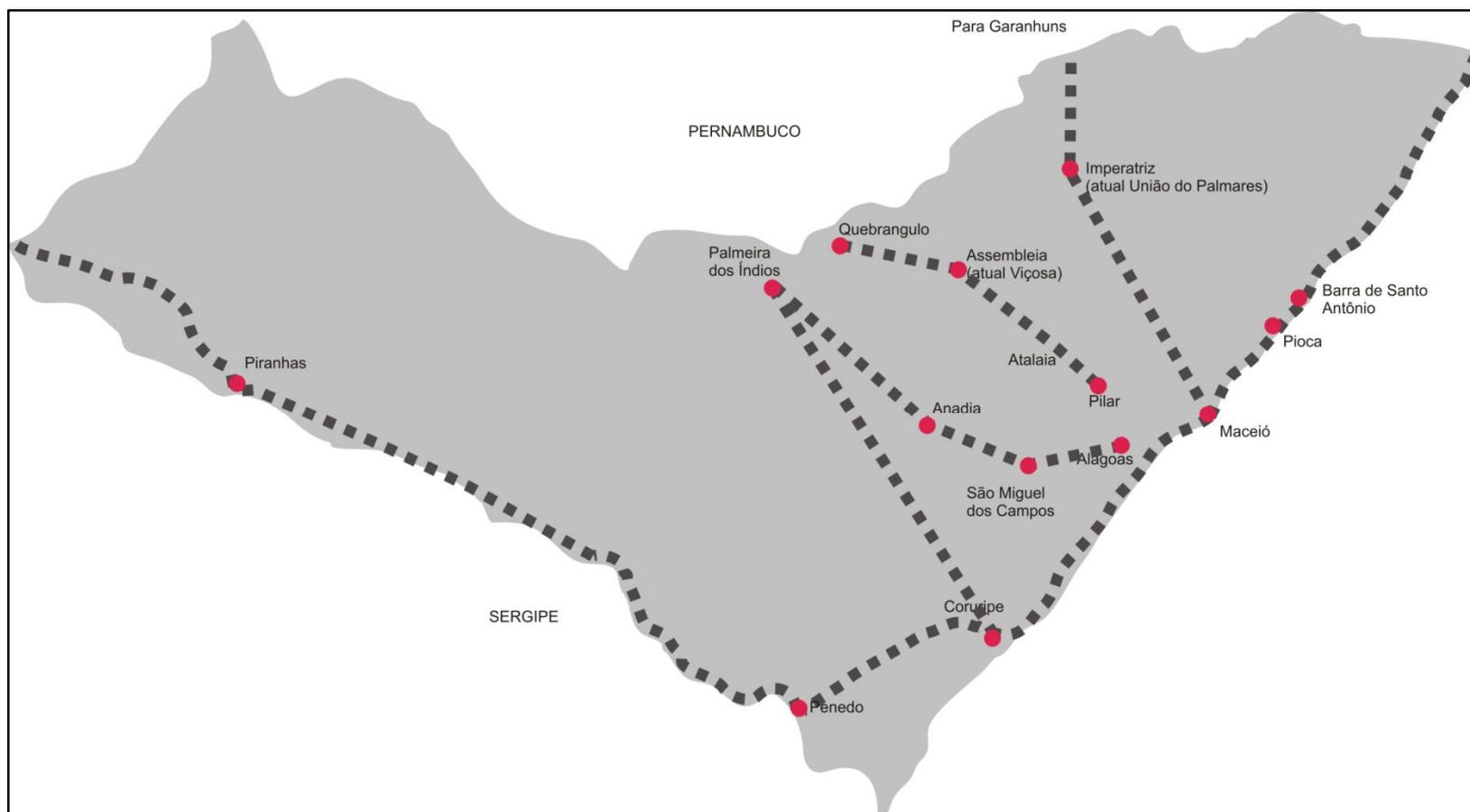


Fig. 73. Indicação das principais estradas de Alagoas listadas por Thomaz Espíndola.

É interessante notar, que nenhuma das principais estradas passa por Porto Calvo, enquanto que no mapa de Marcgraf existem vários caminhos pontilhando o seu entorno, saindo da vila para várias partes do território.

Dentre as estradas mencionadas por Thomaz Espíndola, somente parte de uma se assemelha às representadas por Marcgraf, a que vai de Penedo a Piranhas, margeando o rio São Francisco. Entretanto, no mapa seiscentista este caminho só vai até a altura que hoje corresponde, aproximadamente, a Porto Real do Colégio.

Há, no entanto, a aparente permanência de duas outras estradas representadas por Marcgraf e existentes no mapa de 1823 e no mapa rodoviário de 2002.

O chamado Caminho do Conde, ligado ao de Camarão, chegando até a vila de Penedo, por exemplo, possui traçado semelhante ao da estrada formada pela AL 116 e parte da AL 110, além de partes das BRs 316 e 101. Há também uma estrada que passa próxima a Lagoa Manguaba e que hoje consiste na AL 215. Com algumas ressalvas e desvios pelo caminho, pode-se supor que estas estradas foram traçadas ainda no século XVII.



Fig. 74. *Praefectura Paranambucae pars Maridionalis*. Indicação de caminhos. Destaque para as estradas nas cores amarela e roxa.

No mapa de 1823 pode-se observar que as estradas estão em maior número, mas as destacadas no mapa anterior também podem ser vistas neste, de forma semelhante.

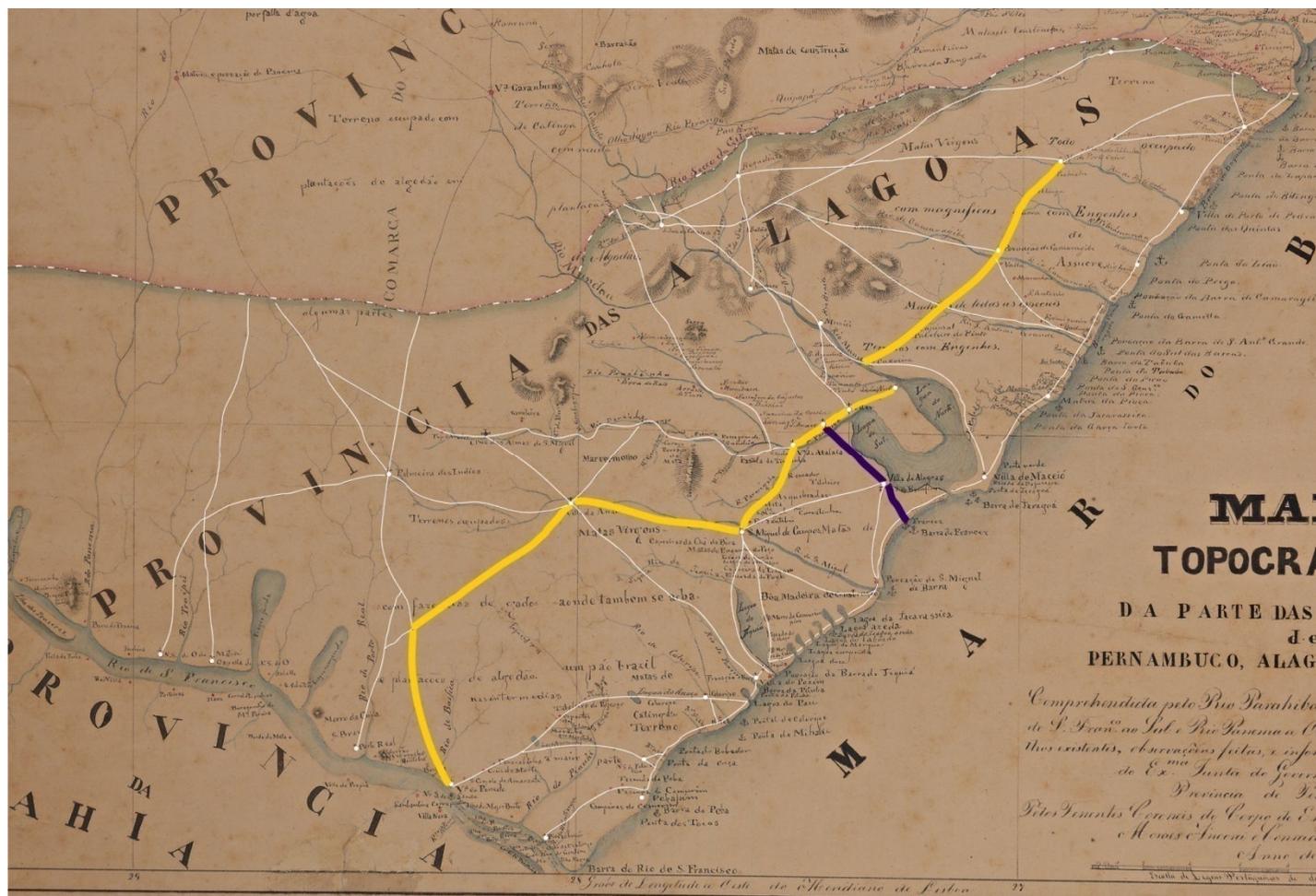


Fig. 75. Indicação da semelhança entre as estradas destacadas em amarelo e roxo com os caminhos indicados por Marcgraf.



Fig. 76. Mapa Rodoviário de Alagoas, 2002. Indicação de possíveis permanências de caminhos seiscentistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de um território, como se viu, ocorre a partir da expansão de uma determinada sociedade em um dado espaço geográfico. Motivados por aspectos diversos, os grupos sociais se organizam e se apropriam de porções da superfície terrestre, iniciando o processo de fixação e reprodução desse espaço.

No caso de Alagoas, o que se pretendeu aqui foi, através de fontes específicas, captar alguns dos movimentos ocorridos em seu território, desde a sua formação, buscando entender a lógica de implantação de alguns assentamentos e o desenho formado ao longo do tempo.

Não foi possível, certamente, esgotar todas as perspectivas de análise, muito menos abordar todas as relações e aspectos – culturais, políticos, geográficos, econômicos, etc. – que geraram interferências concretas nas terras alagoanas. Mas acredita-se que alguns fundamentos desse processo foram aqui lançados para discussão.

Percebeu-se, então que a formação do território alagoano esteve relacionada a diferentes momentos históricos e a desígnios políticos

e econômicos diversos⁴¹, ligados a cenários mais amplos, que também variaram conforme o tempo.

Dessa forma, foi possível apreender um pouco do resultado desse processo de formação territorial em diferentes momentos e, aglutinando alguns destes, tentou-se compor um panorama geral, sem, no entanto, prender-se a uma linha temporal e factual estritamente contínua.

A partir da chegada dos europeus ao Brasil, em princípios do século XVI, Alagoas já começa a ter suas terras exploradas para a extração de pau-brasil e trocas com os indígenas e, ainda que a fixação de pessoas não-nativas tenha sido mínima ou temporária, ela já ocorre e o ambiente outrora de domínio dos indígenas começa a ser modificado por um agente externo, dando o mote da colonização.

A colonização de Alagoas implicou no estabelecimento de três aspectos fundamentais do processo colonizador: a apropriação de terras – com a conseqüente dominação e extermínio das populações autóctones – a fixação de colonos e “perenização” das estruturas montadas.

⁴¹. Embora de grande importância para os processo de formação territorial, não foram abordadas neste trabalho possíveis formas de apropriação do espaço por meio da identificação cultural.

Neste sentido, o século XVI foi, para Alagoas, um período de relativo desinteresse, visto que os habitantes nativos, sobretudo os Caetés, ofereceram forte resistência à instalação do colonizador e, na Capitania de Pernambuco, seu donatário, Duarte Coelho, esta envolvido com a ocupação de outras regiões, ao norte, como Olinda e Igarassu.

Fazendo uma breve recapitulação, a **apropriação** ocorreu de modo lento no século XVI, com o reconhecimento de alguns pontos da costa e instalação de pequenas propriedades produtivas.

O século XVII, por sua vez, constituiu o período em que a ocupação de Alagoas alcançou maior dinamismo, com a efetivação da segunda etapa de colonização – a **fixação**. Incentivados pela doação de sesmarias, os colonos começaram a se fixar em terras alagoanas sob a obrigação de torná-las produtivas.

Como já foi colocado, a colônia necessitava de altos investimentos para que pudesse ser mantida e a transformação de grandes extensões de mata virgem em áreas economicamente produtivas foi uma das soluções encontradas pela metrópole portuguesa para custear o empreendimento colonizador. Isto resultou na instalação, em Alagoas, de dois dos principais equipamentos produtivos da época –

o engenho e o curral. O primeiro alimentava com açúcar o mercado internacional e injetava capital na nova economia que surgia. O segundo subsidiava com o gado o funcionamento dos engenhos, bem como a própria sobrevivência dos colonos.

Ambos estiveram ligados à formação territorial de Alagoas, pois, demandaram a fixação de pessoas para o desenvolvimento de atividades diversas, desde a produção, o transporte e a comercialização dos produtos. O crescimento econômico proporcionado pelo açúcar e os incentivos reais concedidos aos colonos de destaque motivaram a instalação de novos engenhos e currais, resultando em uma apropriação constante e extensiva do solo, fornecendo os meios para a “**perenização**” do ato colonizador.

Este crescimento foi refletido no surgimento e consolidação dos primeiros núcleos povoados de Alagoas, as vilas de Penedo, Alagoas e Porto Calvo, que constituem as primeiras permanências urbanas do território alagoano.

Nesse período os movimentos de ocupação desse território caracterizam-se pelo dinamismo e pela continuidade, indicando o prosseguimento do processo, com a colonização de outras áreas além das vilas mencionadas. É o que está refletido, por exemplo, na

cartografia e na literatura da época que descrevem, além a formação de povoados, a instalação de portos, construção de fortificações, conventos, igrejas, etc. E o aspecto da ocupação começa a ser diversificado em paralelo a sua expansão.

No século XVIII este crescimento parece arrefecer. A coroa portuguesa e grande parte dos colonos voltaram seus olhares e suas esperanças para as regiões sudeste e centro-oeste, dismantelando parte da estrutura produtiva do açúcar.

Alagoas também sofreu os reflexos desse movimento, que acarretou em uma retração econômica na redução do ritmo da expansão territorial, que, apesar de tudo, paradoxalmente, não deixou de ocorrer e uma nova vila e outros povoados foram fundados.

Os movimentos no território alagoano ocorreram, até então, ao sabor de desígnios diversos estipuladas pelos colonizadores. As diretrizes (políticas, econômicas, ideológicas, bélicas, etc.) foram inscritas concretamente no território, por exemplo, através da demarcação de áreas de interesse, distribuição de porções de terras específicas para a produção e construção de núcleos urbanos.

A colonização de Alagoas foi, portanto um momento que teve como base a montagem de estruturas de produção, sincronizando as ações

de povoamento, a apropriação do solo e sua exploração. De uma forma geral, até este momento a formação do território alagoano esteve vinculado ao cenário colonial como um todo.

A partir do século XIX, com a nova configuração política que se anunciava – tanto no cenário local, com a emancipação de Alagoas da província de Pernambuco, em 1817, quanto no panorama “nacional”, com a independência do Brasil, em 1822 – Alagoas passou a vivenciar uma situação política e administrativa diferente. Neste sentido, as decisões que normalmente eram tomadas por agentes externos passam a ser definidas internamente, através da montagem de uma estrutura própria para gerir as diferentes questões.

A expansão do território alagoano, ainda que movida pelo desenvolvimento das atividades econômicas iniciais (que, estimuladas pelo cenário internacional de desenvolvimento industrial, a partir da Revolução, receberam incremento tanto na diversidade, com a introdução de outros produtos, como o algodão, quanto na forma de produção, com a instalação das primeiras usinas de açúcar) deixou de ser necessariamente o reflexo do atendimento às demandas de um governo localizado a milhares de quilômetros de distância.

A autonomia política e econômica proporcionou também a liberdade para Alagoas na exploração do seu território, resultando na definição de novas áreas de interesse, com a sua conseqüente ocupação e na montagem de novos arranjos, agora internos, de reprodução do espaço, com o desmembramento de diversos municípios para a criação de outras localidades.

A partir desse ponto, o território passa a valer também como jurisdição política e seus limites começam a ficar melhor definidos.

Foi realizado um esforço para representar graficamente o processo descrito, cujo aspecto territorial é apresentado a seguir.

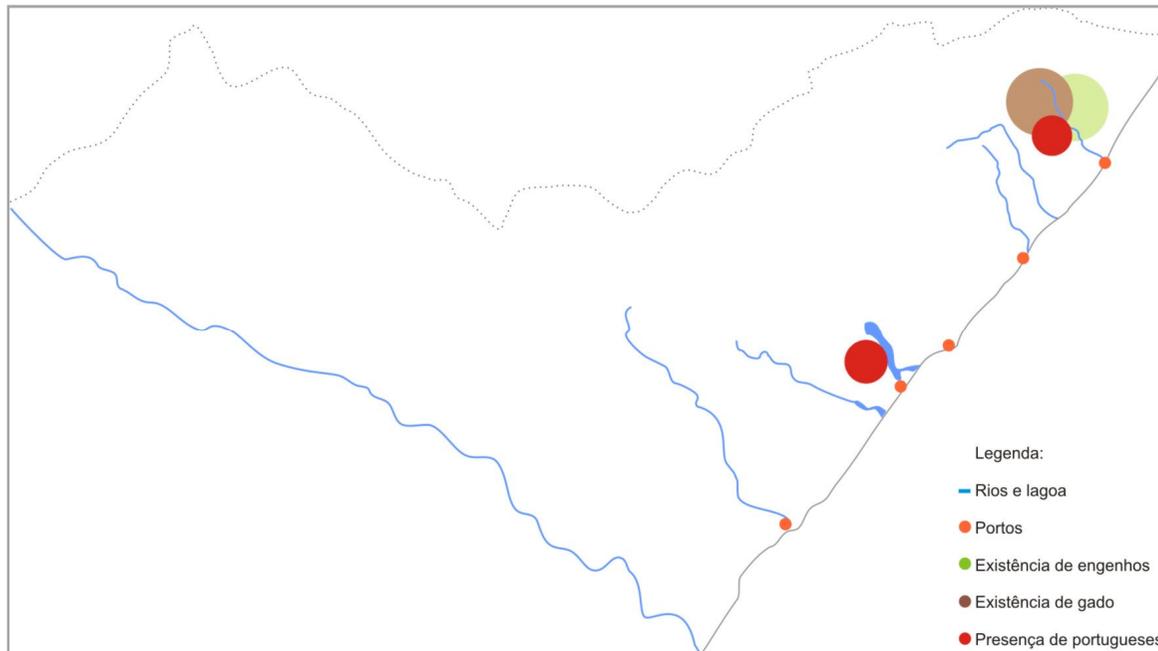


Fig. 77. Definições iniciais do território alagoano, século XVI.

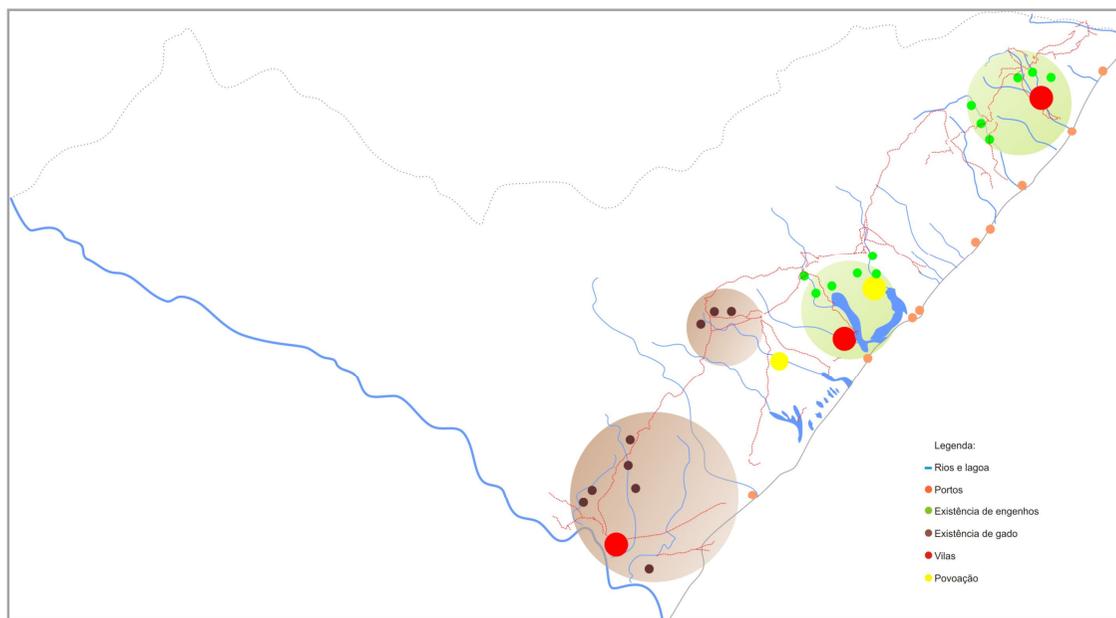


Fig. 78. Ocupação de Alagoas no século XVII.

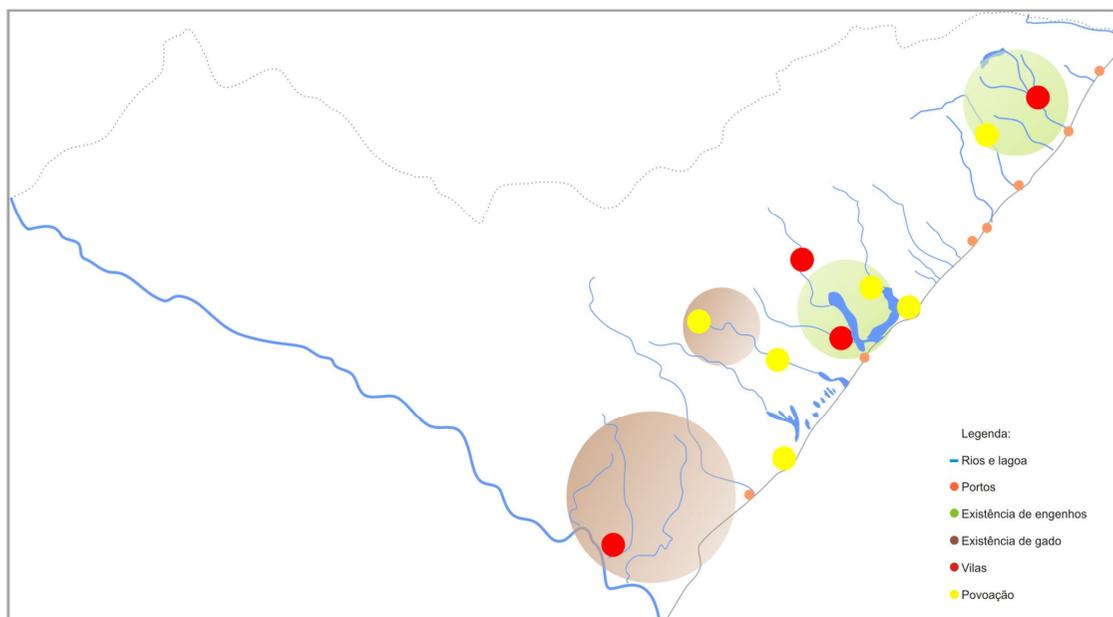


Fig. 79. Ocupação de Alagoas no século XVIII.

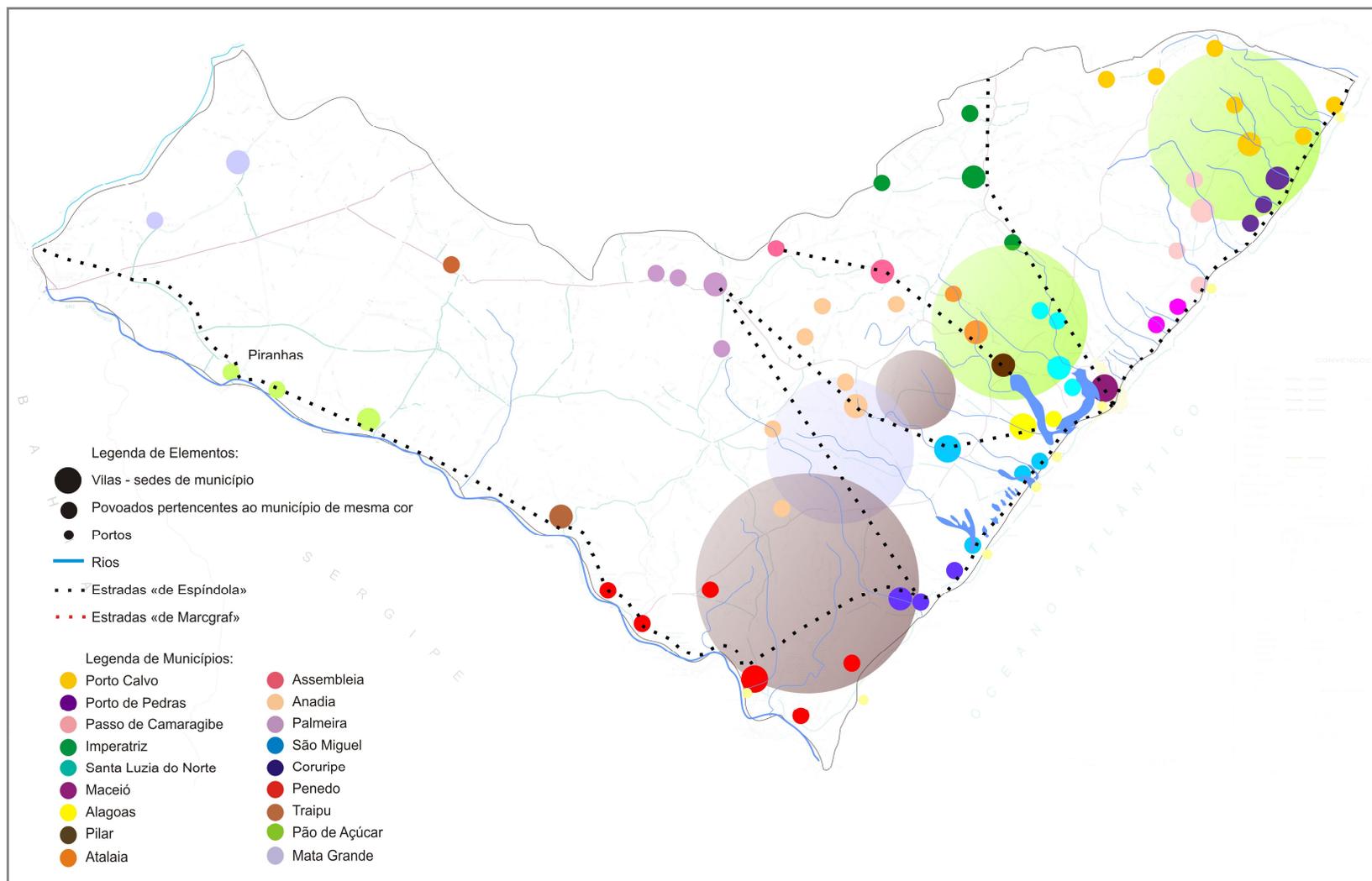


Fig. 80. Ocupação no século XIX.

Decifrar as linhas do território alagoano através de imagens cartográficas constituiu um exercício um tanto complexo, pois, os mapas foram encarados inicialmente como objetos muito densos, repletos de significados não compreendidos.

Mas, à medida que suas entrelinhas foram desvendadas, o mapa se revelou uma ferramenta muito rica, carregada de informações diversas e passível de interpretações as mais variadas, e a falta de compreensão tornou-se um ponto de vista ou um questionamento, que se desdobra em várias possibilidades.

Tratando dos mapas dos séculos XVI e XVII, embora possuam caráter diverso, em sua ambiguidade entre objeto cartográfico e obra de arte, estes conjuntos de documentos imagéticos compreendem um grande arquivo do pensamento científico e cultural da época, pois agregam as descobertas empíricas e os avanços tecnológicos da navegação, além de expressarem as concepções de mundo de um povo.

Esta cartografia produziu documentos de grande valor histórico, como os mapas utilizados nesta dissertação, que puderam ser “escaneados”, lidos e transcritos, pelo menos alguns de seus aspectos.

No âmbito do território alagoano, a cartografia destes dois séculos se mostrou uma grande aliada para a compreensão dos movimentos que as ações humanas foram tomando, e como estas foram escritas no chão. Ainda que as fontes textuais tenham sido muito importantes, o aporte nos mapas foi fundamental para extrair destes os elementos-chave desta ocupação.

Ao mesmo tempo em que a leitura de mapas já existentes consistiu um exercício bastante desafiador e instigante, o processo de construção de mapas próprios, a partir da interpretação de escritas diversas, revelou-se um modo singular, no âmbito deste trabalho, de escrever o território, proporcionando a sua objetivação.

O jogo cartográfico produzido neste trabalho permitiu acompanhar paulatinamente os movimentos da ocupação do território alagoano, dentro das fontes e dos aspectos abordados.

Em relação ao mapa de Georg Marcgraf, apesar da utilização de outras fontes para auxiliar na sua compreensão, buscou-se nos mapas *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Praefectura Paranambucae Borealis* identificar alguns dos fundamentos básicos desse processo, através da contraposição com textos e mapas de

períodos anteriores e posteriores, utilizando estas cartas como peças coringas, de modo a verificar os movimentos territoriais.

Não foi intenção neste trabalho esgotar todas as possibilidades destes mapas, mas a sua análise foi realizada sob grande esforço, principalmente o de sintetizar e objetivar as informações obtidas.

Cabe destacar a importância do mapa geral de Marcgraf, o *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova*, como uma ferramenta chave para subsidiar estudos possivelmente também quanto à formação territorial de outros estados, como Pernambuco e Paraíba, e do Nordeste de uma forma geral.

Este reforço se faz necessário, pois, devido às diversas dificuldades encontradas ao longo do trabalho para acessar este mapa, percebe-se que enquanto fonte tem sido negligenciado por alguns estudiosos da temática colonial e mesmo de outros temas relacionados.

Ler o chão, através da palavra e da imagem, e escrever o chão, este foi o objetivo deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Quinhentistas:

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da terra & história do Brasil**. Recife: Massangana, 1995.

KNIVET, Anthony. As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet. 2ª ed. Silvia Moura Hue – Organização, introdução e notas. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Acessado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>

Fontes Seiscentistas:

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil, 1647**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

LAET, Joan de. **Historia ou anais dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo ate o fim dos anos de 1636, por Joan de Laet (Diretor da Companhia), 1636**. In: FREIRE, Francisco Brito. *Nova Lusitânia – história das guerras brasílicas*. São Paulo: Beca Editora, 2004. (cd-rom)

SALVADOR, Frei Vivente do. **História do Brasil, 1500-1627**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1982.

VAN DER DUSSEN, Adriaen. **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitánias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638) J. Maurice Conte de Nassau; M. Van Ceullen; Adriaen Van der Dussen**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. Economia açucareira*. Vol. 01. Recife: Cepe-Editora de Pernambuco, 1981. (pp.77-129).

VERDONK,. **Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrian Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630**. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. Economia açucareira*. Vol. 01. Recife: Cepe-Editora de Pernambuco, 1981. (pp. 35-46).

WALBEECK & MOUCHERON. **Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. E pelos nobres membros do Alto Conselho**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. A administração e a*

conquista. Recife: Minc. Secretaria da cultura; 4ª Diretoria Regional da SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Fontes diversas:

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ADONIAS, Isa. **Mapa - Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht Ed., 1993.

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial – Ensaio de geografia urbana retrospectiva**. São Paulo: [S.ed.], 1956.

BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil**. Recife: CEPE, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A guerra de papel – confecção e disputa pelos mapas**. In.: TOSTES, Vera Lúcia Bottrel; BENCHETRIT, Sarah Fassa (org.). *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

Desenhando o Brasil: O saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1956.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

COSTA, Antônio Gilberto. **Dos Roteiros de Todos os Sinaes da Costa até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império**. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas: Resumo didático**. Rio de Janeiro / Maceió: Melhoramentos / SERGASA, 1983 (1929).

DIÈGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

ESPÍNDOLA, Thomaz. **A Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

GUEDES, Max Justo. **A Cartografia Holandesa do Brasil**. In.: HERKENHOFF, Paulo (Org.) *O Brasil e os Holandeses: 1630-1645*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999 (p. 64-85).

_____ **Introdução** de: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

KANTOR, Iris; BUENO, Beatriz; FERLINI, Vera Lúcia. **Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes**. Anais do Museu Paulista, São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 11-15. jul.- dez. 2009.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: [S.ed.], 1992.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **A Cartografia dos Descobrimentos**. Lisboa: ELO, [S.d.].

MELLO, Gonsalves de. **Companhia das Índias Ocidentais**. In.: HERKENHOFF, Paulo (Org.) *O Brasil e os Holandeses: 1630-1645*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999 (p.42-63).

MICELLI, Paulo (Texto e curadoria). **O Tesouro dos Mapas: a cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil – O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

PRADO Júnior, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, 2006.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil – 1500/1720**. São Paulo: Pini, 2ª ed., 2001.

_____ **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, Márcia Maria Duarte. **Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império**. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da*

América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil – 1500-1820**. 4 ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TENÓRIO, Douglas Apratto; PÉRICLES, Cícero. **Municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo 1. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

WHITEHEAD, Peter James Palmer. **Um retrato do Brasil holandês no século XVII: animais, plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

Fontes iconográficas:

ALBERNAZ, João Teixeira. **Estado do Brasil Coligido das mais sertãs notícias q pode aiuntar dõ Ieronimo de Atayde, por João Teixeira Albernaz, cosmografo de Sua Majestade, anno 1631**.

Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmógrafo de Sua Majestade. Anno de 1640, por João Teixeira Albernaz. Lisboa: Aeroportos de Portugal. Edição integral, fac-similada a cores, códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá rezão ao estado do Brasil, 1616**. Lisboa: Edições João Sa da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

Arquivos digitais:

Biblioteca Nacional Digital – Biblioteca Nacional de Portugal.
<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... 1712-1728.
<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>